

**Nº 11 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 06 de Junho  
de 2011. -----**

Aos seis dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de um de Junho do corrente ano. -  
-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - AUSÊNCIA DA VEREADORA, MARIA DE LURDES ROGADO LEITÃO DUARTE ALMEIDA CAMPOS -----**

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, em virtude do falecimento de um familiar. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**II - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

**Relatórios de Prestação de Contas** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário da recente aprovação dos documentos de prestação de contas - relatório de contas - de diversas entidades nas quais, institucionalmente, o Município de Chaves detém participação estatutária, a saber: -----

a) No dia 19 de Maio último, veio a ser aprovado o relatório de prestação de contas da Associação "Chaves Social"; -----

b) No dia 30 de Maio último, veio a ser aprovado o relatório de prestação de contas da Escola Profissional de Chaves; -----

c) No dia 31 de Maio último, veio a ser aprovado o relatório de prestação de contas da "EHATB SA". -----

**Unidade Local de Formação de Bombeiros** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 28 de Maio, se realizou a cerimónia de inauguração da Unidade Local de Formação de Bombeiros, contando tal cerimónia, com a presença do Senhor Governador Civil e demais entidades públicas e privadas. -----

**Reunião de trabalho com a Empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro Sa".** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 03 de Junho, se realizou uma reunião de trabalho com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro Sa, tendo como ponto central da ordem de trabalhos, as seguintes matérias: -----

a) Plano tarifário com incidência no fornecimento de água e saneamento básico, tendo sido acordado, como ponto de partida das negociações, a introdução de ajustamentos aos valores de facturação relativos ao saneamento básico do concelho de Chaves; -----

b) Facturação de fornecimento de água e regularização das dívidas anteriores ao ano de 2010. -----

Sobre esta matéria, não foi possível encontrar uma solução definitiva e consensual entre as partes, razão pela qual este dossier dever-se-á mater ainda em aberto e a aguardar futura decisão sobre a matéria. -----

### **III - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFE. PARA CONHECIMENTO.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e a qual se anexa à presente acta sob o n.º. 1. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

### **IV - INSTALAÇÃO DE UMA ESPLANADA TEMPORARIA E AMOVIVEL, REQUERENTE LUIS MANUEL JESUS PINTO. DESPACHO N.º. 24/GAPV/2011. PARA CONHECIMENTO.** -----

Foi presente, para conhecimento, o despacho supra identificado, com o n.º. 24/GAPV/2011, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e o qual se anexa à presente acta sob o n.º. 2. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

### **V - ANALISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES.** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

**1. EMPREITADA: "FUNDAÇÃO NADIR AFONSO" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 26/DCAPE/2011** -----

**2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO LOCAL DA FEIRA SEMANAL. INFORMAÇÃO N.º. 55/DDE/2011** -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos.** -----

I  
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

## 1. ACTAS:

**1.1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2011. -----**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

## 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

**2.1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE VETERANOS DO DESPORTIVO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 24/GAPV/2011 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Da Exposição de Motivos -----**

Através do ofício registado nos serviços de Expediente Geral desta Câmara Municipal, sob o n.º 5916, de 19 de Maio de 2011, veio a "Associação Núcleo de Veteranos do Desportivo de Chaves" solicitar apoio financeiro para um encontro que vão realizar nesta cidade, com a Selecção de Cabo Verde. -----

Considerando que o apoio pretendido por esta associação visa oferecer à comitiva de Cabo Verde uma estadia mais abrangente, proporcionando aos visitantes o conhecimento dos nossos costumes e realidades culturais; -----

Considerando que, o Município de Chaves, pretende dar continuidade ao desenvolvimento deste tipo de programas desportivos, apoiando o convívio entre várias culturas; -----

Considerando que sem este apoio tornava-se difícil a realização deste intercâmbio; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

**II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

**a)** Apoiar financeiramente a "Associação Núcleo de Veteranos do Desportivo de Chaves", no montante de 500,00 € (quinhentos euros);

**b)** Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

**c)** Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

**d)** Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04 07 01 99 -----  
 Chaves, 31 de Maio de 2011 -----  
 O Presidente da Câmara Municipal -----  
 (Dr. João Martins Gonçalves Batista) -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## 2.2. CONGRATULAÇÃO PELA NOMEAÇÃO DE D. AMÂNDIO JOSÉ TOMÁS COMO BISPO TITULAR DA DIOCESE DE VILA REAL. PROPOSTA N.º. 25/GAPV/2011 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Da Exposição de Motivos -----**

D. Amândio José Tomás nasceu na aldeia de Dadim, Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, do Concelho de Chaves. Após concluir o ensino primário na sua aldeia, iniciou os estudos no Seminário de Vila Real, onde foi ordenado padre. Pouco tempo depois, foi enviado para Roma onde desempenhou, com notoriedade, o cargo de Reitor do Colégio Português. O Papa João Paulo II ordenou-o Bispo tendo como primeira missão a de Bispo Auxiliar de Évora, seguindo-se o cargo de Bispo Co-Adjutor de D. Joaquim Gonçalves, na Diocese de Vila Real e agora, assumindo o cargo de Bispo Titular desta diocese, facto que nos apraz registar com enorme orgulho e satisfação. -----  
 Considerando que este facto traduz o reconhecimento pelas qualidades humanas, académicas e teológicas de D. Amândio, numa vida dedicada às actividades pastorais ao serviço da Igreja Católica; -----  
 Considerando que o Município de Chaves, ao tomar conhecimento que um filho da terra alcançou tão alto e honroso cargo na hierarquia da Igreja Católica, deve manifestar publicamente o apreço e a consideração que tem por D. Amândio José Tomás, desejando-lhe, simultaneamente as maiores felicidades na condução dos destinos do governo da Diocese de Vila Real. -----

### **II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Assim, face ao exposto, proponho ao executivo municipal, com vista à respectiva apreciação, discussão e aprovação, o seguinte: -----

a) Que, em nome do Município de Chaves se delibere transmitir o apreço e consideração que os flavienses nutrem por D. Amândio José Tomás, bem como felicitar Sua Excelência Reverendíssima pela sua nomeação como Bispo Titular da Diocese de Vila Real, desejando-lhe, simultaneamente, os maiores sucessos no desempenho desta sua nova missão; -----

b) Que, como forma de assinalar tão memorável acto, e porque D. Amândio José Tomás é o primeiro Bispo nascido na Diocese de Vila Real, mais concretamente, numa freguesia do Concelho de Chaves, a conduzir o governo da mesma, se delibere ainda que, no próximo dia 8 de Julho, dia da Cidade e do Município de Chaves, em cerimónia oficial, atribuir-lhe a MEDALHA DE HONRA\* DO MUNICÍPIO DE CHAVES. --  
 O Presidente da Câmara Municipal, -----  
 (Dr. João Batista) -----

Chaves, 31 de Maio de 2011 -----

**\*Medalha de Honra:** Artº 3º - "A Medalha de Honra do Município de Chaves, destina-se a galardoar pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado ao Município serviços ou concedido benefícios de excepcional relevância ou se tenham distinguido pelo seu valor em qualquer ramo de actividade humana, ou

*ainda por relevante acto de coragem ou abnegação, cujo nome, por esse efeito, se torne intrinsecamente ligado ao Município de Chaves.*  
 Artº 4º - "A atribuição da Medalha de Honra da cidade, confere ao agraciado singular, o título de CIDADÃO HONORÁRIO do Município Flaviense". -----

(Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**2.3. MATRIZ DE CONTRATO - PROMESSA DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL, IPSS - APROVAÇÃO DEFINITIVA - PROPOSTA Nº 26/GAPV/2011** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Justificação** -----

1) Considerando que o órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2011/05/16, adoptou deliberação consubstanciada na aprovação da Proposta nº 22/GAPV/2011 e relativa ao assunto identificado em epígrafe; -----

2) Considerando que, nos termos da alínea c), do Capítulo III da referida Proposta, foi dado conhecimento à Associação Chaves Social, IPSS, através da emissão da competente notificação, da decisão que veio a ser adoptada pelo respectivo órgão municipal competente; ----

3) Considerando que a Associação Chaves Social, IPSS, veio, agora, apresentar duas sugestões, relativas ao clausulado da matriz do contrato-promessa de comodato em causa, muito concretamente à cláusula 2ª e alín. g), do nº 2, da cláusula 5ª; -----

4) Considerando que, aproveitando tal oportunidade, foram, ainda, incorporadas alterações pontuais que não afectam a sua estrutura, nem comprometem substancialmente a sua filosofia, tudo isto, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à presente Proposta; -----

5) Considerando, por último, que, por razões de segurança, certeza e paz jurídicas, é apresentado, em anexo à presente Proposta, documento dando ênfase às alterações a introduzir na aludida matriz de contrato-promessa de comodato. -----

**II - Do Enquadramento Legal** -----

1) Considerando que, nos termos do disposto no art. 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, podem os Municípios, no feixe das suas atribuições, prosseguir actividades no domínio, entre outras, da Saúde; -----

2) Considerando que, nos termos do disposto na alín. b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa ou outra; -----

**III - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que sejam aprovadas as alterações ora sugeridas à matriz do contrato-promessa de comodato a celebrar entre o Município de Chaves e Associação Chaves Social, IPSS, conforme documento que se anexa à presente proposta, dando exclusivamente ênfase às mesmas; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato-promessa de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Associação Chaves Social, IPSS, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 26 de Maio de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

**Em anexo:** A referida minuta de contrato-promessa de comodato. -----

**MINUTA DE CONTRATO-PROMESSA DE COMODATO ENTRE MUNICÍPIO DE CHAVES E ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL, IPSS** -----

**Entre:** -----

**O Município de Chaves**, pessoa colectiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste acto pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com poderes para o acto, conforme o disposto nas alíneas a), do n.º1 e h), do n.º2, do art. 68º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e adiante designado por primeiro outorgante ou **Promitente Comodante**,  
E -----

**A ASSOCIAÇÃO CHAVES SOCIAL, IPSS**, pessoa colectiva n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, concelho de Chaves, representada neste acto pelo \_\_\_\_\_, e adiante designada por segundo outorgante ou **Promitente Comodatária**, é celebrado e reciprocamente aceite o o presente contrato promessa de comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes e, no que for omissio, pela legislação aplicável: -----

**Cláusula 1ª** -----

1. O primeiro outorgante é proprietário de um prédio rústico, com a área total de 86376m2, sito na Quinta dos Montalvões, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 505 e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 1901º. -----

2. O prédio referido no número anterior irá dar origem à constituição de 2 (dois) lotes, no âmbito da aprovação da Operação Urbanística de loteamento Urbano denominada "Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves", com a criação de uma área privilegiada para serviços e equipamentos públicos. -----

3. O Primeiro Outorgante promete comodatar à Segunda Outorgante um dos futuros lotes - lote n.º 2 - a constituir no âmbito da aprovação da Operação Urbanística de loteamento Urbano com obras de urbanização, com a área de 5.106m2, tendo como destino específico a implantação e instalação de uma Unidade de Internamento de Cuidados Continuados. -----

**Cláusula 2ª** -----

1. Pelo presente contrato o Promitente Comodante promete comodatar à Promitente Comodatária o futuro lote n.º 2 -, a fim de que esta se sirva dele exclusivamente para a implantação e instalação de uma Unidade de Internamento de Cuidados Continuados, conforme decorre dos respectivos Estatutos, não lhe podendo ser dado outro fim, nem transaccionado com terceira pessoa ou entidade sem o consentimento escrito do Primeiro Outorgante. -----

2. Exceptua-se do previsto no número anterior a transmissão da posição contratual, efectuada para qualquer empresa do grupo da 2ª Outorgante e por razões de ordem legal, fiscal ou administrativas, as quais se manifestem vantajosas para a 2ª Outorgante. -----

3. Em qualquer caso não pode essa transmissão por em causa o fim a que se destina o contrato prometido e previsto no nº1 deste artigo, ficando tal transmissão sujeita a prévia autorização do 1º Outorgante. -----

4. Considera-se empresa do grupo qualquer empresa participada pela 2ª Outorgante. -----

5. O futuro lote prometido encontrar-se-á livre de quaisquer ónus ou encargos. -----

#### **Cláusula 3ª** -----

1. A celebração do contrato prometido deverá ser efectuada no momento em que o prédio objecto do presente contrato-promessa se encontre efectivamente autonomizado com a emissão dos respectivo título da operação urbanística de loteamento urbano e com o consequente registo do loteamento, o qual ocorrerá com a aprovação das respectivas obras de urbanização do loteamento. -----

2. Para o efeito previsto no número anterior, deverá o Promitente Comodante comunicar à Promitente Comodatária, por escrito, através de carta registada, a data a partir da qual está disponível para a celebração do contrato prometido. -----

#### **Cláusula 4ª** -----

1. O Segundo Outorgante obriga-se a **concluir** a construção da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados num prazo máximo de 18 meses, contados da data da outorga do respectivo contrato de comodato. -----

2. Decorrido o prazo referido no número anterior sem que a referida Unidade se encontre concluída, o lote prometido reverterá a favor do Primeiro Outorgante. -----

3. A requerimento do Segundo Outorgante e mediante aceitação do Primeiro Outorgante, aquele prazo de 18 meses poderá ser prorrogado até ao máximo de 2 (dois) anos. -----

#### **Cláusula 5ª** -----

1.No âmbito da execução do presente Contrato-Promessa, o Primeiro Outorgante obriga-se a: -----

a) Facultar, a favor do Segundo Outorgante, toda a documentação indispensável à instrução do processo administrativo tendente à aprovação da operação urbanística de edificação da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

b) Autorizar o Segundo Outorgante a requerer, junto da entidade administrativa competente, a aprovação da operação urbanística de edificação da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. -----

2.No âmbito da execução do presente Contrato-Promessa, o Segundo Outorgante obriga-se a: -----

a) Proceder à materialização da operação urbanística de edificação, consubstanciada na construção da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados no prédio identificado na cláusula 1ª; -----

b) Promover à instrução do processo administrativo tendente à aprovação da operação urbanística de edificação da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

c) Assumir todos os encargos associados à construção da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados; -----

d) Proceder à execução de todos os projectos - arquitectura e especialidades -, associados à instrução do procedimento administrativo para a materialização da operação urbanística de edificação da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados, de acordo com o DL n° 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações; -----

e) Assegurar a instalação e funcionamento da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados; -----

f) Destinar exclusivamente o imóvel ao fim estabelecido na cláusula 2ª; -----

g) Não transmitir, sob qualquer forma, a posição que lhe advém do presente contrato, nem ceder qualquer direito ou obrigação decorrente do mesmo, **exceptuando-se aquelas situações previstas na cláusula 2ª, mas sempre com** prévia autorização escrita do Primeiro Outorgante. -----

#### **Cláusula 6ª** -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

#### **Cláusula 7ª** -----

O Prometido Contrato de Comodato será celebrado nos seguintes termos: -----

1. O imóvel prometido comodatar destina-se, única e exclusivamente, à prossecução das atribuições da Comodatária, muito particularmente à implantação e instalação de uma Unidade de Internamento de Cuidados Continuados. -----

2. O contrato prometido será celebrado por um período de 30 anos, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

3. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente respectivo contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

4. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

#### **Cláusula 8ª** -----

1. O Promitente Comodante tem a faculdade de denunciar a todo tempo o contrato prometido, sem direito a qualquer indemnização, seja a que título for a favor da promitente comodatária, desde que se verifiquem alterações supervenientes associadas ao **superior** interesse público municipal e devidamente reconhecidas mediante deliberação da Câmara Municipal. -----

2. O exercício do direito de denúncia previsto no número anterior, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data da produção dos efeitos da denúncia. -----

#### **Cláusula 9ª** -----



1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante prevista na cláusula 4ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

**Cláusula 10ª** -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura. -----

**Cláusula 11ª** -----

Para a resolução dos litígios emergentes do presente contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Cláusula 12ª** -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código Civil. -----

**Cláusula 13ª** -----

-Por ser esta a vontade dos outorgantes se redigiu o presente contrato promessa em .... páginas, que depois de lido e ratificado por todos, vai ser assinado, ficando um exemplar na posse do promitente Comodante e outro na posse do promitente Comodatário. ---

Assim o outorgaram. -----

Chaves, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2011 -----

O Promitente Comodante -----

A Promitente Comodatária: -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **2.4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ACISAT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO ALTO TÂMEGA. - PROPOSTA Nº 27/GAPV/2011** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Justificação** -----

1. Considerando que na sequência dos contactos preliminares estabelecidos com a ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega, ficou delineada uma estratégia conjunta de actuação centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto nº2 - destinado a "Pavilhão de Exposições", em vista ao desenvolvimento das actividades relacionadas com o seu fim estatutário e previstas nos artigos 3º e 4º dos respectivos Estatutos, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta; -----

2. Considerando que o prédio urbano em causa, sito no Beco do Trem, Freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 3550/20100706 e inscrito na respectiva matriz sob o art. 1485 - P, a favor do Município de Chaves; -----

3. Considerando que o prédio em questão constitui o espaço que melhor se adapta e adequa à concretização dos objectivos a prosseguir pela ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega; ----

4. Considerando que existe grande necessidade por parte da referida Associação de ocupar o referido prédio tendo em vista a instalação de um "Pavilhão de Exposições" para o desenvolvimento de actividades relacionadas com o seu fim estatutário, no sentido de continuar a servir a cidade e a região; -----

5. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

6. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

7. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste concelho e da região -----

## **II - Do Enquadramento Legal -----**

1. Considerando que, nos termos do disposto no art. 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, podem os Municípios, no feixe das suas atribuições, prosseguir actividades no domínio, entre outras, da Promoção do desenvolvimento; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa ou outra; -----

## **III - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega, tendo como objecto o referido prédio e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias que segue em anexo à presente proposta; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 31 de Maio de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

**Em anexo :** A referida matriz de contrato de comodato. -----

## **Matriz do Contrato de Comodato entre Município de Chaves e a ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega -----**

Entre o **Município de Chaves**, pessoa colectiva número 501205551, com sede no Largo Camões, da cidade de Chaves, representado neste acto pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista e com

poderes para o acto, conforme o disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 68º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, e a **ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega**, pessoa colectiva número \_\_\_\_\_, com sede Rua Coronel Bento Roma, Edifício Marrocos, 1º andar, freguesia de Santa Maria Maior, daquela mesma cidade, representada neste acto pelo Presidente da Direcção, João Miranda Rua, e adiante designada por segunda outorgante ou comodatária, -----

é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

**Cláusula 1ª -----**  
**(Identificação do imóvel) -----**

O Primeiro Outorgante é proprietário de um prédio urbano, sito no Beco do Trem, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº.3550/20100706 e inscrito na respectiva matriz sob o art. 1485 - P. -----

**Cláusula 2ª -----**  
**(Objecto) -----**

Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante comodata à Segunda Outorgante o prédio identificado na cláusula anterior, a fim de que esta se sirva dele exclusivamente destinado à instalação de um "Pavilhão de Exposições", em vista à prossecução dos seus programas de natureza social e cultural e fins estatutários, designadamente os fins consignados no art. 3º e art. 4º dos respectivos Estatutos, com a obrigação da segunda outorgante o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

**Cláusula 3ª -----**  
**(Das Obrigações do comodatário) -----**

*Com a celebração do presente Contrato, a Comodatária fica obrigada a fazer um uso prudente e cuidado do imóvel identificado na cláusula 1ª, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----*

*a) Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----*

*b) Promover a expensas suas todas as obras de conservação, beneficiação ou reparação que se mostrarem necessárias como consequência da sua utilização; -----*

*c) Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, electricidade e outros da mesma natureza; -----*

*d) Proceder às obras que considere úteis e necessárias à realização dos fins a que se destina o imóvel comodado, desde que previamente autorizadas pelo Comodante, salvo as previstas na alínea b), da presente cláusula. -----*

**Cláusula 4ª -----**  
**(Benfeitorias) -----**

3. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo Segundo Outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

4. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do Primeiro Outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

**Cláusula 5ª -----**  
**(Prazo de vigência) -----**

5. O presente contrato tem a duração de 30 anos, renovável por períodos de 10 anos, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

6. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

7. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

**Cláusula 6ª -----**  
**(Direito de Resolução) -----**

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante previstas na cláusula 3ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

3. O presente contrato cessa os seus efeitos, se a Segunda Outorgante deixar de prosseguir as suas actividades estatutárias ou se extinga. -----

**Cláusula 7ª -----**  
**(Entrada em vigor) -----**

***O presente contrato produz todos os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.*** -----

**Cláusula 8ª -----**  
**(Resolução de litígios) -----**

***Para a resolução dos litígios emergentes do presente contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves, com expressa renúncia a qualquer outro.*** -----

**Cláusula 9ª -----**  
**(Disposição Final) -----**

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código Civil. -----

Assim o disseram e outorgaram, pelo que de boa fé vão as partes assinar o presente contrato. -----

Chaves, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2011 -----

O Comodante: -----

A Comodatária: -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### 3. FREGUESIAS

## II

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

**1. LICENÇA DE USO PRIVATIVO - OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - COLOCAÇÃO DE ESPLANADA - ESTABELECIMENTO DENOMINADO " SNACK-BAR VERDE LÍRIO ". LOCAL: CANTO DO RIO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, EM CHAVES. INFORMAÇÃO/PARECER Nº. 44/DASJ/2011 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. As parcelas de terrenos do domínio público podem ser destinadas a usos privativos, desde que estes sejam autorizados pelas entidades competentes. -----

2. Assim, o direito ao uso privativo só se constitui por título especial - acto administrativo ou contrato - a favor de um determinado indivíduo. -----

3. Dito por outras palavras: "Os particulares podem adquirir **direitos de uso privativo do domínio público** por licença ou concessão", de acordo com o disposto no art. 27º do DL 280/2007, de 7 de Agosto. -----

4. Tal licença de uso privativo quando atribuída confere ao seu titular o direito de utilização exclusiva em relação à parcela dominial a que respeita e destinada a um fim específico constante do título constitutivo. -----

5. Refira-se que a titularidade dos imóveis do domínio público pertence ao Estado, Regiões Autónomas e às Autarquias Locais e abrange poderes de uso, administração, tutela, defesa e disposição, de acordo com o disposto no art. 15º do referido diploma legal. ----

6. Acrescente-se, ainda, que, nos termos do disposto na alín. b), do nº7, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara administrar o domínio público municipal, nos termos da lei. -----

7. Nesta perspectiva, é ao órgão executivo camarário a quem compete deliberar sobre a atribuição, ou não, de licença de uso privativo do domínio público para o fim em vista. -----

8. Assim, e em face das circunstâncias evidenciadas no caso individual e concreto em apreciação, julgamos, salvo melhor entendimento, que o presente assunto deverá ser agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na atribuição de licença de uso privativo da parcela dominial em causa para instalação de uma esplanada, de acordo com a argumentação técnica vertida na informação produzida pela Divisão de Gestão Urbanística e Territorial. -----

9. Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.68º do C.P.A, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

É tudo, de momento, o que me cumpre informar sobre este assunto. -

De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer ao gabinete do Vereador responsável pela área de intervenção municipal de gestão urbanística, Arquitº. Castanheira Penas. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 19 de Maio de 2011 -----

A Chefe de Divisão -----

(Drª. Sandra Lisboa) -----

**NOTA:** No pretérito dia 1 de Abril de 2011, foi publicado o DL nº 48/2011, o qual vem simplificar o regime de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa "**Licenciamento Zero**". Sendo certo que a iniciativa "Licenciamento Zero" tem como objectivos estratégicos, entre outros, a simplificação ou eliminação de licenciamentos habitualmente conexos com os estabelecimentos,

designadamente em matéria de ocupação de espaço público com a finalidade de instalação de esplanada aberta (alín. b), do nº1, do art.10º, art.11º e art. 12º). Pese embora o Município de Chaves tenha adoptado as diligências tendentes à adesão à fase experimental do referido diploma, a mesma veio a limitar-se a apenas a 5 municípios. -----

Nesta perspectiva, e no que concerne à ocupação de espaço público para a instalação de esplanada aberta, o diploma aplica-se na íntegra a partir de 02/05/2012, o que significa que, nessa data, a situação ora em apreciação não estaria sujeita a qualquer licenciamento, mas tão só a uma mera comunicação prévia a efectuar no Balcão do Empreendedor, dando inteiro cumprimento aos critérios definidos pelo respectivo município, ou, caso aqueles não tenham sido fixados, ao cumprimento dos critérios subsidiários estatuídos no anexo IV do DL nº 48/2011, de 1 de Abril, bem como ao pagamentos das taxas respectivas, podendo, de imediato, ocupar o espaço público para o fim pretendido. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.05.23.** -----

Visto. Concorde com a estratégia procedimental sugerida no presente parecer, o qual merece o meu inteiro acolhimento. -----

À consideração do Vereador responsável pela respectiva área de intervenção municipal, Arqto. Castanheira Penas. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 31.05.2011.** -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

Autorizo. À Reunião de câmara para conhecimento. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

##### 1. RECTIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 121. (XV ENCONTRO DE IDOSOS DO CONCELHO DE CHAVES) INFO/PROP. N.º 148/ 11.05.18 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No passado dia 16 de Maio do ano em curso foi presente em reunião de Câmara Municipal a informação n.º 121 de 15.04.2011, cujo assunto versou sobre a promoção dos instrumentos reguladores e regulamentares tendente à realização das comemorações do XV Encontro de Idosos do Concelho de Chaves, assente num formato organizativo substancialmente diferente do modelo vigente em anos anteriores. ---

Em vez da comemoração de um único dia, foi proposto uma divisão do encontro por quatro domingos entre 19 de Junho e 10 de Julho do corrente ano, a realizar no Jardim Público desta cidade, facto que elevava, significativamente, os custos com a manutenção do espaço e apoio logístico necessário à sua realização. -----

Assim, -----  
Considerando que a recente intervenção realizada na arquitectura paisagística do Jardim Público, limitando, de forma expressiva, os espaços sombrios existentes e que em muito contribuem para o bem-

estar e o aprazível convívio entre a população idosa; -----  
 Considerando a duplicação de custos inerente à organização de 3 ou 4  
 encontros de idosos com manifesta repercussão na qualidade dos  
 serviços prestados aos participantes; -----  
 Considerando que as casas de banho públicas existentes no Jardim  
 Público não estão dotadas de capacidade de resposta para tão elevado  
 número de participantes. -----  
 Em face do exposto, propõe-se a realização do XV Encontro de Idosos  
 do Concelho de Chaves no próximo dia 19 de Junho de 2011, no  
 Santuário de Nossa Senhora da Aparecida em Calvão abrangendo neste  
 mesmo dia todas as Freguesias do Concelho. -----  
 Mais se propõe que seja concedido um apoio económico a cada Junta de  
 Freguesia, equivalente a 6,00€ (seis euros) por participante de  
 forma a compartilhar os encargos logísticos associados à confecção,  
 transporte e apoio alimentar aos participantes. -----  
 Para o efeito, cada Junta de Freguesia, deverá remeter a este  
 município até ao próximo dia 08 de Junho, relação detalhada do  
 número de participantes e correspondente identificação, prevendo-se  
 uma estimativa global na ordem das 5.300 pessoas. -----  
 Relativamente ao transporte dos participantes, provenientes das  
 várias localidades e/ou freguesias do Concelho para o local onde irá  
 decorrer o encontro (Santuário da Sr.<sup>a</sup> da Aparecida), em Calvão, com  
 regresso após finalização das mesmas, propõe-se à semelhança de  
 experiências anteriores que o mesmo seja assegurado pelo Município  
 de Chaves, recorrendo para o efeito à contratação pública de  
 serviços de transporte rodoviário, oportunamente realizada para o  
 corrente ano (Concurso Público n.º 4/SA/09). -----  
 As alterações em pareço têm um impacto orçamental de aproximadamente  
 30.000,00€, prevendo-se um encargo global na ordem dos 45.000,00€  
 (Quarenta e cinco mil euros). -----  
 Caso a presente proposta venha a merecer concordância superior,  
 propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião de Câmara  
 para deliberação. -----  
 Os encargos assumidos pela Câmara Municipal de Chaves na  
 participação de despesas às Juntas de Freguesia terão cobertura  
 orçamental através da seguinte rubrica económica: Transferências  
 para as Juntas de Freguesia = 04070199 -----  
 À consideração superior -----  
 O Técnico Superior -----  
 Aureliano António Freitas de Moraes -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.05.18**  
 Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos  
 em vigor. À consideração da Senhora Vereadora Dra. Maria de Lurdes  
 Campos. -----  
**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE**  
**2011.05.18.** -----  
 Visto. Concordo. À consideração do Sr. Presidente. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE**  
**2011.05.19** -----  
 À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. -----

## IV

## PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

**V**  
**ACÇÃO SOCIAL:**

**VI**  
**PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

**1- PLANEAMENTO**

**1.1. CONSULTA PÚBLICA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO "EIXO DA RNT ENTRE CARRAPATELO, FRIDÃO, RIBEIRA DE PENA E VILA POUCA DE AGUIAR, A 400KV - AIA2363" - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ENGº PAULO VALOURA, DE 30.05.2011**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES -----**

1.1. No âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto do Eixo da RNT entre Carrapatelo, Fridão, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, a 400kV, está a decorrer o procedimento de Consulta Pública, no período compreendido entre 1 de Abril e 30 de Maio de 2011. -----

1.2. Os documentos apresentados para análise são constituídos pelo Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), um volume de Anexos com três Tomos, um Aditamento com três Tomos e ainda um conjunto de Peças Desenhadas. -----

1.3. O projecto sujeito ao presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (em fase de estudo prévio) refere-se ao eixo da RNT entre Carrapatelo, Fridão, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, a 400kV. Este projecto corresponde à construção da linha dupla trifásica com um terno a 220kV e outro a 400kV. O terno de 220kV interliga as subestações de Vila Pouca de Aguiar e Carrapatelo, através da abertura da Linha Valpaços - Vila Pouca de Aguiar para a subestação do Carrapatelo. Já o terno de 400kV interliga as subestações de Ribeira de Pena e do Fridão. Neste projecto está ainda incluída a construção das subestações de Ribeira de Pena e do Fridão. -----

1.4. A implementação deste projecto tem como principal finalidade escoar a energia produzida no conjunto de centrais do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico, a construir na bacia do rio Tâmega. Apresenta ainda como objectivo o reforço da estrutura da rede de 200kV de Trás-os-Montes. -----

1.5. No que respeita ao concelho de Chaves, este projecto interfere com o território municipal na passagem da linha Valpaços-Carrapatelo pelas freguesias de Moreiras, Santa Leocádia, Póvoa de Agrações, Loivos, Selhariz, Vilas Boas, Vilarinho das Paranhos, Vidago e Arcossó, representando assim a afectação directa de 9 freguesias do Concelho. -----

1.6. Importa também referir que, para o projecto em análise, foi apresentado inicialmente um traçado diferente, que se localizava no limite do concelho de Chaves, abrangendo as freguesias de Santa Leocádia, Póvoa de Agrações e Oura. Contudo, essa solução inicial foi abandonada com o argumento de que o traçado previsto iria



colidir com a Área Cativa de Pedras Salgadas e as Concessões de Águas Minerais Naturais de Pedras Salgadas, Areal e Vidago e respectivos perímetros de protecção, bem como com as propostas de alargamento desses perímetros. -----

1.7. Relativamente ao ponto anterior, o Município de Chaves, informado sobre a possibilidade da área de estudo ter sido alteração do alterada, apresentou reservas sobre a traçado para os moldes em que acabou por vir a ser tratado no Estudo de Impacte Ambiental em análise. -----

1.8. Para tal, usou como argumentos, o facto do concelho de Chaves ser confrontado com um "corredor" que iria "dividir" o território municipal, a que corresponderia a diminuição da qualidade paisagística local, bem como, iria implicar para parte do território municipal, o agravamento dos impactes cumulativos, tendo em conta a presença de outros projectos de grandes dimensões como sejam a implantação do IP3/A24, a presença de outras linhas de transporte de energia e a implantação, a curto prazo, da futura albufeira do Alto Tâmega. Pela análise do EIA apresentado constatou-se que estes argumentos não foram acolhidos. -----

1.9. Ultrapassada a fase de elaboração do Estudo de Impacte Ambiental está, neste momento, a decorrer a fase de Consulta Pública, período em que todos os interessados poderão apresentar as suas contribuições relativas ao projecto em causa. -----

1.10. Tendo por base este contexto, e por forma a dar resposta à solicitação da Agência Portuguesa do Ambiente, cumpre emitir o seguinte parecer. -----

## **2. PARECER** -----

2.1. Sem prejuízo dos comentários que seguidamente se fazem em resultado da análise efectuada ao Estudo de Impacte Ambiental, estes Serviços entendem desde já dar destaque ao facto de ter sido abandonado o traçado inicial (mencionado nos itens 1.6 e 1.7) abrangendo as freguesias de Santa Leocádia, Póvoa de Agrações e Oura. No entendimento destes serviços as alternativas que agora são objecto de estudo de EIA são manifestamente geradoras de mais impactes que a versão anterior, para além de se traduzirem em ocupação de maior área do território. -----

2.2. No que respeita à tipologia de intervenção que se pretende concretizar, nos termos do estudo em causa, resulta na aplicação de um conjunto de aspectos construtivos que, de uma forma mais ou menos significativa, originam impactes sobre a economia local, a sociedade, o ambiente, a paisagem e o património. Desta forma, são consideradas como acções passíveis de introduzir impactes mais significativos, entre outras, as seguidamente elencadas: -----

- i) Instalação dos estaleiros e parque de materiais; -----
- ii) Abertura de acessos provisórios aos locais de instalação dos apoios; -----
- iii) Abertura da faixa de protecção, na qual se realiza o abate ou decote do arvoredado susceptível de interferir com o funcionamento da linha; -----
- iv) Presença da linha, respectivos apoios de grandes dimensões e correspondentes condicionalismos que daí decorrem. -----

2.3. Atendendo à tipologia de intervenção interessa realçar, no contexto do território do concelho de Chaves que será afectado pelo projecto, os seguintes aspectos: -----

- i) Para o troço 1A, localizado na freguesia de S. Leocádia, caracterizado como uma zona de planalto, identificando-se como aspectos mais marcantes a ocupação do solo com soutos, muitos deles

em estado adulto, bem como culturas de sequeiro. Das manchas florestais destacam-se os povoamentos de carvalhos e pinheiros; ----

ii) Para o troço 1B localizado também na freguesia de S. Leocádia, apresenta declives mais acentuados que a alternativa 1A, desenvolvendo-se ao longo de uma linha de água, entre as povoações de Santa Ovaia e Adães, caracterizando-se por uma ocupação de culturas de soutos e pela forte presença de floresta mista de pinheiros e carvalhos; -----

iii) Já o troço 2, dada a sua extensão, caracteriza-se por uma maior diversidade de relevos e de ocupação do solo, variando desde uma zona de planalto para uma zona de grandes declives, e em que a ocupação do solo também varia de soutos na parte mais próxima ao troço 1, para a vinha, olival e campo de milho à medida que se aproxima da zona da Ribeira de Oura. Já a floresta começa a ter uma forte componente de pinhal, pontuada por ocorrências de sobreiros. Neste troço regista-se também a proximidade de algumas habitações, armazéns agrícolas e indústrias; -----

iv) O troço 3A desenvolve-se em grande parte já no concelho de Boticas, numa zona muito acidentada, com uma ocupação do solo baseado nos matos e pinhais, destacando-se a presença de algumas vinhas. -----

v) Já o troço 3B localizado na freguesia de Arcossó, numa zona também muito acidentada, e cujo traçado da linha se aproxima do aglomerado de Arcossó, numa zona florestal com carvalhais e antigos soutos, passando depois para áreas de intensa actividade agrícola, caracterizada pela ocorrência da vinha, olival e culturas de regadio que correspondem à zona de travessia da Ribeira de Oura. -----

2.4. Atendendo a esta realidade estes Serviços antevêm com especial preocupação as seguintes situações: -----

i) Quer no troço 1A, quer no troço 1B evidencia-se a passagem das linhas de muito alta tensão por terrenos agrícolas, em especial os ocupados por soutos. Relembra-se que a produção de castanha constitui a principal fonte de rendimento destas populações, pelo que não é admissível que possa vir a ser posta em causa pela passagem de linhas de muito alta tensão; -----

ii) No troço 2, é relevante a destruição do coberto vegetal e consequente descaracterização de uma zona à qual está associada uma elevada qualidade paisagística, de que se destacam a passagem do ribeiro do Seixo, zona da encosta de S. Bárbara e a proximidade com a freguesia de Vilarinho das Paranheiras. Destaca-se também o cruzamento deste troço com uma zona referenciada para a migração de rapinas e passeiriformes localizado no vale da ribeira de Loivos;

iii) No troço 3B, que se desenvolve na encosta poente de Arcossó, com a passagem do traçado junto à linha de festo, muito perto do agregado populacional de Arcossó, implica a destruição do coberto arbóreo e arbustivo existente, acrescido do facto de representar um agravamento dos condicionalismos já existentes nesta freguesia, decorrentes de outros projectos, como sejam o IP3/A24, a passagem de outras linhas de alta tensão e a futura albufeira do Alto Tâmega;

iv) Ainda de salientar os impactes paisagísticos gerados pela presença das linhas e respectivos apoios ao longo de todo o traçado, destacando-se a passagem no lugar da ribeira de Loivos - freguesia de Loivos e no lugar da Lamalonga - freguesia de Arcossó, em que a elevada exposição desta localização agrava, em grande medida, a extensão dos impactes sobre a paisagem. -----

2.5. Neste contexto entendem estes Serviços expor os seguintes comentários gerais relativos ao Estudo de Impacte Ambiental agora em análise: -----

i) Em coerência com o que se referiu anteriormente e tendo em conta os interesses do Município de Chaves na salvaguarda da sua qualidade ambiental e paisagística do seu território, considera-se que a área de estudo inicialmente proposta e já referida no ponto 1.6 deste documento deveria ter sido considerada também como alternativa do projecto. Muito embora o estudo apresente alguns argumentos que levaram à exclusão desta alternativa, não parecem ser razões suficientes para que se alterasse de forma tão substancial a área de estudo e o traçado das respectivas linhas; -----

ii) O EIA em análise tratou de forma muito superficial os impactes cumulativos decorrentes da presença de outros projectos, em especial nas localidades de Vilarinho das Paranheiras e Arcossó, como sendo os projectos relacionados com outras linhas eléctricas já existentes, o Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Tâmega e o IP3/A24; -----

iii) Também não aprofundou os impactes sobre a paisagem e o território, como aliás tinha sido sugerido em tempo oportuno pelo Município de Chaves, considerando a localização do projecto numa zona turística de Vidago, que deverá tender a ser valorizada em termos paisagísticos e ambientais; -----

iv) No que respeita à abordagem feita ao PDM de Chaves, na página 249 do Relatório Síntese, e muito embora não tenha influência para a área de estudo, regista-se a omissão de referência à alteração do PDM de Chaves circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente, publicada em Diário da República, 2ª Série nº 53, de 17 de Março de 2010, através de Aviso nº 5569/2010. Nestas circunstâncias, o enquadramento na Carta de Ordenamento e na Carta de Condicionantes do PDM de Chaves teve por base uma versão desactualizada, pela entrada em vigor da referida alteração. No entanto, é de referir que para a área de estudo, apenas se regista uma alteração por adaptação do traçado do IP3/A24, o qual sofreu um ligeiro desvio deste local. -----

2.6. Finalmente, considerando que o presente estudo, ao não ter justificado de forma sustentada o abandono do traçado inicial, estes serviços consideram que o mesmo deverá ser reformulado, e nessa medida ter em conta os seguintes aspectos: -----

i) Promover a actualização do enquadramento do projecto nas cartas de Ordenamento e Condicionantes do PDM, tendo em conta a alteração realizada ao mesmo, conforme descrito no número iv), do ponto anterior; -----

ii) Elaborar um estudo pormenorizado sobre os impactes cumulativos decorrentes da presença deste e de outros projectos em território municipal; -----

iii) Elaborar estudos mais pormenorizados sobre as questões relacionadas com o impacte socioeconómico decorrente da implementação do projecto, ponderando, relativamente à ocupação do solo, todos os condicionalismos e/ou restrições sobre as práticas agrícolas, com especial relevância para a cultura do castanheiro, uma vez que representa uma importante fonte de rendimento local e que, cada vez mais, se tem imposto como um produto com elevadas potencialidades de desenvolvimento, bem como para a exploração dos recursos florestais, enquanto complemento da economia familiar; ----

iv) Garantir que o traçado escolhido não venha a conflitar com aglomerados habitacionais ou habitações isoladas existentes; -----

- v) Adoptar as técnicas construtivas mais adequadas para minimizar os efeitos sobre a paisagem decorrentes da presença das linhas e respectivos apoios, em especial em locais de maior exposição. -----
- vi) Garantir que os trabalhos inerentes à abertura da faixa de protecção se desenvolvam nas áreas estritamente necessárias para o efeito, tendo sempre presente que apenas deverá ser retirado o substrato vegetal essencial; -----
- vii) Dar primazia à utilização de acessos existentes em detrimento da criação de novos, prevendo-se apenas as beneficiações necessárias para conferir aos mesmos a funcionalidade adequada, cuidando ainda dos impactes provocados com a movimentação de maquinaria pesada, devendo para o efeito ser apresentado um Plano de utilização da rede viária com menção das acções de intervenção; -----
- viii) Relativamente à população afectada pelo projecto, deverão ser desenvolvidas acções de informação, antes da realização de qualquer tipo de intervenção no terreno. Estas acções de informação devem visar a apresentação do projecto, das datas para a sua concretização, bem como das condicionantes que este vai originar no território, em especial, nas práticas agrícolas e florestais; -----
- ix) Por último, considera-se que deverá ser previsto um plano de compensações que não se resume às meras expropriações e respectivas indemnizações, mas que inclua um conjunto de acções que possam contribuir para a minimização dos impactes a que toda a comunidade irá estar sujeita. -----

### 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Com base na argumentação apresentada, estes Serviços consideram que as alternativas objecto de EIA para o traçado da linha de muito alta tensão geram impactes muito superiores ao traçado inicial, pelo que se recomenda que o Município emita **parecer desfavorável** e pugne para que o EIA retome o estudo do traçado inicial e que tenha em devida conta as recomendações do ponto 2.6. -----

Atendendo ao exposto e em virtude da urgência decorrente do prazo estabelecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, o qual termina no dia de hoje, propõe-se ao Sr. Presidente que adopte decisão no sentido da aprovação do presente parecer para efeitos de comunicação imediata àquela entidade. -----

Tendo em vista conferir eficácia ao despacho praticado pelo Sr. Presidente, recomenda-se que este parecer seja submetido a reunião do Executivo Municipal para homologação, consubstanciando a posição deste órgão relativamente ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental em análise. -----

À consideração superior, -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEAMENTO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 30.05.2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.

Face ao exposto, propõe-se que superiormente seja adoptada decisão no sentido de aprovar o presente parecer, o qual sintetiza a posição do município sobre o Estudo de Impacte Ambiental objecto de análise, para efeitos de comunicação imediata à Agência Portuguesa do Ambiente, sendo posteriormente submetido a reunião de Câmara para homologação. -----

À consideração do Senhor Director de Departamento -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.<sup>o</sup> RODRIGO MOREIRA de 30.05.2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.

Com base na mesma, propõe-se ao Senhor Presidente a aprovação do parecer que deverá consubstanciar a posição desfavorável do município face ao Estudo de Impacte Ambiental em causa, sob a condição de ser posteriormente submetido a reunião de Câmara para homologação -----

À consideração do Senhor Presidente -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.2. INCOERÊNCIA DETECTADA NA REPRESENTAÇÃO DE UM CAMINHO PÚBLICO NAS CARTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES Nº 34B DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CHAVES - LUGAR DAS FONTAINHAS, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA, CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DA ARQ.<sup>a</sup> CARLA JOANA RODRIGUES DE 01-06-2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**INTRODUÇÃO -----**

A presente informação visa dar conhecimento ao Executivo Municipal de uma situação de incoerência na representação de um caminho público nas cartas de ordenamento e de condicionantes nº 34B do Plano Director Municipal de Chaves (PDM), detectada após um pedido de licenciamento para construção de um edifício de habitação unifamiliar no lugar das Fontainhas, freguesia de Vila Verde da Raia, bem como delinear uma estratégia de actuação para a regularização da mesma. -----

**ENQUADRAMENTO -----**

Em 17-01-2011 foi apresentado nos serviços técnicos da Câmara Municipal de Chaves um pedido de licenciamento para construção de um edifício de habitação unifamiliar no lugar das Fontainhas, freguesia de Vila Verde da Raia, a levar a efeito pelo Sr. Luís Filipe Jesus Vieira (Processo 19/11). O pedido em causa foi apreciado na Divisão de Gestão Urbanística e Territorial (DGUT) e obteve decisão de indeferimento, uma vez o prédio objecto do pedido estar maioritariamente fora do perímetro urbano patenteado no Plano Director Municipal para aquela freguesia. -----

Posteriormente, em 21-02-2011, o requerente veio apresentar uma exposição no sentido de contrariar tal sentido de decisão (nos termos do artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL nº 6/96, 31 de Janeiro), alegando que o Plano Director Municipal contém um erro de representação gráfica do caminho existente e, por conseguinte, tal erro resultou na deficiência da representação gráfica do perímetro de construção adjacente ao mesmo (Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, categoria 1.3 - outros aglomerados). Neste sentido, o requerente defende que o terreno em causa está contido na Classe de espaços urbanos e urbanizáveis limitados por uma faixa de 30 metros fixados a partir da berma do caminho. Para o efeito, o mesmo apresentou extractos de Cartas Militares da localidade com datas de 1947 e 1997 com a representação do caminho público. -----

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO -----**

3.1.Face à exposição apresentada pelo requerente, estes serviços procederam à análise da situação no sentido de confirmar se, de facto, à data da elaboração das cartas do PDM de Chaves houve um erro na representação do caminho em causa e, consequentemente, na

representação da classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, da categoria 1.3 - outros aglomerados que lhe é adjacente. -----

3.2. Para o efeito, recorreu-se à observação de elementos cartográficos disponíveis, a visitas ao local e à recolha de testemunhos, tendo-se apurado o seguinte: -----

De acordo com visita efectuada ao local, o terreno alvo da pretensão do requerente, confina com um caminho público bem demarcado (pavimentado e com redes de infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e electricidade), o qual apresenta um traçado divergente daquele que está representado nas cartas de ordenamento e de condicionantes nº 34B do PDM. O traçado do caminho que está representado no PDM não é actualmente perceptível no terreno, identificando-se apenas um arranque do mesmo, o qual, segundo informação prestada por moradores locais e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, constituiu um caminho de consortes, que foi sendo desactivado ao longo dos anos. - Por observação da cartografia do concelho, concretamente as Cartas Militares de Portugal à escala 1:25000, cartas nº 34 dos anos 1947 e 1997, verifica-se que a representação do caminho em causa surge com o traçado que conserva actualmente e não o traçado que ficou patenteado nas cartas do Plano Director Municipal. -----

Da análise efectuada aos estudos que estiveram na base da elaboração do PDM de Chaves (1995), verificou-se que a representação do traçado do caminho diferiu de uns estudos para os outros, designadamente: --

(i) Nas cartas temáticas que tiveram por referência as Cartas Militares de Portugal à escala 1:25.000, de 1947, o caminho em causa é representado com o traçado actual; enquanto que, -----

(ii) Nos estudos que tiveram como referência a cartografia do INE do serviço cartográfico do exército à escala 1:10.000, de 1980, representam o caminho com o traçado que ficou patenteado nas cartas de ordenamento e de condicionantes do Plano Director Municipal. ----

Por último, através de consulta de um ortofotomapa do agrupamento de concelho de Alto Tâmega à escala 1:2000 do ano de 1985, comprovou-se que nessa data existiam, de facto, dois caminhos, ou seja, o caminho com o traçado mais antigo (que já aparece representado nas Cartas Militares de Portugal à escala 1:25.000 desde 1947 e que se mantém actualmente), e o caminho que está patenteada nas cartas do Plano Director Municipal e que já não é actualmente identificável no local. -----

3.3. Tendo em conta os factos apurados verifica-se que: -----

Em 1947 a Cartografia Militar representava apenas o caminho que existe actualmente e que segundo observação da cartografia disponível seria o mais antigo e o mais importante; -----

▪ Em 1980 a cartografia do INE, do serviço cartográfico do exército, ignorava a existência desse caminho e representava apenas o caminho que ficou patenteado nas cartas do PDM; -----

▪ Em 1985, reconhece-se a existência dos dois caminhos pela observação dos Ortofotomapas do local; -----

▪ Em 1997 a Cartografia Militar representava apenas o caminho actual. -----

3.4. Assim, pode concluir-se que a representação dos limites físicos nesta área do território municipal, concretamente dos caminhos públicos existentes, foi elaborada com algumas incoerências ao longo dos tempos. Destaca-se a representação patente na cartografia 1:10000 do INE de 1980 e que serviu de base à elaboração das cartas de ordenamento e de condicionantes do PDM, uma vez que se comprovou que em 1985 eram identificáveis no terreno os dois caminhos

(comprovado nos Ortofotomapas), não se percebendo a razão de se ter representado apenas um dos caminhos, nomeadamente o que teria menor importância e que seria um caminho de consortes (segundo testemunhos recolhidos). -----

3.5. Porém, foi esse caminho que ficou retratado nas cartas do PDM e que serviu de referência para a marcação da faixa de 30m que delimita a Classe de espaços urbanos e urbanizáveis, permitindo desta forma o licenciamento de várias construções ao longo destes anos, embora o mesmo já não seja identificável no local. -----

#### **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO** -----

4.1. Face a esta situação, tendo em consideração que: -----  
O caminho que está representado nas cartas do PDM, embora não se tenha apurado com certeza a sua natureza como caminho de consortes (pois tal só foi possível de aferir através de testemunhos recolhidos), efectivamente já não é identificável no local e o seu traçado já não tem qualquer viabilidade de ser retomado, uma vez que entretanto já foram construídos edifícios que impedem tal situação;

▪ O caminho que actualmente existe constitui uma via pública pavimentada com betuminoso, com infra-estruturas, apresentando um traçado bem demarcado, ladeado por terrenos inseridos em espaços da classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, da Categoria 4.3 - Espaços Agro-florestais, da Subcategoria 4.3.A - Espaços Agro-florestais comuns, mas que, de acordo com as regras que estiveram subjacentes na demarcação da Classe de espaços urbanos e urbanizáveis do regulamento do PDM<sup>1</sup> à data da elaboração das respectivas cartas de ordenamento e condicionantes, possuía características mais evidentes de via pública e, como tal, deveria estar representado na cartografia e marginado pela Classe de espaços urbanos e urbanizáveis. -----

4.2. Esta situação deverá então ser regularizada, no sentido de se representar nas cartas de ordenamento e de condicionantes do PDM o caminho público que já surge cartografado desde 1947 e, como tal, seria o mais antigo e aquele que detinha maior importância, bem como enquadrar na Classe de espaços urbanos e urbanizáveis a faixa de 30m paralela ao longo das bermas do mesmo, uma vez ter ficado explícito que a situação que está patente nas cartas do PDM apresenta incorrecções relativamente à representação da realidade local existente aquando da sua elaboração. -----

4.3. Contudo, tendo em conta os condicionalismos e especificidades que envolvem esta situação, considero prudente que, antes de se proceder à formalização de uma estratégia de actuação definitiva para a resolução do assunto, a qual poderá vir a revelar-se de execução mais morosa do que o desejado, sejam consultados os serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) no sentido de se pronunciarem sobre a forma mais ajustada e célere

---

<sup>1</sup>ANEXO N.º 1 -----

Regras para a demarcação dos limites das classes e categorias de espaços (a que se refere o artigo 8º) -----

A demarcação concreta dos limites entre as diferentes classes e categorias de espaços cumprirá as seguintes regras: -----

1) (...) -----

2) Nos casos em que a linha limite se dispõe paralelamente a arruamentos ou vias públicas, estabelecendo espaços urbanos ou urbanizáveis desse mesmo lado da via, a sua implantação é fixada a 30 m da respectiva berma, (...) -----

de regularizar a mesma, em conformidade com o estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

4.4. Para o efeito, proponho a ponderação de duas hipóteses de actuação que considero adequadas para a regularização da situação em apreço, as quais passo a descrever: -----

Hipótese A: -----

Reconhecer que, aquando da elaboração das cartas do PDM, houve uma incorrecção na representação gráfica do traçado do caminho público existente bem como da respectiva faixa de 30m que delimita a Classe de espaços urbanos e urbanizáveis que lhe está adjacente, e como tal, proceder à respectiva correcção do traçado para a configuração que detém actualmente (procedendo à substituição de um traçado pelo outro), recorrendo para tal a um procedimento de "correcção material" estabelecido nas alíneas a) e b), ambas do n.º 1, do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações. Esta solução implicaria que as construções que já foram licenciadas com base na delimitação da Classe de espaço que está actualmente demarcada nas cartas do PDM, posteriormente a esta correcção material, ficassem enquadradas numa situação de "preexistências" (artigo 5.º do regulamento do PDM) à data desta correcção. -----

Hipótese B: -----

Manter a representação do caminho e a faixa da Classe de espaços urbanos e urbanizáveis que está patenteada nas cartas do PDM, uma vez que já foram licenciadas construções ao longo da mesma, e proceder à inclusão do traçado do caminho existente ladeado de outra faixa da mesma Classe e Categoria de espaço. Tal alteração, como implica o aumento da mancha do perímetro urbano e a reclassificação e requalificação do solo nesta área do território, seria enquadrada num procedimento de alteração do PDM, em conformidade com o estipulado no n.º 2 do artigo 71.º do RJIGT, em articulação com o artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio. -----

**PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Atendendo ao exposto sou a propor que superiormente seja adoptada decisão no seguinte sentido: -----

Reconhecer que nas cartas de ordenamento e de condicionantes n.º 34B do PDM de Chaves, concretamente no Lugar das Fontainhas, Freguesia de Vila Verde da Raia, se verifica uma incoerência na representação gráfica do traçado de um caminho público e respectiva faixa de Classe de espaços urbanos e urbanizáveis que o envolve, uma vez que o traçado do caminho actualmente existente difere daquele que está patenteado nas cartas do PDM, o qual já não é identificável no local e comprovou-se que não constituiu a representação mais fiel da realidade presente à data da elaboração das mesmas. -----

Proceder à consulta dos serviços da CCDR-N no sentido de se pronunciarem sobre a forma mais ajustada e célere de regularizar esta situação de acordo com as hipóteses de actuação elencadas no ponto 4.4 da presente informação. -----

Posteriormente à recepção do Parecer da CCDR-N e após ser tomada decisão sobre a estratégia de actuação para a resolução da situação, deverá dar-se conhecimento da mesma ao requerente que alertou para a incoerência existente na representação do traçado do caminho público existente no âmbito de um pedido de licenciamento para o local que lhe foi indeferido com base na classificação de solo que está patente nas cartas do PDM. -----



À consideração superior, -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEAMENTO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 01.06.2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Com base na mesma, propõe-se que superiormente seja adoptada decisão de a submeter a reunião do Executivo Municipal, para que este órgão tome conhecimento da situação em causa e delibere no sentido da sua homologação para efeitos de promoção da consulta da CCDR-N sobre a forma mais ajustada e célere de a regularizar, de acordo com as hipóteses de actuação elencadas no ponto 4.4 da presente informação.

À consideração do Senhor Director de Departamento -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.<sup>o</sup> RODRIGO MOREIRA de 01.06.2011.** -----

Analizada a informação, considera-se que a mesma merece o meu inteiro acolhimento, pelo que se propõe ao Sr. Vice-Presidente que a submeta à consideração do Executivo Municipal para tomar conhecimento da situação exposta e homologar a informação para efeitos de consulta da CCDR-N. -----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR, ARQ.<sup>o</sup> CASTANHEIRA PENAS DATADO 2011.06.01** -----

Homologo. À reunião de Câmara para conhecimento. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.3. PEDIDO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO, RESERVADO AOS UTENTES DA CLÍNICA DA AVENIDA - LUGAR AVENIDA NUNO ALVARES - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES DO ENG<sup>o</sup> GUILHERME TOMAZ, DE 16.05.2011.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1 - INFORMAÇÃO** -----

Através do requerimento registado no serviço de expediente geral com a referência NIPG: 5129, datado de 03-05-2011, a requerente Sandra Cristina Brás Fernandes, na qualidade de proprietária da "CLÍNICA AVENIDA" situada no n.º10 Avenida Nuno Álvares, vem, ao abrigo do disposto artigo 4.º do "Regulamento geral das zonas de estacionamento privativo para veículos automóveis em domínio público", solicitar que lhe sejam concedidos dois lugares de estacionamento privativo em domínio público na Avenida Nuno Álvares, reservados a utentes desta Clínica, com as dimensões de 5,00 x 2,30 metros cada.-----

#### **2 - FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA** -----

Considerando que: -----

2.1 - O pedido apresentado tem enquadramento legal no "Regulamento geral das zonas de estacionamento privativo para veículos automóveis em domínio público", aprovado em reunião de Câmara de 03 de Maio de 2004, por se tratar de um pedido de ocupação privativa do domínio público, com estacionamento de veículos automóveis, em horário pré-definido (das 8h00 às 20h00) pelo período de um ano; -----

2.2- De acordo com as disposições previstas no ponto 1.3 do artigo 8.º do regulamento supracitado, os lugares de estacionamento requeridos enquadram-se no escalão n.º3 e estão sujeitos ao pagamento de uma taxa de 400 € por lugar e por ano, tendo em conta

que se situam fora do centro histórico da Cidade de Chaves, em arruamento não protegido por parcometro; -----

2.3- De acordo com as disposições previstas no n.º 2 do artigo 8.º do regulamento supracitado, quando a licença de uso privativo do estacionamento se iniciar durante o ano civil, a taxa será reduzida em proporção dos meses que já decorreram nesse mesmo ano. -----

### **3 - PROPOSTA** -----

3.1 - Face ao exposto proponho que, nos termos do disposto no artigo 5.º do regulamento referido, se autorize a emissão da licença de ocupação de dois lugares de estacionamento para uso privativo de veículos em domínio público, a implantar na Avenida Nuno Álvares, de acordo com as peças desenhadas em anexo; -----

3.2 - Caso a presente informação mereça aprovação superior, recomenda-se a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que se notifique a requerente Sandra Cristina Brás Fernandes a proceder ao pagamento da taxa de 400€ por ano e por lugar, reduzida nos termos do disposto no ponto 2.3 da presente informação; -----

b) Que se envie cópia da presente informação para a Divisão de Serviços Urbanos, afim de estes serviços procederem à recolocação dos ecopontos existentes em frente ao edifício da "Clínica Avenida", por forma a que o acesso dos utentes com mobilidade reduzida, transportados em ambulância para este edifício, não seja comprometido pela existência de qualquer obstáculo; -----

c) Que se envie cópia da presente informação para a Divisão de Recursos Operacionais, afim de estes serviços procederem à marcação dos dois lugares de estacionamento privativo autorizados e à colocação da respectiva sinalização vertical, de acordo com a representação gráfica indicada nas peças desenhadas em anexo. -----

À consideração superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES, ENGº ABEL PEIXOTO, DE 16.05.2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Com base na mesma, propõe-se ao Senhor Vereador responsável pelo Pelouro do Trânsito que profira despacho conducente à adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Autorizar a criação de dois lugares de estacionamento para uso privativo de veículos em domínio Público; -----

b) Oficiar a requerente Sandra Cristina Brás Fernandes, para proceder ao pagamento da taxa no valor de 400€ por lugar e por ano, reduzida nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do regulamento mencionado na presente informação; -----

c) Determinar que os procedimentos tendentes à recolocação dos Ecopontos existentes frente ao edifício, sejam conduzidos pela Divisão de Serviços Urbanos; -----

d) Determinar que os procedimentos tendentes á implantação dos dois lugares de estacionamento privativo para veículos automóveis em domínio público sejam conduzidos pela Divisão de Recursos Operacionais. -----

À consideração do Senhor Director de Departamento de Planeamento e Desenvolvimento-----

**2. DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.º RODRIGO MOREIRA de 16.05.2011.**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, propõe-se ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves a aprovação da proposta em causa. -----

À consideração do Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Trânsito  
**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL DR. PAULO ALVES DE 17.05.2011 -----**  
 Visto. Concorde. -----  
 À Reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.1. ACOMPANHAMENTO PÚBLICO DO PROJECTO "APROVEITAMENTO  
 HIDROELÉCTRICO DE GOUVÃES, ALTO TÂMEGA E DAIVÕES - PPA402" - PARECER  
 DO MUNICÍPIO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO,  
 AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DO ENG.º PAULO VALOURA DE  
 01.06.2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO -----**

1.1. No âmbito do Acompanhamento Público do projecto do  
 "Aproveitamento Hidroeléctrico de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões -  
 PPA402", a realizar durante 11 dias úteis, de 13 de Maio a 27 de  
 Maio de 2011, e posteriormente prorrogado até ao dia 3 de Junho<sup>2</sup>, e  
 a coberto do preceituado nos artigos 28.º e 31.º, ambos do Decreto-  
 Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo  
 Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, a Agência Portuguesa do  
 Ambiente veio informar este Município, através do Ofício com Ref.  
 Of.Circ.297/11/GAIA-PPA402, da possibilidade do público interessado,  
 desde que devidamente identificado, poder apresentar por escrito uma  
 exposição contendo quaisquer informações ou dados factuais  
 relevantes sobre impactes negativos causados pelo projecto. -----

1.2. Para o efeito, foi remetido para este Município o Relatório de  
 Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE), constituído  
 pelo Sumário Executivo, Relatório Técnico e respectivos anexos,  
 perfazendo um total de 20 volumes. -----

1.3. Este documento tem por objectivo a verificação de que o  
 Projecto de Execução relativo aos Aproveitamentos Hidroeléctricos  
 (AH) de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões obedece aos critérios e  
 requisitos estabelecidos na Declaração de Impacte Ambiental (DIA),  
 emitida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

1.4. Relativamente a este Projecto, importa relembrar que o  
 Município de Chaves tem vindo a ter um papel pró-activo no seu  
 desenvolvimento, de que se destaca: -----

i) A apresentação de um "Memorando demonstrativo da posição do  
 Município, das Juntas de Freguesias abrangidas pela albufeira e da  
 Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes", onde se alertava  
 para vários problemas inerentes à concretização do empreendimento em  
 causa, datado de 13 de Agosto de 2009; -----

ii) A apresentação de um Parecer Técnico, datado de 31 de Março de  
 2010, em resposta à solicitação da Agência Portuguesa do Ambiente,  
 de acordo com o n.º 9 do artigo 13.º do Decreto-lei 69/2000, de 3 de  
 Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei 197/2005, de 8 de  
 Novembro. -----

1.5. Ultrapassada a fase de Declaração de Impacte Ambiental, a  
 empresa promotora do Projecto, IBERDROLA GENERACIÓN, SAL, apresentou  
 junto da Agência Portuguesa do Ambiente o Relatório de Conformidade

<sup>2</sup> Através do Ofício Circular 328/2011/GAIA - PPA402. -----

Ambiental do Projecto de Execução, documento que constitui o objecto de análise do presente parecer. -----

1.6. Importa ainda referir que a entrega, no Município de Chaves, dos documentos que constituem o RECAPE, se concretizou já dentro do período reservado para o Acompanhamento Público, conforme oportunamente este Município reportou à Agência Portuguesa do Ambiente, através do Ofício n.º 52/DPAOT/2011. Em resposta, a Agência Portuguesa do Ambiente alargou o período de Acompanhamento Público até ao dia 03 de Junho, como já mencionado. -----

## 2. PARECER -----

2.1. Atendendo à complexidade e à extensão dos documentos que constituem o RECAPE, optou-se por uma abordagem sistematizada dos mesmos, através de uma análise à forma como algumas das condicionantes impostas na Declaração de Impacte Ambiental foram integradas do Projecto de Execução, nomeadamente aquelas que, do ponto de vista destes Serviços, mais directamente se relacionam com o Município de Chaves, numa perspectiva de minimização dos impactos resultantes com o desenvolvimento do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Tâmega. -----

2.2. De salientar que a análise de determinados conteúdos ficou prejudicada pela impossibilidade de acesso ao Projecto de Execução.

2.3. De forma a ter uma percepção mais aprofundada dos impactos causados a nível local, foram consultados os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Anelhe, Arcossó e Vilarinho das Paranheiras, freguesias directamente afectadas pelo empreendimento, com áreas do seu território directamente abrangidas pela albufeira do Alto Tâmega, que elucidaram estes Serviços Técnicos sobre alguns aspectos relacionados com as especificidades locais de cada freguesia. -----

2.4. Antes de se encetar uma análise mais pormenorizada de cada uma das condicionantes, entendem estes Serviços apresentar as seguintes observações de carácter mais genérico: -----

i) Da observação dos documentos apresentados em sede de RECAPE ainda não foi possível confirmar com grande detalhe a área efectivamente abrangida pela cota de NPA; -----

Pela observação da cartografia 1:10000 disponível neste Município, é possível observar que o limite de montante da albufeira se situa aproximadamente a 1400 metros mais para jusante, se comparado com o limite apresentado nas diversas peças desenhadas do RECAPE; -----

Destaca-se ainda que o troço final da albufeira do Alto Tâmega, no rio Tâmega e na extensão de 1400 metros, pela interpretação das peças desenhadas apresentadas em RECAPE, se constata que a albufeira se desenvolve confinada no actual canal da linha de água; -----

Neste sentido, entendem estes Serviços considerar essencial o esclarecimento da cartografia que serviu de base aos estudos apresentados, bem como a demarcação, de forma rigorosa, da cota de NPA. -----

ii) Já no Anexo B - Elementos Complementares a Apresentar em RECAPE, Anexo B.I - Pareceres (Volume 5 do RECAPE) é referido que o Município de Chaves não prestou esclarecimentos sobre possíveis afectações do território do Concelho, estendendo esse comentário às Juntas de Freguesia abrangidas. -----

Relativamente a este ponto deverá ser esclarecido o seguinte: -----

Desde Novembro de 2008 têm vindo a ser estabelecidos contactos entre o Município de Chaves, a empresa IBERDROLA e a empresa PROCESL (empresa contratada pela IBERDROLA para a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental). Destes contactos, foi trocada ao longo do tempo,

informação relativa ao PDM de Chaves, redes de infra-estruturas possivelmente afectadas, existência de pedreiras, entre outras condicionantes. -----

Neste sentido entendem estes Serviços refutar a afirmação feita relativamente à ausência de fornecimento de informação. -----

2.5. Abordados estes pontos mais genéricos, passa-se de seguida à apresentação e desenvolvimento da análise mais específica e dos comentários aos documentos entregues pela empresa IBERDROLA, tendo por referência as condicionantes e requisitos estabelecidos na Declaração de Impacte Ambiental. -----

#### CONDICIONANTES DEFINIDAS NA DIA

*"6. Estabelecer um Plano de Acção, em colaboração com uma entidade supra-municipal que assegure a articulação com os municípios abrangidos pelo projecto em apreço, nomeadamente uma associação de municípios ou uma agência de desenvolvimento regional relacionada com a bacia do Tâmega, ou directamente com os municípios, e em colaboração com a CCDRN, com o objectivo de promover o desenvolvimento económico, social e cultural da bacia do Tâmega e desenvolver projectos integrados destinados a repor e potenciar as principais dimensões impactadas pelo projecto, designadamente: a mobilidade/acessibilidade, o desalojamento/realojamento, a desestruturação de modos de vida, a perda de solo agrícola, e o abandono pelos residentes das zonas afectadas, a perda de referências culturais e de espaços de lazer."*-----

1. Relativamente ao cumprimento desta condicionante estes Serviços informam que a posição do Município de Chaves será consubstanciada no parecer a ser entregue, no âmbito deste processo, pela Associação de Município do Alto Tâmega (AMAT), da qual este Município é membro integrante. No entanto, entendem estes Serviços apresentar uma breve análise ao Plano de Acção apresentado no Anexo B.V.3 (Volume 16) do RECAPE, realçando as seguintes questões: -----

1.1. O Plano de Acção presente em sede de RECAPE apresenta-se demasiadamente genérico, não constituindo um documento que contenha um conjunto de projectos/acções que no seu todo, responda às exigências da própria Condicionante que o impôs, ou seja, que permita o desenvolvimento económico, social e cultural da área afectada; -----

1.2. Os projectos elencados não consubstanciam uma estratégia integrada de desenvolvimento, concertada com as prioridades do Município; -----

1.3. O Plano de Acção apresentado em sede de RECAPE não se encontra em conformidade com a documentação entregue no âmbito do Protocolo de Colaboração a ser assumido pelos Municípios abrangidos pelos vários empreendimentos, pela empresa IBERDROLA GENERACIÓN, SAU, e por outras entidades aí identificadas; -----

Assim, é entendimento destes Serviços, que o Plano de Acção integrado no RECAPE não cumpre os propósitos a que estava vinculado, pelo que se entende, que esta Condicionante não foi cumprida. -----

Neste sentido, será necessário proceder à revisão do referido Plano de Acção (Anexo B.V.3 - Volume 16), nos moldes referidos anteriormente, bem como à consideração no Projecto de Execução e respectivo RECAPE das acções/projectos que constituem o Plano de

Acção de Compensação Socioeconómica e Cultural apresentado pela Associação de Municípios do Alto Tâmega. -----

*"9. Garantir o restabelecimento das estradas, acessos e caminhos existentes, incluindo pontes e outras infra-estruturas, afectados pelo Projecto, devendo os restabelecimentos ser concertados com as entidades gestoras e/ou proprietários, bem como ser apresentados os respectivos projectos em sede de RECAPE."-----*

1. Da análise aos documentos apresentados constata-se as seguintes situações: -----

1.1. No Relatório Técnico do RECAPE (pág. 149) é afirmado que as alternativas às infra-estruturas afectadas pelo Projecto foram concertadas com as entidades responsáveis; -----

1.2. Já no Anexo O.4 "Inventário dos Serviços Afectados" - Volume 3 do RECAPE, é referido que foram realizadas as "consultas a entidades e organismos que tutelam serviços diversos", bem como, que para a concepção destas infra-estruturas foram consideradas "as prescrições dos organismos dos quais dependem administrativamente"; -----

1.3. Ainda neste Anexo O.4 são elencados um conjunto de estradas, caminhos e acessos que irão ser afectados pelo projecto em causa, nomeadamente: -----

i) Afectação 1862-AT-EV-EM-1 - Estrada Municipal 549, cuja reposição é assegurada pelo Promotor do Projecto; -----

ii) Afectação 1862-AT-EV-EM-1 - Ponte da Estrada Municipal 549, cuja reposição é assegurada pelo Promotor do Projecto; -----

iii) Afectação 1862-AT-EV-CA-1 - Conjunto de caminhos nas freguesias de Anelhe, Vilarinho das Paranheiras e Arcossó, em que o Promotor do Projecto irá ponderar a necessidade de reposição; --

iv) Afectação 1862-AT-EV-CA-3 - Caminho em terra do Cucanho ao Calhelho (Foz do Oura), em que o Promotor não considera necessária a sua reposição; -----

v) Afectação 1862-AT-EV-CA-3 - Ponte sobre a ribeira de Oura, no Foz do Oura, em que o Promotor do Projecto não considera necessária a sua reposição. -----

2. Tendo em conta os factos registados no ponto anterior entendem estes Serviços apresentar os seguintes esclarecimentos: -----

2.1. Relativamente ao citado nos pontos 1.1 e 1.2, não foi registado neste Município, qualquer tipo de consulta por parte da empresa IBERDROLA ou uma outra sua representante, no sentido de encetar a discussão relativamente ao restabelecimento de estradas, acessos e caminhos afectados; -----

2.2. No que se refere ao ponto 1.3 constata-se as seguintes situações: -----

i) A proposta apresentada para a reposição da afectação 1862-AT-EV-EM-1 - Estrada Municipal 549) e da afectação 1862-AT-EV-EM-1 (Ponte da Estrada Municipal 549) considerada por estes Serviços como uma reposição imprescindível, vai de encontro à estratégia definida pelo Município para esta situação em concreto. No entanto, deve ser realçado o facto da necessidade de uma análise mais aprofundada por parte dos Serviços Técnicos deste Município, tendo por base o respectivo Projecto de Execução, ao qual não se teve acesso, no âmbito deste procedimento; -----

ii) Ainda relacionado com a intervenção de reposição da Estrada Municipal 549 e respectiva ponte, é conveniente referir a necessidade de garantir os acessos às parcelas confinantes com as

novas infra-estruturas a construir; -----

iii) No que respeita à afectação 1862-AT-EV-CA-1 - Conjunto de caminhos nas freguesias de Anelhe, Vilarinho das Paranheiras e Arcossó, constata-se que o cartograma apresentado na ficha de identificação não é suficientemente esclarecedor sobre as infra-estruturas a intervencionar, nem tão pouco sobre o tipo de intervenções a efectuar, o que se entende como inadmissível desta fase do processo; -----

iv) Relacionado com a afectação 1862-AT-EV-CA-3 - Caminho em terra do Cucanho ao Calhelho (Foz do Oura), bem como respectiva ponte, cumpre informar o seguinte: -----

a) O caminho e a ponte em causa dão serventia não só a terrenos agrícolas, como também a algumas habitações, pertencentes à freguesia de Arcossó, existentes na margem esquerda da ribeira de Oura; -----

b) Algumas das habitações aí existentes não serão afectadas pela albufeira; -----

c) Mesmo na situação da presença da albufeira, este caminho continua a ser indispensável para garantir fáceis acessos às habitações e terrenos agrícolas existentes no último troço da margem esquerda da ribeira de Oura, antes da sua confluência com o rio Tâmega; -----

d) Desta forma considera-se totalmente inaceitável a proposta de reposição apresentada pela empresa IBERDROLA que, sendo implementada, obrigaria os residentes e demais proprietários desta área da freguesia de Arcossó a deslocar-se à freguesia de Capeludos de Aguiar - concelho de Vila Pouca de Aguiar, através de caminhos florestais num território de topografia muito acidentada, para daí terem acesso à EM549. -----

2.3. Registam-se ainda, várias situações de afectação directa de caminhos públicos existentes nas freguesias de Anelhe, Arcossó e Vilarinho das Paranheiras que não foram consideradas nos estudos apresentados pela empresa IBERDROLA. Este facto, se não for tomado em devida conta, poderá originar sérios problemas de acessibilidade a inúmeras propriedades privadas. -----

2.4. Por outro lado, não foram devidamente tidas em conta, as implicações que a destruição da passagem pedonal do Poldrado, identificada como ocorrência patrimonial n.º 105 que faz a ligação entre as freguesias de Anelhe e Vilarinho das Paranheiras, irá ter na mobilidade das populações locais. -----

Neste sentido, e tendo por base o anteriormente exposto, entendem estes Serviços tomar a seguinte posição: -----

1. As propostas apresentadas pela empresa IBERDROLA não garantem a reposição, de forma viável e sustentada, dos caminhos e acessos afectados; -----

2. Existe a clara necessidade de serem apresentados estudos adicionais relativos à rede viária afectada, por forma a que seja garantida a sua reposição, sendo que a proposta a apresentar, deverá ter por base os acessos afectados, bem como o cadastro das propriedades. Só desta forma poderá ser garantido que não fiquem em causa acessos a propriedades, que de outra forma ficariam encravadas; -----

3. Nas propostas a apresentar deverá ser considerada a mobilidade das populações, tendo em conta factores como sejam o fácil acesso aos bens e serviços; -----

4. Por último, considera-se essencial a consulta a este Município, -----

por parte da empresa IBERDROLA, por forma a ser estabelecido o melhor programa de reposições.-----  
 Desta forma, é entendimento destes Serviços o não cumprimento desta Condicionante por parte do Promotor do Projecto. -----

*"12. A presente DIA não prejudica a necessária obtenção de quaisquer outros pareceres, autorizações e/ou licenças previstos no quadro legislativo em vigor, como sejam as entidades com competências específicas nas áreas sujeitas a condicionantes e servidões e cujos pareceres deverão ser apresentados em RECAPE."--*

Sobre esta matéria é referido no Quadro 29 do Relatório Técnico do RECAPE (pág. 154) que a Câmara Municipal de Chaves "considerou haver interesse na realização da reunião solicitada quando estiverem preenchidos os pressupostos relativos à construção das barragens do Alto Tâmega". -----

Sobre esta matéria, estes Serviços não têm conhecimento sobre a solicitação referenciada pela empresa IBERDROLA, nem tão pouco sobre a mencionada resposta dada pelo Município de Chaves. -----

#### ELEMENTOS COMPLEMENTARES (pág. 157)

#### ELEMENTOS A APRESENTAR EM RECAPE (pág. 164)

*7. Plano de Desmatção das Albufeiras, para cada componente do Projecto, que estabeleça as acções a desenvolver, as áreas a afectar e as medidas de minimização associadas (...) - pág. 178 ---*

1.No anexo B.I.7 - Volume 5 do RECAPE é apresentado o Plano de Desmatção da Albufeira do Alto Tâmega - Memória Geral do Projecto. Da análise realizada à documentação entregue importa salientar os seguintes aspectos: -----

i) Ausência das Peças Desenhadas para as quais o texto remete, de que se destaca a cartografia que identifica os blocos de desmatção, o que não permite uma análise tão aprofundada sobre esta temática; -----

ii) Na abordagem efectuada é identificada a "rede viária que sustentará a circulação dos veículos e maquinaria na zona da barragem do Alto Tâmega". No caso do concelho de Chaves são referidas como acesso "à secção entre o limite de montante (Anelhe) até à zona de Pinho terá como acesso a EM 533". No que respeita à margem esquerda, a rede rodoviária considera essencialmente a EM 549, que será complementada pelos caminhos e estradões existentes; -----

iii) Pela interpretação do descrito da Memória Descritiva em análise, parece que, no que diz respeito ao território municipal, os Blocos de desmatção correspondem ao Bloco D5 e aos Blocos E4 e E5; -----

2.Sobre esta matéria interessa referir o seguinte: -----

i) Em primeiro lugar deve referir-se que, para além das vias identificadas, deverá ser acrescentada a EN 311, que faz a ligação entre Vidago e Boticas, passando pela freguesia de Pinho; -----

ii) Em segundo lugar, entendem estes serviços que qualquer utilização da rede viária municipal existente, para fins de circulação de tráfego afectos à obra, deverá ser concertada com o Município. Até à presente data não se registou qualquer abordagem por parte do Promotor do projecto relativamente a este assunto. --



iii) Quanto à desmatação, estes serviços vêm com especial preocupação a possibilidade de desmatação da galeria ripícola no troço compreendido entre a zona montante da Praia de Vidago e o limite montante apresentado para a albufeira. Com efeito, a área efectivamente alagada neste último troço parece, pela interpretação da cartografia apresentada, coincidir em grande medida com o actual canal do rio Tâmega e, eventualmente, em locais pontuais com as suas margens. Neste sentido, deverá ser ponderada a manutenção de parte da galeria ripícola existente, em especial das ocorrências de amial, freixial e salgueiral, o que favorecerá a manutenção de espécies faunísticas relacionadas com estas comunidades vegetais, para além de que irá permitir a estabilização das próprias margens; -----

iv) A reforçar esta posição salienta-se a perspectiva de que este troço final do Empreendimento passar grande parte do ano sem água da albufeira, uma vez que não será previsível que a albufeira mantenha a sua cota de NPA durante longos períodos de tempo. Desta forma, é opinião destes Serviços que a desmatação deste troço do rio deverá cingir-se ao mínimo indispensável. -----

Pelo exposto, consideram estes Serviços não terem sido devidamente salvaguardados os interesses ecológicos num troço que, de forma muito residual terá a presença da albufeira, considerando a cota de NPA 315 m. -----

Por outro lado, consideram estes serviços não terem sido devidamente esclarecidos os aspectos relacionados com a circulação viária decorrente das acções de desmatação a realizar. -----

Assim, deverá ser exigida ao Promotor do Projecto a salvaguarda da galeria ripícola a montante da ponte da EN311, assim como recomendado o estabelecimento de contactos com este Município com vista ao delineamento da utilização da rede viária municipal. ----

### III. RECURSOS HÍDRICOS (PÁG. 181)

*16. Inventário das levadas afectadas pelo Projecto, dos órgãos constituintes (nomeadamente sistemas de captação e distribuição de água) e dos caudais reservados, como suporte das medidas de minimização na fase de construção, enchimento e exploração, ao nível dos usos da água e transporte sedimentar.* -----

1. No que respeita a este ponto foi identificado um conjunto de infra-estruturas de rega, elencadas no Anexo 0.4. do RECAPE. Para o concelho de Chaves constata-se os seguintes aspectos: -----

1.1. Foi inventariado um conjunto de infra-estruturas de carácter privado, como sendo as captações pertencentes à UNICER, açude da Unicer (AZ3), poços no leito do rio Tâmega pertença da Junta de Agricultores de Souto Velho, assim como outras captações, poços e nascente pertencentes a privados; -----

1.2. Destas infra-estruturas merecem destaque as seguintes: -----

i) Açude (AZ-4) junto à Quinta da Azenha - Vilarinho das Paranheiras (1862-AT-AA-AZ-3); -----

ii) Açude (AZ-5) em Anelhe (1862-AT-AA-AZ-4), sendo apresentada como o limite de montante da albufeira; -----

iii) Açude (AZ-3) Vale de Pitós - Arcossó - Propriedade da UNICER; --

iv) Poço no leito do rio (AT7), propriedade da Junta de Agricultores de Souto Velho; -----

v) Poço no leito do rio (AT8), propriedade da Junta de Agricultores

de Souto Velho. -----

1.3. Destes açudes o estudo refere que será mantido em funcionamento o AZ-3, sendo que os outros 2 serão afectados "sem necessidade de reposição uma vez que o fim a que se destinam deixa de existir". -----

2. Pela análise das fichas individuais apresentadas no Anexo 0.4 são imediatamente realçados os seguintes aspectos: -----

2.1. O Açude AZ-4 localizado junto à Quinta da Azenha apresenta uma cota de 315,32. -----

2.2. Por sua vez o Açude AZ-5, apresentado como "Limite de montante do Aproveitamento do Alto Tâmega", encontrando-se a aproximadamente 1400 metros para montante do Açude AZ-4, para o qual é apresentado uma cota de 314,49m; -----

2.3. Consultados os levantamentos batimétricos apresentados no Anexo B.III.12 - Volume 7 do RECAPE, não se torna clara qual a base cartográfica usada na obtenção dos dados apresentados. -----

3. Posto isto, estes Serviços entendem fazer os seguintes comentários: -----

3.1. Não se percebe a razão pela qual a albufeira do Alto Tâmega não estabelece como limite de montante o Açude AZ-4, o que permitiria a salvaguarda de um troço considerável do rio Tâmega, numa extensão de aproximadamente 1400 metros; -----

3.2. Atendendo à área delimitada para o NPA o levantamento não referenciou um açude existente na zona imediatamente a montante da passagem designada como Poldrado - freguesia de Vilarinho das Paranheiras; -----

Assim, é entendimento destes serviços, que este requisito da DIA não foi devidamente cumprido, exigindo-se a apresentação, por parte da entidade promotora do Projecto, dos levantamentos necessários à identificação de todas as infra-estruturas existentes. -----

Por outro lado, deverão ainda ser esclarecidos os limites precisos da albufeira, tendo como realidade a existência do açude da Quinta da Azenha (AZ-4) que apresenta uma cota 315,32. -----

*17. Inventário das infra-estruturas hidráulicas (e.g., moinhos de água) afectados pelo Projecto, como suporte das medidas de minimização e/ou compensação nas fases de construção, enchimento e exploração.* -----

De acordo com o referido no Anexo 0.4, do RECAPE e no que concerne ao concelho de Chaves é possível tecer as seguintes considerações:

1) Foram identificados, no território municipal, 5 moinhos de propriedade privada, a saber: -----

i) Afectação 1862-AT-PT-OP-5 - Moinho do Calhelho - Freguesia de Arcossó (Ocorrência 106 - Anexo B.VIII.3 - Volume 17); -----

ii) Afectação 1862-AT-PT-OP-6 - Moinho do Calhelho - Freguesia de Arcossó (Ocorrência 109 - Anexo B.VIII.3 - Volume 17); -----

iii) Afectação 1862-AT-PT-OP-7 - Vale de Pitós - Freguesia de Arcossó (Ocorrência 110 - Anexo B.VIII.3 - Volume 17); -----

iv) Afectação 1862-AT-PT-OP-8 - Moinho da Salgueirinha - Freguesia de Anelhe; -----

v) Afectação 1862-AT-PT-OP-9 - Moinho - Freguesia de Vilarinho das Paranheiras (Ocorrência 134 - Anexo B.VIII.3 - Volume 17) -----

2) De acordo com a informação constante no Anexo 0.4, mais propriamente nas fichas de identificação produzidas para cada uma destas ocorrências, estas estruturas serão afectadas, não estando

prevista a sua restituição, uma vez que se apresentam em estado de ruína; -----

3) O Plano de Acção apresentado no RECAPE deixa em aberto a possibilidade de alguns destes elementos virem a ser desmontados e realocalizados sem, no entanto especificar quais ou em que circunstâncias, o que não é compatível com a fase em que se encontra o projecto. -----

Assim, estes Serviços entendem referir os seguintes aspectos: -----

Muito embora de carácter privado, muitas destas infra-estruturas apresentam um significado histórico importante para a Região, constituindo o registo de tempos passados. Por outro lado, esta infra-estrutura apresentam uma potencialidade intrínseca de aproveitamento turístico local, podendo ser dados inúmeros exemplo de aproveitamentos de infra-estruturas semelhantes. -----

Neste sentido, considera-se de todo o interesse que os moinhos em causa venham a ser salvaguardados, quer pela sua manutenção no local de origem, quando possível, quer pelo seu desmonte e realocalização. -----

Sugere-se que a definição dessas intervenções seja feita em estreito diálogo com o Município e Juntas de Freguesia das áreas afectadas. -----

*21. Medidas de minimização ou compensação, para as fases de construção, enchimento e exploração, no que se refere às afectações ao nível das utilizações dos recursos hídricos superficiais, nomeadamente a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vidago-Arcossó (AT4) e captações no rio Tâmega (AT2, AT7 e AT8). -----*

No que concerne a esta condicionante cumpre informar que nos documentos apresentados não se identificou a captação de água, propriedade do Município de Chaves, que se localiza no próprio rio, no lugar de Souto Velho, imediatamente a jusante do açude da Quinta da Azenha numa área, ao que tudo aponta, irá ser afectada pela albufeira, facto que deverá ser devidamente esclarecido. -----

Desta forma é entendimento destes Serviços, que o cumprimento desta condicionante da DIA não está totalmente garantida, pelo que será necessário que o Promotor do Projecto cumpra a obrigação de identificação desta captação, devendo para o efeito entrar em contacto como o Município de Chaves. -----

*25. Plano de remoção de todas as pressões existentes na área a inundar pelas albufeiras (para redução das cargas poluentes), que contribuam para a degradação da qualidade da água, nomeadamente, sistemas individuais ou colectivos de tratamento de águas residuais, deposição de resíduos sólidos e infra-estruturas rodoviárias. -----*

Relativamente a este ponto o Relatório Técnico do RECAPE remete para o Anexo B.III.25. Por observação do conteúdo deste anexo é possível tecer as seguintes considerações: -----

1. A forma como a informação é apresentada não facilita a percepção das pressões a remover nas albufeiras, de que é exemplo a falta de correspondência entre as tabelas apresentadas e a respectiva cartografia, onde a identificação dos edifícios não é numerada;

2. Na listagem "Identificação de Pressões a remover nas albufeiras", estão listadas ocorrências que noutros documentos são apresentadas como a manter, de que são exemplo as ocorrências AT7,

AT8, AZ3, entre outras. -----  
 3.A ponte pedonal do Poldrado não se encontra cartografada; no entanto, em outras partes do documento, é referida a sua inevitável remoção; -----

Assim, é entendimento destes serviços, que para o cumprimento integral desta condicionante da DIA será necessário proceder à apresentação de forma inequívoca das pressões existentes que vão ser realmente removidas. -----

31. *Inventário Hidrogeológico que deve ser realizado com acompanhamento de um representante das populações locais (ao nível de Junta de Freguesia) e registar todas as características de cada ponto de água identificado (localização, coordenadas topográficas, tipo de uso, produtividade, características técnicas, parâmetros hidrodinâmicos e parâmetros hidroquímicos medidos in situ). Esta inventariação deve ser realizada com o objectivo principal de identificar as captações existentes que venham a ser directamente afectadas pelo projecto do Sistema Electroprodutor do Tâmega e o seu uso actual e, relativamente às quais, se deverão adoptar medidas de reposição dos usos actuais, ou de compensação, cuja implementação deve ocorrer antes do início da fase de construção. As medidas propostas para as captações afectadas pelas albufeiras (reposição do uso actual de acordo com os interesses dos respectivos proprietários) devem ser estendidas a todas as captações de água subterrânea que venham a ser afectadas pelo projecto do Sistema Electroprodutor do Tâmega: não só as que ficarem submersas pelas albufeiras, mas também aquelas que forem afectadas pelas obras subterrâneas (cavernas, galerias de acesso e circuito hidráulico), pela abertura de acessos e deposição de escombros, etc.* -----

Do resultado da análise a este ponto, e em especial pela consulta ao Anexo B.III.31, é possível tecer as seguintes considerações: --  
 1.Como referido anteriormente, não foi considerada a captação de água no lugar de Souto Velho, propriedade do Município de Chaves;  
 2.No quadro II.2 do Anexo II - Relação dos Pontos de Água Inventariados, do Volume 11, Anexo B.III.31 - Inventário Hidrogeológico é referido que os pontos AT7 e AT8 correspondem a poços camarários, quando estes pontos são propriedade da Junta de Agricultores de Souto Velho. -----

Assim, é entendimento destes serviços, que para o cumprimento integral desta condicionante da DIA será necessário que o promotor do projecto apresente os elementos necessários à clarificação da afectação da captação de água de Souto Velho, propriedade do Município de Chaves. -----

## V. Sistemas Ecológicos

*Programa de Compensação para os sistemas ecológicos da bacia do rio Tâmega, directamente afectados pela implementação do projecto, demonstrando que as respectivas medidas contemplam os valores naturais relevantes afectados, e que compensarão devidamente essa afectação. (...)* -----

Quanto a este ponto, entendem estes Serviços referir o seguinte: -  
 O Plano de Melhoria do estado ecológico e da conectividade longitudinal do espaço fluvial do Alto Tâmega e o Plano de recuperação e melhoria da biodiversidade da bacia do Alto Tâmega

apresentado no Anexo B.IV.5 (Volume 15) deveria ter contemplado troços do rio Tâmega (a montante da albufeira) e da ribeira de Oura. Trata-se de cursos de água com elevada importância ecológica e que estão associados à presença de habitats ribeirinhos e a uma elevada diversidade de flora e fauna. No entanto, pela observação dos documentos apresentados, verifica-se que a escolha dos locais a intervencionar não correspondeu a nenhum troço destes cursos de água.-----

Neste sentido, entendem estes Serviços que só uma intervenção adequada nestas linhas de água poderá minimizar alguns dos impactes causados pela criação da albufeira. Desta forma, deverá ser ponderada a inclusão, no Plano de Melhoria do estado ecológico e da conectividade longitudinal do espaço fluvial do Alto Tâmega e do Plano de recuperação e melhoria da biodiversidade da bacia do Alto Tâmega, de medidas a aplicar ao rio Tâmega a montante da futura albufeira e a ribeira de Oura. -----

## VI. Socioeconomia

*1. Plano de Comunicação às pessoas potencialmente afectadas, que deve ser activado tão cedo quanto possível, dando continuidade às acções já desenvolvidas* -----

Relativamente a este ponto, estes Serviços entendem referir o seguinte: -----

Independentemente do Plano de Comunicação agora apresentado (Anexo B.V.1 - Volume 16/20), deve ser registada a ausência de desenvolvimento de canais de comunicação entre o Promotor do Projecto (IBERDROLA) e as populações directamente afectadas. -----

Na fase em que estamos, estas populações já deveriam ter sido esclarecidas sobre as reais implicações que o projecto irá ter no território, nomeadamente, sobre as áreas efectivamente implicadas. Só desta forma, as populações, na grande maioria pertencentes a uma faixa etária elevada, teriam capacidade de compreensão da extensão real do projecto e, desta forma, fazer a sua avaliação sobre os impactes mais directos a que possivelmente irão estar sujeitas. --- No entanto, aquilo com que nos deparamos é um total desconhecimento por parte das populações sobre o Projecto, sendo que, estas populações irão apenas ser confrontadas com a realidade do Projecto na fase da sua execução, nomeadamente, no momento em que forem abordadas no âmbito do procedimento expropriativo. -----

Desta forma, consideram estes Serviços ser urgente o desenvolvimento de acções de comunicação em cada uma das freguesias abrangidas, para apresentação clara e inequívoca das áreas efectivamente afectadas pelas albufeiras. Esta abordagem deverá ser feita de forma concertada com os Municípios ou com uma entidade de âmbito supra-municipal. -----

*3. Plano de Acção para compensação socioeconómica e cultural, suportado pelo Protocolo de Colaboração preconizado na condicionante 6 da presente DIA, cujos projectos deverão ser desenvolvidos de forma integrada, tendo por base territorial, os municípios abrangidos pelo projecto em apreço, bem como o regime de exploração a detalhar em sede de RECAPE, devendo ser sustentados em estudos específicos, a incidir nas seguintes vertentes: (...) -----*

Em complemento à abordagem feita ao cumprimento da Condicionante 6

"Estabelecer um Plano de Acção", julga-se por conveniente tecer os seguintes comentários/esclarecimentos adicionais: -----

1.O Plano de Acção apresentado no RECAPE não assegura, de forma sustentada, a mobilidade das populações locais, conforme já demonstrado na abordagem realizada à temática da reposição de estradas, caminhos e acessos. Com efeito, a simples aplicação das acções previstas no RECAPE irá causar constrangimentos nas seguintes situações: -----

i) Ligação Souto Velho - Vilarinho das Paranheiras, uma vez que está prevista a destruição do Poldrado; -----

ii) Ligação entre as margens da ribeira de Oura, em especial na ligação da margens esquerda no troço final da ribeira de Oura, originado pela destruição da ponte e caminho no lugar do Calhelho (Foz do Oura), na freguesia de Arcossó, considerando que o restabelecimento proposto não garante de forma alguma uma reposição adequada; -----

iii) Ligações viárias existentes nas freguesias de Anelhe, Arcossó e Vilarinho das Paranheiras Acesso a inúmeras parcelas agrícolas e florestais ao longo de toda a albufeira, uma vez que o único acesso público será destruído; -----

2.No caso do Concelho de Chaves o Plano de Acção apresentado não foi suficientemente detalhado na intervenção a fazer na área da Praia de Vidago; -----

3.Não foi garantida a reposição/compensação de património socioeconómico afectado, como sejam os moinhos, açudes, entre outras ocorrências; -----

4.Não se identificam medidas de divulgação do património natural e cultural; -----

Assim, é entendimento destes serviços, que o Plano de Acção integrado no RECAPE não responde de forma cabal, às imposições constantes na DIA, conforme análise anteriormente apresentada. ---

4. Ao nível dos acessos afectados, o Plano de Acção deve atender nomeadamente ao seguinte: -----

a)O restabelecimento dos acessos afectados deve incluir a identificação e caracterização de todas as afectações, a justificação da necessidade ou não de reposição, visando sempre o melhoramento de acessibilidades; -----

b)O caminho municipal CM1153, que liga Povoação à Estrada Nacional EN206 e está integrado num percurso pedestre turístico, e que é cortado pela albufeira de Gouvães, deverá ser reformulado, ajustando-o à nova rede de acessos; -----

c)No aproveitamento do Alto Tâmega, um troço da EM549 ficará em área inundável, uma vez que transpõe a ribeira da Oura. Deste modo, o restabelecimento deverá ser efectuado com um traçado semelhante ao actual; -----

d)Necessidade de restabelecer o caminho municipal CM1128, junto a Viela. -----

Relativamente a este ponto é possível tecer as seguintes considerações: -----

1.Pela análise das peças desenhadas apresentadas no Anexo 0.4 (Volume 3 do RECAPE) é possível constatar que no caso do concelho de Chaves não foram identificadas todas as afectações, nem tão pouco foi apresentada justificação da necessidade ou não da sua reposição; -----

2.A resposta dada no Relatório Técnico remete para o Anexo 6 do



Projecto de Execução. No entanto, constata-se que este Município não teve acesso ao referido Projecto de Execução; -----

3. A problemática associada aos acessos afectados foi já abordada de forma mais aprofundada no comentário feito à Condicionante 9 e que se adequa nos mesmos moldes a este ponto; -----

Desta forma, reitera-se o entendimento destes serviços, de que as condicionantes relativas ao restabelecimento de acessos não foram devidamente cumpridas, exigindo-se a apresentação, por parte da entidade promotora do Projecto, dos estudos e projectos necessários para este efeito. -----

## VII. Ordenamento do Território

*2. Caracterização dos caminhos novos e a beneficiar: comprimento, materiais a utilizar, impermeabilização. Deverá ser previsto que deverão sempre ser repostas as condições iniciais caso os acessos sejam de uso temporário.* -----

Com base nos argumentos já apresentados na abordagem feita à Condicionante 9, bem como ao ponto 4. do capítulo VI. Socioeconomia, estes Serviços consideram que não foram devidamente especificadas estas características. -----

Desta forma, consideram estes Serviços que não foram cumpridas de forma cabal as imposições presentes nesta condicionante. -----

## IX. Património

*2. Apresentar um levantamento topográfico ou fotografia aérea da área afectada pelo projecto (albufeiras, órgãos anexos, áreas funcionais, acessos, escombrelas, áreas de empréstimo) à escala 1:4000, com representação em planta ou sinalização de todas as ocorrências patrimoniais, zonas de protecção e respectiva legenda, implantadas no interior das áreas e até 100 metros dos seus limites exteriores. Este levantamento deve incluir a representação rigorosa do NPA.* -----

No que respeita a este ponto deve referir-se que após a análise do Apêndice IV - Cartografia das Ocorrências Patrimoniais, do Anexo B.VIII.3 - Relatório de Prospeção Sistemática, subsiste a dúvida relativamente ao levantamento do Açude localizado a montante da ponte do Poldrado. -----

Desta forma, consideram estes Serviços ser necessário proceder a um levantamento exaustivo deste património. -----

*10. Inventariação do património vernacular existente no corredor seleccionado e apresentação da cartografia à escala de projecto. Avaliação de impactes e proposta de medidas de minimização.* -----

Relativamente a este ponto, e pela análise do Anexo B.VIII.3 - Relatório de Prospeção Sistemática refere-se o seguinte: -----

1. Foi identificada a maioria das ocorrências patrimoniais que vão ser afectadas. Destas, consideraram-se com impacte muito significativo e com destruição de forma irreversível, as seguintes ocorrências: -----

- Ocorrência 69 - Ponte de Arcossó; -----
- Ocorrência 105 - Ponte no rio Tâmega - Poldrado; -----
- Ocorrência 106 - Moinho Vale de Pitós; -----

•Ocorrência 107 - Poço - Monte do Cotovio, -----  
 •Ocorrência 108 - Armazém - Rinchão -----  
 •Ocorrência 109 - Moinho - Calhelho; -----  
 •Ocorrência 110 - Moinho - Calhelho; -----  
 •Ocorrência 134 - Moinho - Vilarinho das Paranheiras; -----  
 •Ocorrência 137 - Moinho? - Arcossó - Junto à ponte da EM549; ---  
 •Ocorrência 138 - Poço - Arcossó - Batouco; -----  
 •Ocorrência 139 - Poço - Arcossó - Batouco; -----  
 2. Para a ocorrência 69 está previsto o desmonte e realocização; -  
 3. Para as ocorrências 105, 106, 107, 108, 109, 110, 134, 137, 138 e 139, a destruição é considerada inevitável, deixando em aberto a possibilidade, para as ocorrências de maior interesse, de serem alvo de processo de desmonte e realocização; -----  
 4. O Plano de Acção apresentado no RECAPE (Anexo B.V.3 - Volume 16) apresenta como uma das acções propostas a "Relocização e requalificação de alguns patrimónios vernaculares de maior relevância submersos" onde se especifica a possibilidade de alguns destes elementos virem a ser desmontados e realocizados. -----  
 Entende-se que nesta fase do projecto deveriam ser apresentados com maior pormenor, as intervenções previstas, de forma a ser possível uma correcta avaliação dos impactes, dado tratar-se de património local, que deverá ser salvaguardado. -----  
Desta forma, é entendimento destes serviços que esta condição apenas será cumprida, quando o promotor do projecto, apresentar de forma inequívoca quais as ocorrências que pretende desmontar e realocalizar. -----

#### X. Paisagem

8. Estudo de base ao Plano de Acção preconizado no elemento n.º 3 da socioeconómica a entregar em sede de RECAPE, sobre a possibilidade de desenvolvimento e implementação de áreas de lazer, a realizar em conjunto com as entidades locais, como Medida de Compensação da perda das áreas de recreio actuais, para as quais deverão ser elaborados Projectos de Arquitectura Paisagista. Estes projectos deverão ser completos e incorporar todas as infra-estruturas necessárias, que deverão ser adequadas especificamente aos locais escolhidos e acordados com todas as entidades envolvidas (nomeadamente os donos dos terrenos a afectar). -----

O programa a cumprir por estes projectos deverá ser elaborado em conjunto com as entidades locais, de forma a corresponder às necessidades reais das populações. -----

Sobre este aspecto, o RECAPE remete para o Plano de Acção apresentado no âmbito do mesmo. Neste consta como uma das acções propostas a "Requalificação da Praia de Vidago". -----

Entendem estes Serviços tecer as seguintes considerações: -----

1. A ficha de projecto que integra o Plano de Acção apresenta um conjunto de medidas genéricas, que não permitem perceber de forma aprofundada o âmbito da intervenção proposta. -----

2. Por outro lado o Município de Chaves não foi consultado sobre este assunto. -----

Assim, consideram estes Serviços que esta condicionante não foi cumprida em sede de RECAPE, devendo para o efeito ser desenvolvida, por parte da empresa IBERDROLA, uma proposta fundamentada sobre uma possível intervenção neste local. Qualquer intervenção a executar neste espaço deverá ser amplamente



discutida com este Município. -----

#### MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO DEFINIDAS NA DIA - PÁG 301

*4. Preservação/recuperação de um ou mais troços de linha de água com características ecológicas e dimensão semelhante aos afectados por este projecto, preferencialmente na bacia do Tâmega (a montante do AH Alto Tâmega e afluentes do Tâmega, incluindo a bacia do Beça) podendo ser considerados outros rios da bacia do Douro. -----*

Relativamente a este ponto consideram estes Serviços ser necessária a inclusão da ribeira de Oura e do rio Tâmega na proposta de intervenção preconizada. -----

2.6. Em coerência com o que se referiu no ponto anterior, estes Serviços, sem prejuízo da obrigatória ponderação dos factos retratados para cada uma das condicionantes analisadas anteriormente, entendem destacar, resumidamente, os seguintes aspectos: -----

i) Nos documentos apresentados, ainda não está totalmente esclarecida a área efectivamente ocupada pela albufeira, tendo por base a cota de NPA 315m. Este aspecto torna-se mais evidente nas zonas mais a montante da albufeira, como se teve oportunidade de apresentar na alínea i) do ponto 2.4 do presente Parecer; -----

ii) O Plano de Acção apresentado no RECAPE constitui-se como um documentos genérico, em que os projectos aí elencados não consubstanciam uma estratégia integrada de desenvolvimento local; --

iii) Não foram, de forma alguma, identificadas a totalidade os acessos e caminhos afectados pela albufeira, nem tão pouco foram asseguradas as reposições destas infra-estruturas, consideradas como essenciais para as freguesias afectadas; -----

iv) O Plano de Desmatação parece abranger áreas para as quais poderá não ser necessário proceder a este tipo de intervenção ou, no caso de ser necessária, esta possa ser feita de forma a manter os estratos arbóreos da galeria ripícola, nos troços mais a montante da albufeira; -----

v) Necessidade de se proceder à actualização dos levantamentos de património vernacular, ainda por referenciar, bem como apresentar de forma clara, quais as ocorrências afectadas e, dessas, quais a que vão ser desmontadas e relocalizadas. Neste ponto, salienta-se a necessidade de salvaguarda deste património, como forma de preservação da identidade e memória locais; -----

vi) Ausência na identificação da captação de água de Souto Velho, património deste Município, o qual ao que tudo indica, será afectada pela albufeira; -----

vii) Necessidade de, nos troços do rio Tâmega e da ribeira de Oura (a montante da área ocupada pela futura albufeira) serem previstas medidas de compensação ecológica, como acontece noutros cursos de água com características semelhantes; -----

2.7. Desta forma, entendem estes Serviços considerar necessária a concertação de posições, entre o Promotor do Projecto, empresa IBERDROLA GENERACIÓN, SAL. e o Município de Chaves, relativamente às questões abordadas. -----

### **3. PROPOSTA DE DECISÃO -----**

3.1. Com base na argumentação apresentada e atendendo a que algumas das condicionantes e imposições da DIA não foram devidamente acauteladas nos documentos apresentados em sede de RECAPE, de acordo com a análise efectuada por estes Serviços, a qual inclui a

participação efectuada pelos presidentes das juntas de freguesia directamente abrangidas, considera-se que superiormente deverá ser adoptada decisão no sentido de pugnar para que a IBERDROLA GENERACIÓN, SAL., proceda à revisão/complemento dos referidos documentos, nos moldes recomendados na presente informação, sob pena do empreendimento em causa provocar o agravamento significativo dos impactes decorrentes da sua execução. -----

3.2. Atendendo ao exposto e em virtude da urgência decorrente do prazo estabelecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, o qual termina no dia 3 de Junho do ano corrente, propõe-se ao Sr. Presidente que adopte decisão no sentido da aprovação do presente parecer para efeitos de comunicação imediata àquela entidade. -----

3.3. Tendo em vista conferir eficácia ao despacho praticado pelo Sr. Presidente, recomenda-se que este parecer seja submetido a reunião do Executivo Municipal para homologação, consubstanciando a posição deste órgão relativamente ao procedimento de Acompanhamento Público em análise. -----

À consideração superior, -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEAMENTO, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ARQ.<sup>a</sup> ANA ISABEL AUGUSTO, DE 01.06.11** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Face ao exposto, propõe-se que superiormente seja adoptada decisão no sentido da aprovação do presente parecer, o qual sintetiza a posição do município sobre o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução em causa, para efeitos de comunicação imediata à Agência Portuguesa do Ambiente, sendo posteriormente submetido a reunião de Câmara para homologação. -----

À consideração do Senhor Director de Departamento -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.<sup>o</sup> RODRIGO MOREIRA de 01.06.2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, propõe-se ao Senhor Presidente que adopte decisão de propor a revisão/complemento dos documentos apresentados em sede de RECAPE, de acordo com as recomendações expressas nesta informação técnica, para efeitos de comunicação a APA e sob a condição da sua posterior submissão a reunião de Câmara para homologação. -----

À consideração do Senhor Presidente -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJECTO DO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE VIAS MUNICIPAIS E TRANSPORTES ENG. ABEL PEIXOTO** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **1 - EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS** -----

1.1 - De acordo com as disposições combinadas previstas na alínea u) do n.º1, alínea f) do n.º2 e na alínea a) do n.º7, todos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela

Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Câmara Municipal de Chaves deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, criar, construir e gerir redes de circulação, de transportes, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal. -----

1.2 - Considerando que o actual Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Chaves, aprovado em Assembleia Municipal na sessão realizada no dia 28 de Abril de 1993, na base do qual se tem vindo a implantar novas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, se encontra desactualizado. ----

1.3 - Considerando que, entretanto, se verificaram algumas alterações ao Código da Estrada, designadamente através do Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro, tornando-se necessário proceder a harmonização formal daquele Regulamento com tais alterações. -----

1.4 - Considerando a actual expansão do sistema de parómetros e, por outro lado, a necessidade de simplificar as exigências e procedimentos regulamentares e administrativos relativos aos residentes e aos comerciantes, à semelhança do que ocorre noutras cidades, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida das populações. -----

1.5 - Considerando que, em matéria de circulação e estacionamento em "zonas de acesso automóvel condicionado", o Município de Chaves encontra-se desprovido de um instrumento regulamentar que discipline o relacionamento entre a administração e os cidadãos num domínio tão importante como seja o da fruição de espaços de domínio público destinados à circulação e ao estacionamento de viaturas, elemento indispensável à adequada organização do trânsito automóvel, com particular incidência no Centro Histórico de Chaves. -----

1.6 - Considerando as sucessivas obras de requalificação e revitalização que o Centro Histórico de Chaves tem sido alvo, as quais se traduziram na repavimentação das ruas e na reabilitação de imóveis, tornando-o mais aprazível e incentivador da mobilidade pedonal, e, bem assim, a necessidade inerente à disciplina do trânsito e do estacionamento nesta zona, caracterizada por ruas exíguas de difíceis acessos, agravada pelo estacionamento desordenado e abusivo. -----

1.7 - Considerando que o Centro Histórico constitui um património de inegável interesse cultural, paisagístico e ambiental, que se torna necessário preservar e proteger. -----

1.8 - Foi elaborado o presente projecto de REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO, na sequência da informação que se apresenta em anexo, produzida por estes serviços em 30-9-2010, sobre a qual recaiu o despacho favorável do Sr. Presidente desta Câmara Municipal datado de 8-10-2010. -----

1.9 - Após a conclusão da versão preliminar do referido projecto de regulamento, foram solicitados aos vários Departamentos e Divisões Municipais, por intermédio do Gabinete de Apoio à Presidência e através de correio electrónico datado de 21-3-2011, todos os contributos julgados convenientes. -----

1.10 - Concluída a recepção e a ponderação das contribuições dadas pelos serviços internos da autarquia, o projecto de Regulamento foi enviado para a Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, para análise e emissão do competente parecer. -----

1.11 - Após a recepção do parecer da DASJ, cuja cópia se anexa, foi elaborada a presente versão final do projecto de Regulamento que se anexa à presente informação. -----

## **2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----**

Em coerência com as razões de facto e de direito supra expostas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que, ao abrigo do preceituado na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, seja aprovado pelo Executivo Municipal, o projecto do REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o projecto do Regulamento em causa ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento por parte do citado órgão deliberativo do Município, no cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações; -----

c) Por último, caso a presente Proposta venha a ser aprovada por parte do órgão deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, deverá proceder-se à publicação do referido Regulamento municipal, no cumprimento do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como no Boletim da autarquia, no sítio institucional do Município e num Jornal Regional da área do Município. -----

*Em anexo:* -----

- Projecto do REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO; -----

- Parecer n.º 42/2011 da Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, elaborado em 14-05-2011; -----

- Informação produzida pela DVMT em 30-9-2010, sobre a qual recaiu o despacho favorável do Sr. Presidente desta Câmara Municipal datado de 8-10-2010. -----

À consideração do Sr. Director do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.º RODRIGO MOREIRA de 01.06.2011.**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.

Propõe-se ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves que profira despacho no sentido deste processo ser submetido à consideração do Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da presente proposta. -----

À Consideração do Senhor Vereador Dr. Paulo Alves -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL DR. PAULO ALVES DE 01.06.2011** -----

Visto. Concordo. -----

À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**MUNICÍPIO DE CHAVES -----**

**PROJECTO DE REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO -----**

**PREÂMBULO -----**

De acordo com as disposições combinadas previstas na alínea u) do n.º1, alínea f) do n.º2 e na alínea a) do n.º7, todos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei

n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Câmara Municipal de Chaves deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, criar, construir e gerir redes de circulação, de transportes, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal.-----

Considerando o actual Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Chaves, aprovado em Assembleia Municipal na sessão realizada no dia 28 de Abril de 1993, na base do qual se tem vindo a implantar novas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, se encontra desactualizado; -----

Considerando que, entretanto, se verificaram algumas alterações ao Código da Estrada, designadamente através do Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro, tornando-se necessário proceder a harmonização formal daquele Regulamento com tais alterações; -----

Considerando a actual expansão do sistema de parómetros e, por outro lado, a necessidade de simplificar as exigências e procedimentos regulamentares e administrativos relativos aos residentes e aos comerciantes, à semelhança do que ocorre noutras cidades, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida das populações; -----

Considerando que em matéria de circulação e estacionamento em "zonas de acesso automóvel condicionado", o Município de Chaves encontra-se desprovido de um instrumento regulamentar que discipline o relacionamento entre a administração e os cidadãos num domínio tão importante como seja o da fruição de espaços de domínio público destinados à circulação e ao estacionamento de viaturas, elemento indispensável à adequada organização do trânsito automóvel, com particular incidência no Centro Histórico de Chaves; -----

Considerando as sucessivas obras de requalificação e revitalização que o Centro Histórico de Chaves tem sido alvo, as quais se traduziram na repavimentação das ruas e na reabilitação de imóveis, tornando-o mais aprazível e incentivador da mobilidade pedonal, e, bem assim, a necessidade inerente à disciplina do trânsito e do estacionamento nesta zona, caracterizada por ruas exíguas de difíceis acessos, agravada pelo estacionamento desordenado e abusivo; -----

Considerando que o Centro Histórico constitui um património de inegável interesse cultural, paisagístico e ambiental, que se torna necessário preservar e proteger; -----

É elaborado o REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO, nos termos do disposto na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º, alínea u) do n.º 1, alínea f) do n.º 2 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, todos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 70º, 71º, 169º a 175º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94 de 3 de Maio, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro e no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro. -----

## **TÍTULO I -----**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS -----**

#### **Artigo 1.º -----**

#### **Âmbito de aplicação -----**

O presente Regulamento aplica-se a todas as vias e espaços públicos sujeitos pelo Município de Chaves ao regime de estacionamento de duração limitada ou de acesso automóvel condicionado. -----

## **Artigo 2.º** -----

### **Definições** -----

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se: -----

1 - Zonas Condicionadas, o conjunto de vias e de espaços públicos contíguos que poderão incluir Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, a delimitar pela Câmara Municipal de Chaves. -----

2 - Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, zonas em que o estacionamento só é permitido mediante pagamento de uma taxa, em determinados períodos, e em que existam limites máximos de tempo de permanência dos veículos, sendo que a verificação do cumprimento dessas condições poderá ser feita através de dispositivos mecânicos ou electrónicos dotados de relógio e que emitam títulos de estacionamento mediante pagamento em numerário ou por outros meios legalmente aceites. -----

3 - Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, zonas em que o acesso e o estacionamento apenas são permitidos a determinado tipo de utilizadores e cujo controle é exercido através de sinalização, que poderá ser complementada por meios electromecânicos, informáticos ou electrónicos. -----

## **TÍTULO II** -----

### **CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSO E ESTACIONAMENTO** -----

#### **CAPÍTULO I** -----

##### **CONDIÇÕES GERAIS** -----

## **Artigo 3.º** -----

### **Condicionamento** -----

O acesso e o estacionamento nas Zonas Condicionadas, estão sujeitos às condições previstas no presente Regulamento. -----

## **Artigo 4.º** -----

### **Modalidades de acesso e estacionamento** -----

1 - O acesso e o estacionamento nas Zonas Condicionadas apenas são permitidos aos veículos que se encontrem devidamente identificados e referenciados pelos agentes de fiscalização ou que exibam os títulos válidos previstos no presente Regulamento. -----

2 - O utilizador deverá obter previamente um título válido de acesso e estacionamento, que terá um período de validade limitado no tempo.

3 - No interior das zonas Condicionadas poderão ser criadas, através da colocação de sinalização adequada, Bolsas de Estacionamento reservadas a determinados veículos. -----

## **Artigo 5.º** -----

### **Responsabilidade** -----

A Câmara Municipal de Chaves não responde por eventuais danos, furtos, perdas ou deteriorações dos veículos que se encontrem em Zonas Condicionadas, ou de bens que se encontrem no interior dos mesmos. -----

## **Artigo 6.º** -----

### **Gestão** -----

A Câmara Municipal de Chaves poderá contratar, a terceiras entidades, os serviços de gestão e manutenção dos meios humanos e materiais afectos ao funcionamento das Zonas Condicionadas, nos termos do presente Regulamento. -----

## **Artigo 7.º** -----

### **Equipamento** -----

1 - Os equipamentos afectos à execução do presente Regulamento podem ser propriedade da Câmara Municipal de Chaves, da empresa *Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM*, ou de terceiras entidades contratadas para a gestão e manutenção dos mesmos. -----

2 - A gestão e manutenção dos equipamentos utilizados no âmbito da execução do presente Regulamento poderão ser asseguradas directamente pelo respectivo proprietário ou por terceiras entidades por este contratadas, nos termos do artigo anterior. -----

3 - É proibida qualquer intervenção não autorizada, nomeadamente visando obstruir, danificar, abrir ou alterar por qualquer meio o equipamento de controlo de acesso e estacionamento. -----

## **CAPÍTULO II -----**

### **TITULARIDADE DO DIREITO DE ACESSO E DE ESTACIONAMENTO -----**

#### **SECÇÃO I -----**

Disposições gerais -----

#### **Artigo 8.º -----**

##### **Aquisição do direito -----**

O direito ao acesso e ao estacionamento nas Zonas Condicionadas constitui-se mediante a aquisição de um título válido. -----

#### **Artigo 9.º -----**

##### **Modalidades de título -----**

1 - Para efeitos do disposto no presente Regulamento, são considerados títulos de estacionamento válidos, para Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, os seguintes: -----

a) Talão de estacionamento; -----

b) Cartão de estacionamento de residente; -----

c) Cartão de estacionamento de comércio. -----

2 - Para efeitos do disposto no presente Regulamento, são também considerados títulos válidos, para Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, os seguintes: -----

a) Cartão de residente; -----

b) Cartão de comércio; -----

c) Cartão de outros serviços; -----

d) Cartão de visitante. -----

#### **Artigo 10.º -----**

##### **Falta de título -----**

A não exibição de qualquer título de estacionamento de forma visível, nas condições previstas no artigo 12.º, permite presumir a sua falta. -----

#### **Artigo 11.º -----**

##### **Roubo, furto ou extravio do cartão -----**

1 - Em caso de roubo ou extravio do cartão, deverá o seu titular comunicar de imediato o facto à Câmara Municipal de Chaves sob pena de responder pelos prejuízos resultantes da sua utilização indevida.

2 - A substituição do cartão será efectuada de acordo com o preceituado para a sua revalidação. -----

#### **Artigo 12.º -----**

##### **Propriedade e responsabilidade -----**

1 - Os cartões são propriedade da Câmara Municipal de Chaves e devem ser colocados no interior do veículo a que respeita com o rosto para o exterior, de modo a serem visíveis as menções nele constantes. ---

2 - Os titulares dos cartões são responsáveis pela sua correcta utilização. -----

3 - O uso indevido dos cartões implicará o cancelamento e cassação do mesmo, bem como a impossibilidade de obter um novo cartão durante o período de 1 ano. -----

#### **Artigo 13.º -----**

**Validade do cartão** -----

1 - O cartão é válido pelo período de um ano após a sua atribuição, excepto se os pressupostos da sua atribuição não se mantiverem, caso em que terminará a sua validade com a cessação de algum destes. ----

2 - O cartão pode ser revalidado, a requerimento do seu titular, por sucessivos períodos de um ano. -----

**SECÇÃO II** -----

**Talão de estacionamento** -----

**Artigo 14.º** -----

**Talão de estacionamento** -----

O talão de estacionamento, depois de colocado no veículo nas condições previstas no artigo 12.º, confere o direito de estacionamento numa Zona de Estacionamento de Duração Limitada. ----

**Artigo 15.º** -----

**Aquisição e prova** -----

1 - O talão de estacionamento deverá ser adquirido nos equipamentos destinados a esse efeito. -----

2 - Quando o equipamento mais próximo se encontrar avariado, o utente deverá adquirir o título noutro equipamento instalado nas proximidades. -----

3 - Em caso de avaria de todos os equipamentos, o utente fica desonerado do pagamento da taxa de estacionamento, enquanto a situação de avaria se mantiver. -----

**SECÇÃO III** -----

**Cartão de estacionamento de residente** -----

**Artigo 16.º** -----

**Cartão de estacionamento de residente** -----

1 - O cartão de estacionamento de residente titula a possibilidade de o residente estacionar numa bolsa de estacionamento destinada a moradores, existente no interior de uma Zona de Estacionamento de Duração Limitada, sem limite de tempo e sem pagamento de taxa de estacionamento. -----

2 - Cada cartão estará associado a um veículo correctamente identificado. -----

3 - Só poderá ser atribuído um cartão de estacionamento de residente por cada fogo. -----

**Artigo 17.º** -----

**Características** -----

Deverão constar do cartão de estacionamento de residente: -----

a) A bolsa de estacionamento a que se refere; -----

b) A marca e matrícula do veículo; -----

c) O prazo de validade. -----

**Artigo 18.º** -----

**Atribuição** -----

1 - Poderão requerer que lhes seja atribuído cartão de estacionamento de residente as pessoas singulares, desde que o fogo onde têm domicílio principal e permanente e onde mantêm estabilizado o seu centro de vida familiar: -----

a) Seja utilizado para fins habitacionais;-----

b) Se localize dentro de uma Zona de Estacionamento de Duração Limitada.-----

2 - As pessoas singulares referidas no número anterior devem ainda:

a) Ser proprietárias de um veículo automóvel; ou -----

b) Adquirentes com reserva de propriedade de um veículo automóvel; ou -----

c) Locatárias em regime de locação financeira ou aluguer de longa duração de um veículo automóvel; ou -----



d) Não se encontrando em nenhuma das situações descritas nas alíneas anteriores tenham comprovadamente o direito de uso ou o usufruto de um veículo automóvel. -----

#### **Artigo 19.º** -----

##### **Pedido e documentos** -----

1 - O pedido de emissão do cartão de estacionamento de residente far-se-á, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia dos seguintes documentos: -----

- a) Carta de condução; -----
- b) Cartão do cidadão; -----
- c) Nota de Liquidação IMI do prédio ou habitação onde reside; ou
- d) Contrato de arrendamento devidamente formalizado e declarado à repartição de finanças; -----
- e) Título de Registo de Propriedade do veículo, ou nas situações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo anterior: -----
- i - O contrato que titula a aquisição com reserva de propriedade; --
- ii - O contrato de locação financeira ou de aluguer de longa duração; -----
- iii - Declaração do proprietário de onde conste o nome e a morada do usuário ou usufrutuário e a matrícula do veículo automóvel. -----

2 - Os documentos apresentados deverão estar actualizados e deles constar a morada com base na qual é requerido o cartão de estacionamento de residente. -----

3 - Pela emissão do cartão de estacionamento de residente será exigido o pagamento da quantia fixada no Anexo I. -----

#### **SECÇÃO IV** -----

##### **Cartão de estacionamento de comércio** -----

#### **Artigo 20.º** -----

##### **Cartão de estacionamento de comércio** -----

1 - O cartão de estacionamento de comércio titula a possibilidade de uma empresa que estabeleça a sua actividade comercial ou de serviços, de estacionar numa Zona de Estacionamento de Duração Limitada, sem pagamento de taxa de estacionamento, no período compreendido entre as 13:00 às 15:00 horas. -----

2 - Cada cartão estará associado a um veículo correctamente identificado. -----

3 - Só poderá ser atribuído um cartão de estacionamento de comércio por cada estabelecimento comercial ou de serviços. -----

#### **Artigo 21.º** -----

##### **Características** -----

1 - Deverão constar do cartão de estacionamento de comércio: -----

- a) O arruamento a que se refere; -----
- b) A marca e matrícula do veículo; -----
- c) O prazo de validade. -----

#### **Artigo 22.º** -----

##### **Atribuição** -----

Poderão requerer que lhes seja atribuído cartão de estacionamento as empresas que estabeleçam a sua actividade comercial ou de serviços em arruamentos inseridos em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. -----

#### **Artigo 23.º** -----

##### **Pedido e documentos** -----

1 - O pedido de emissão do cartão de estacionamento de comércio far-se-á, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia dos seguintes documentos: -----

a) Certidão da Conservatória do Registo Comercial, da qual conste o registo de actividade comercial exercida ou em alternativa cartão de empresário em nome individual; -----

b) Certidão da Conservatória do Registo Predial da qual conste o registo de propriedade do estabelecimento a seu favor e, caso não seja proprietário do imóvel, título contratual adequado à sua utilização para o fim a que se destina, designadamente contrato de arrendamento, trespasse, ou outro; -----

c) Certificado de matrícula a favor do requerente, do veículo a que se destina o cartão de estacionamento de comércio; -----

2 - Os documentos apresentados deverão estar actualizados e deles constar a morada com base na qual é requerido o cartão de estacionamento de comércio. -----

3 - Pela emissão do cartão de estacionamento de comércio será exigido o pagamento da quantia fixada no Anexo I. -----

#### SECÇÃO V -----

Cartão de residente -----

#### **Artigo 24.º** -----

##### **Cartão de residente** -----

1 - O cartão de residente titula a possibilidade de o residente numa Zona de Acesso Automóvel Condicionado, circular no seu interior e estacionar nas bolsas de estacionamento destinadas a residentes, sem limite de tempo e sem pagamento de taxa de estacionamento. -----

2 - Cada cartão estará associado a um veículo correctamente identificado. -----

#### **Artigo 25.º** -----

##### **Características** -----

Deverão constar do cartão de residente: -----

a) O arruamento onde o requerente reside; -----

b) A marca e matrícula do veículo; -----

c) O prazo de validade. -----

#### **Artigo 26.º** -----

##### **Atribuição** -----

1 - Poderão requerer que lhes seja atribuído cartão de residente as pessoas singulares, desde que o fogo onde têm domicílio principal e permanente e onde mantêm estabilizado o seu centro de vida familiar: -----

a) Seja utilizado para fins habitacionais; -----

b) Se localize dentro de uma Zona de Acesso Automóvel Condicionado. -----

2 - As pessoas singulares referidas no número anterior devem ainda: -----

a) Ser proprietárias de um veículo automóvel; ou -----

b) Adquirentes com reserva de propriedade de um veículo automóvel; ou -----

c) Locatárias em regime de locação financeira ou aluguer de longa duração de um veículo automóvel; ou -----

d) Não se encontrando em nenhuma das situações descritas nas alíneas anteriores tenham comprovadamente o direito de uso ou o usufruto de um veículo automóvel. -----

#### **Artigo 27.º** -----

##### **Pedido e documentos** -----

1 - O pedido de emissão do cartão de residente far-se-á, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia dos seguintes documentos: -----

a) Carta de condução; -----

b) Cartão do cidadão; -----

c) Nota de Liquidação do IMI do prédio ou habitação onde reside; ou -----

d) Contrato de arrendamento devidamente formalizado e declarado à repartição de finanças; -----

e) Título de Registo de Propriedade do veículo, ou nas situações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo anterior: -----

i - O contrato que titula a aquisição com reserva de propriedade;---

ii - O contrato de locação financeira ou de aluguer de longa duração; -----

iii - Declaração do proprietário de onde conste o nome e a morada do usuário ou usufrutuário e a matrícula do veículo automóvel. -----

2 - Os documentos apresentados deverão estar actualizados e deles constar a morada com base na qual é requerido o cartão de residente.

3 - A emissão do cartão de residente será gratuita. -----

#### SECÇÃO VI-----

Cartão de comércio -----

#### **Artigo 28.º** -----

##### **Cartão de comércio** -----

1 - O cartão de comércio titula a possibilidade de uma empresa que estabeleça a sua actividade comercial ou de serviços numa zona de acesso automóvel condicionado, a circular no seu interior e a efectuar cargas e descargas nos locais devidamente identificados para o efeito. -----

2 - Cada cartão estará associado a um veículo correctamente identificado. -----

3 - Só poderá ser atribuído um cartão de estacionamento de comércio por cada estabelecimento comercial ou de serviços. -----

#### **Artigo 29.º** -----

##### **Características** -----

1 - Deverão constar do cartão de comércio: -----

a) O arruamento onde a empresa exerce a sua actividade; -----

b) A marca e matrícula do veículo; -----

c) O prazo de validade. -----

#### **Artigo 30.º** -----

##### **Atribuição** -----

Poderão requerer que lhes seja atribuído cartão de comércio, as empresas que estabeleçam a sua actividade comercial ou de serviços em arruamentos inseridos em zonas de acesso automóvel condicionado.

#### **Artigo 31.º** -----

##### **Pedido e documentos** -----

1 - O pedido de emissão do cartão de comércio far-se-á, mediante requerimento a apresentar à Câmara Municipal de Chaves, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia dos seguintes documentos: -----

a) Certidão da Conservatória do Registo Comercial, da qual conste o registo de actividade comercial exercida ou em alternativa cartão de empresário em nome individual; -----

b) Certidão da Conservatória do Registo Predial da qual conste o registo de propriedade do estabelecimento a seu favor e, caso não sejam proprietários do imóvel, título contratual adequado à sua utilização para o fim a que se destina, designadamente contrato de arrendamento, trespasse, ou outro; -----

c) Certificado de matrícula a favor do requerente, do veículo a que se destina o cartão de comércio; -----

2 - Os documentos apresentados deverão estar actualizados e deles constar a morada com base na qual é requerido o cartão de comércio.-

3 - Pela emissão do cartão de comércio será exigido o pagamento da quantia fixada no Anexo I. -----

SECÇÃO VII -----  
 Cartão de outros serviços -----  
**Artigo 32.º** -----  
**Cartão de outros serviços** -----  
 O cartão de outros serviços titula a possibilidade de entidades públicas e/ou privadas que prossigam fins de interesse relevante, designadamente religioso e social, dentro da Zona de Acesso Automóvel Condicionado, a circular no seu interior e a estacionar nos locais reservados para o efeito. -----  
**Artigo 33.º** -----  
**Características** -----  
 Deverão constar do cartão de outros serviços: -----  
 a) A bolsa de estacionamento onde está autorizado a estacionar; ----  
 b) A marca e matrícula do veículo; -----  
 c) O prazo de validade. -----  
**Artigo 34.º** -----  
**Pedido e documentos** -----  
 1 - O pedido de emissão do cartão de outros serviços far-se-á, mediante requerimento a apresentar à Câmara Municipal de Chaves, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia do Título de Registo de Propriedade do veículo. -----  
 2 - O documento apresentado deverá estar actualizado e nele constar a morada com base na qual é requerido o cartão de outros serviços. -  
 3 - A emissão do cartão de outros serviços será gratuita. -----  
 SECÇÃO VIII -----  
 Cartão de visitante -----  
**Artigo 35.º** -----  
**Cartão de visitante** -----  
 1 - O cartão de visitante titula a possibilidade de um familiar directo de um residente numa Zona de Acesso Automóvel Condicionado, circular no seu interior e estacionar nos locais devidamente identificados. -----  
 2 - A título excepcional, e em casos devidamente justificados, poderão também ser emitidos cartões de visitante que titulem a possibilidade outras pessoas poderem aceder a uma Zona de Acesso Automóvel Condicionado, circular no seu interior e estacionar nos locais devidamente identificados, por curtos períodos de tempo. ----  
**Artigo 36.º** -----  
**Características** -----  
 Deverão constar do cartão de visitante: -----  
 a) A bolsa de estacionamento onde está autorizado a estacionar; ----  
 b) A marca e matrícula do veículo; -----  
 c) O prazo de validade. -----  
**Artigo 37.º** -----  
**Atribuição** -----  
 As pessoas singulares que reúnam condições para que possa ser atribuído o cartão de visitante, devem: -----  
 a) Ser proprietárias de um veículo automóvel; ou -----  
 b) Adquirentes com reserva de propriedade de um veículo automóvel; ou -----  
 c) Locatárias em regime de locação financeira ou aluguer de longa duração de um veículo automóvel; ou -----  
 d) Não se encontrando em nenhuma das situações descritas nas alíneas anteriores tenham comprovadamente o direito de uso ou o usufruto de um veículo automóvel. -----  
**Artigo 38.º** -----

**Pedido e documentos -----**

1 - O pedido de emissão do cartão de visitante far-se-á, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, através do preenchimento de impresso próprio, devendo os interessados anexar cópia dos seguintes documentos: -----

- a) Carta de condução; -----
- b) Cartão do cidadão; -----
- c) Título de Registo de Propriedade do veículo, ou nas situações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo anterior: -----
  - i - O contrato que titula a aquisição com reserva de propriedade; --
  - ii - O contrato de locação financeira ou de aluguer de longa duração; -----
  - iii - Declaração do proprietário de onde conste o nome e a morada do usuário ou usufrutuário e a matrícula do veículo automóvel; -----
- d) Documentos que comprovem ser familiar directo de um residente numa Zona de Acesso Automóvel Condicionado. -----

2 - Os documentos apresentados deverão estar actualizados. -----

3 - Pela emissão do cartão de visitante será exigido o pagamento da quantia fixada no Anexo I. -----

**TÍTULO III -----****CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ACESSO E ESTACIONAMENTO -----****CAPÍTULO I -----****ZONA DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO -----****Artigo 39.º -----****Delimitação -----**

1 - A área sujeita a Acesso Automóvel Condicionado está delimitada na planta apresentada no Anexo II ao presente Regulamento e abrange os seguintes arruamentos: -----

- a) Escadinhas de D. Dinis; -----
- b) Ilha do Cavaleiro; -----
- c) Ladeira da Brecha; -----
- d) Largo de Caetano Ferreira; -----
- e) Largo do Cavaleiro; -----
- f) Largo Tenente Ferreira da Silva; -----
- g) Postigo das Caldas; -----
- h) Praça da República; -----
- i) Praça de Camões; -----
- j) Rua Bispo Idácio; -----
- k) Rua da Misericórdia; -----
- l) Rua da Ordem 3ª; -----
- m) Rua da Trindade; -----
- n) Rua de Alfândega Velha; -----
- o) Rua de Luís de Viacos; -----
- p) Rua de Santa Maria; -----
- q) Rua Direita; -----
- r) Rua do Poço; -----
- s) Rua do Postigo das Manas; -----
- t) Rua do Sal; -----
- u) Rua dos Gatos; -----
- v) Rua General Sousa Machado; -----
- w) Rua Padre Adolfo de Magalhães; -----
- x) Travessa da Rua Direita; -----
- y) Travessa das Caldas; -----
- z) Travessa de Alfândega Velha; -----
- aa) Travessa do Cavaleiro; -----
- ab) Travessa do Município; -----
- ac) Travessa General Sousa Machado. -----

2 - A área referida no número anterior é considerada uma Zona de Acesso Automóvel Condicionado para todos os efeitos legais, designadamente os previstos no Código da Estrada e legislação complementar. -----

#### **Artigo 40.º** -----

##### **Aplicação temporal** -----

O estacionamento e acesso à Zona de Acesso Automóvel Condicionado ficam sujeitos à aplicação do disposto no presente Regulamento durante todos os dias do ano, 24 horas por dia. -----

#### **Artigo 41.º** -----

##### **Condições gerais de acesso, paragem e estacionamento** -----

1 - O acesso de veículos à Zona de Acesso Automóvel Condicionado só é permitido a veículos automóveis ligeiros, com excepção de motociclos e ciclomotores devidamente autorizados, nos termos e demais condições estabelecidas no presente Regulamento. -----

2 - A paragem e estacionamento de veículos na Zona de Acesso Automóvel Condicionado só poderá efectuar-se quando autorizada e estará sujeita aos lugares disponíveis e à sinalização existente no local. -----

#### **Artigo 42.º** -----

##### **Veículos de emergência** -----

Não carecem de autorização para acederem à Zona de Acesso Automóvel Condicionado os veículos policiais, os veículos de emergência ou em missões de salvamento. -----

#### **Artigo 43.º** -----

##### **Outros veículos** -----

Em casos de justificada necessidade, é permitido o acesso dos seguintes veículos à Zona de Acesso Automóvel Condicionado: -----

- a) Veículos destinados a cargas e descargas; -----
- b) Veículos de recolha de lixo e limpeza da via pública; -----
- c) Veículos destinados a transportes públicos, quando em serviço; --
- d) Veículos utilizados por deficientes ou pessoas de mobilidade reduzida; -----
- e) Veículos da Câmara Municipal de Chaves, quando em serviço; -----
- f) Veículos de empresas concessionárias de serviços públicos, quando em serviço. -----

#### **Artigo 44.º** -----

##### **Sinalização** -----

1 - As entradas e saídas da Zona de Acesso Automóvel Condicionado serão devidamente sinalizadas nos termos do Regulamento do Código da Estrada. -----

2 - No interior das zonas, os lugares para cargas e descargas e os parques de estacionamento para residentes serão demarcados com sinalização horizontal e vertical, nos termos do Regulamento de Sinalização de Trânsito. -----

#### **CAPÍTULO II** -----

##### **ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA** -----

#### **Artigo 45.º** -----

##### **Delimitação** -----

As Zonas de Estacionamento de Duração Limitada estão delimitadas nas plantas apresentadas no Anexo III ao presente Regulamento e abrangem os seguintes arruamentos: -----

- a) Avenida Pedro Álvares Cabral; -----
- b) Largo 8 de Julho; -----
- c) Rua Cândido dos Reis; -----
- d) Rua da Maria Rita; -----
- e) Rua de Infantaria 19; -----

- f) Rua de Santo António; -----
- g) Rua dos Dragões; -----
- h) Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes; -----
- i) Rua 1.º de Dezembro; -----
- j) Rua Tenente Valadim; -----
- k) Rua 25 de Abril; -----
- l) Terreiro de Cavalaria. -----

#### **Artigo 46.º** -----

##### **Classes de veículos e local de estacionamento** -----

- 1 - Podem estacionar nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada: a) Os veículos automóveis ligeiros com excepção de caravanas e auto-caravanas, salvo sinalização em contrário; -----
- b) Os motociclos, ciclomotores e velocípedes, nas áreas que lhes sejam reservadas; -----
- c) Os veículos automóveis de mercadorias e mistos de peso bruto até 3500 Kg, para operações de carga e descarga de apoio à actividade comercial, quando se encontrem parados nos locais sinalizados para o efeito; -----
- d) Veículos adaptados conduzidos por indivíduos com deficiência desde que devidamente identificados nos termos da lei. -----
- 2 - O estacionamento só pode ser feito nos locais expressamente reservados para tal. -----
- 3 - Não é permitido o estacionamento na Zona de Estacionamento de Duração Limitada de veículos com mais de 3500 kg, excepto casos devidamente autorizados pela Câmara Municipal de Chaves. -----

#### **Artigo 47.º** -----

##### **Contravenções** -----

- 1 - É proibido parar ou estacionar nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada sem cumprir o presente regulamento, incorrendo os transgressores na multa prevista no Código da Estrada e quantificada em legislação complementar -----
- 2 - O estacionamento de veículos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, deverá ser efectuado por forma a respeitar as seguintes marcações rodoviárias: -----
- a) As faixas da via que no interior se destinam ao estacionamento, delimitadas nos termos do n.º1 do artigo 6.º do Regulamento do Código da Estrada; -----
- b) As faixas da via que se destinem às operações de carga e descarga, delimitadas nos termos do n.º1 do artigo 6.º do Regulamento do Código da Estrada. -----
- 3 - É proibido e será considerado violação deste regulamento estacionar um veículo sobre alguma daquelas linhas ou marcações, ou estacionar o veículo de modo a que não fique completamente contido dentro do espaço que lhe é destinado. -----
- 4 - É proibido e considerado violação a este Regulamento depositar ou mandar depositar em qualquer parcómetro, qualquer objecto diferente das moedas autorizadas. -----
- 5 - Poderão ser bloqueados os veículos estacionados em infracção ao presente regulamento. -----
- 6 - Nos casos previstos nos pontos 3 e 4 e todos os demais casos considerados de vandalismo ou violação ao sistema de parcómetros e independente da responsabilidade penal que ao caso couber, proceder-se-á sempre ao bloqueamento do veículo. -----
- 7 - Os veículos bloqueados poderão ser removidos caso a sua situação não se encontre regularizada no prazo de quarenta e oito horas após o bloqueamento. -----

8 - É proibido parar ou estacionar veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza, excepto nos períodos, locais e condições expressamente autorizados pela Câmara Municipal. -----

#### **Artigo 48.º** -----

##### **Duração de estacionamento** -----

O estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada fica sujeito a um período de tempo máximo de permanência de cinco horas. -----

#### **Artigo 49.º** -----

##### **Aplicação temporal** -----

O estacionamento em Zona de Estacionamento de Duração Limitada, fica condicionado e sujeito à aplicação do disposto no presente Regulamento nos dias úteis, no período compreendido entre as 9:00 horas e as 19:00 horas. -----

#### **Artigo 50.º** -----

##### **Taxas de estacionamento** -----

1 - O estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, dentro dos limites horários fixados, fica sujeito ao pagamento das seguintes taxas: -----

- O valor mínimo de 0,10€ que corresponde a 15 minutos de estacionamento; -----

- O valor da hora de 0,40€, de acordo com a taxa anualmente aprovada. -----

2 - É autorizada a revisão anual de tarifas de acordo com o valor de evolução anual do índice de preços ao consumidor. -----

#### **Artigo 51.º** -----

##### **Utilização fora do horário de funcionamento** -----

O estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada fora dos limites horários estabelecidos é gratuito e não está condicionado aos limites máximos de permanência estabelecidos no presente Regulamento. -----

#### **Artigo 52.º** -----

##### **Pagamento da taxa** -----

1 - O utilizador deve efectuar o pagamento da taxa devida pelo estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada nos equipamentos destinados a esse fim. -----

2 - Uma vez estacionado o veículo, o utilizador deve colocar o título de estacionamento adquirido de forma visível no interior do mesmo, nos termos previstos no artigo 12.º. -----

3 - Uma vez findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento exibido, o utente deverá: -----

a) Adquirir novo título, que deverá ser colocado próximo do primeiro no caso de ainda não ter esgotado o período máximo de permanência no mesmo local; ou -----

b) Abandonar o espaço ocupado. -----

#### **Artigo 53.º** -----

##### **Isenção do pagamento da taxa** -----

1 - Estão isentos do pagamento da taxa referida no artigo anterior:

a) Os veículos identificados com "cartão de estacionamento de comércio" nos termos previstos no presente Regulamento; -----

b) Os veículos policiais, dos bombeiros e todos os veículos de emergência ou em missões de salvamento; -----

c) Os veículos em operações de carga e descarga de apoio à actividade comercial, quando se encontrem parados nos locais sinalizados para o efeito, durante um período máximo de 30 minutos;

d) Os veículos do Município de Chaves. -----



**Artigo 54.º** -----**Pagamento da ocupação indevida** -----

1 - Sem prejuízo das sanções que ao caso couberem, será exigido ao utente que prolonga o estacionamento para além do limite máximo admitido, o pagamento de uma quantia a título de compensação pelos prejuízos resultantes da ocupação indevida do local de estacionamento. -----

2 - A quantia referida no número anterior será calculada por referência ao montante que seria exigido a título de pagamento pelo serviço de estacionamento, pelo período durante o qual se verificar a ocupação indevida. -----

**Artigo 55.º** -----**Sinalização** -----

1 - As entradas e saídas da Zonas de Estacionamento de Duração Limitada serão devidamente sinalizadas nos termos do Regulamento do Código da Estrada. -----

2 - No interior das zonas, os lugares para cargas e descargas e os lugares de estacionamento serão demarcados com sinalização horizontal e vertical, nos termos do Regulamento de Sinalização de Trânsito. -----

**CAPÍTULO III** -----**OCUPAÇÃO Zonas de Estacionamento de Duração Limitada POR motivo de REALIZAÇÃO DE OBRAS** -----**Artigo 56.º** -----**Condições gerais** -----

A ocupação de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, nomeadamente com tapumes, andaimes, depósitos de materiais, equipamentos e contentores para realização de obras, apenas será permitida nos termos e de acordo com as condições fixadas no Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação em vigor neste Concelho. -----

**Artigo 57.º** -----**Licença** -----

1 - A licença para a execução de quaisquer obras que impliquem a ocupação de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada com intervenções de subsolo, tapumes, andaimes, depósitos de materiais, equipamentos e contentores ou outras instalações com elas relacionadas, será concedida pela Câmara Municipal de Chaves, nos termos do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação. ----

2 - Pela emissão da licença referida no número anterior é exigido o pagamento de uma quantia, a cobrar pela Câmara Municipal de Chaves, a título de compensação pelos prejuízos resultantes da ocupação do local de estacionamento. -----

3 - A quantia referida no número anterior será calculada por referência ao montante horário que seria exigido a título de pagamento pelo serviço de estacionamento, pelo período durante o qual a licença for atribuída. -----

4 - Nos casos em que a ocupação venha a provocar danos na sinalização, é obrigatória a sua reposição nas devidas condições. --

**TÍTULO IV** -----**FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES** -----**CAPÍTULO I** -----**FISCALIZAÇÃO** -----**Artigo 58.º** -----**Entidades competentes** -----

1 - Sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento das disposições do presente

Regulamento compete à Câmara Municipal de Chaves e será exercida através do pessoal de fiscalização designado para o efeito, devidamente identificado. -----

2 - A Câmara Municipal de Chaves pode delegar na *Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM*, a competência de fiscalização das disposições do presente Regulamento. -----

3 - Sem prejuízo dos limites legais em matéria de competência para a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e legislação complementar, a Câmara Municipal de Chaves poderá ser coadjuvada, no exercício das suas funções de fiscalização, por entidades por si contratadas. -----

#### **Artigo 59.º** -----

##### **Atribuições dos agentes de fiscalização** -----

Compete especialmente aos agentes de fiscalização: -----

- a) Esclarecer os utilizadores sobre as normas estabelecidas no presente Regulamento ou outros normativos legais aplicáveis, bem como sobre o funcionamento dos equipamentos instalados; -----
- b) Promover e controlar o correcto estacionamento, paragem e acesso; -----
- c) Zelar pelo cumprimento do presente Regulamento; -----

#### **CAPÍTULO II** -----

##### **SANÇÕES** -----

#### **Artigo 60.º** -----

##### **Regime aplicável** -----

Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, que ao caso couber, as infracções ao disposto no presente Regulamento são sancionadas nos termos do presente capítulo. -----

#### **SECÇÃO I** -----

##### **Medidas de polícia** -----

#### **Artigo 61.º** -----

##### **Estacionamento indevido ou abusivo** -----

Considera-se estacionamento indevido ou abusivo o disposto no artigo 163.º do Código da Estrada. -----

#### **Artigo 62.º** -----

##### **Remoção do veículo** -----

1 - O veículo abusivamente estacionado poderá ser removido nos termos do artigo 164.º do Código da Estrada. -----

2 - As despesas com a remoção e o depósito serão pagas pelo responsável pelo veículo. -----

#### **SECÇÃO II** -----

##### **Contra-ordenações** -----

#### **Artigo 63.º** -----

##### **Estacionamento proibido** -----

É proibido o estacionamento: -----

- a) De veículos de categoria diferente daquela para a qual o lugar de estacionamento tenha sido exclusivamente afecto, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 70.º do Código de Estrada; -----
- b) De veículo que não exhibir o título de estacionamento válido da respectiva Zona de Estacionamento de Duração Limitada, previsto no artigo 9º; -----
- c) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza; -----
- d) De veículos utilizados para transportes públicos, quando não alugados; -----
- e) Por tempo superior ao estabelecido neste Regulamento. -----

#### **Artigo 64.º** -----

##### **Coimas** -----

Incorre em infracção punível com coima, em conformidade com o n.º 2 do artigo 71.º do Código de Estrada, o proprietário do veículo que infringir o disposto no artigo anterior. -----

## **TÍTULO V** -----

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E complementares** -----

#### **Artigo 65.º** -----

##### **Legislação aplicável** -----

O disposto no presente Regulamento não prejudica a aplicação das disposições do Código de Estrada e demais legislação aplicável. ----

#### **Artigo 66.º** -----

##### **Norma revogatória** -----

É revogado o Regulamento Municipal existente em matéria de estacionamento de duração limitada, bem como todas as deliberações e despachos que contrariem o preceituado no presente Regulamento. ----

#### **Artigo 67.º** -----

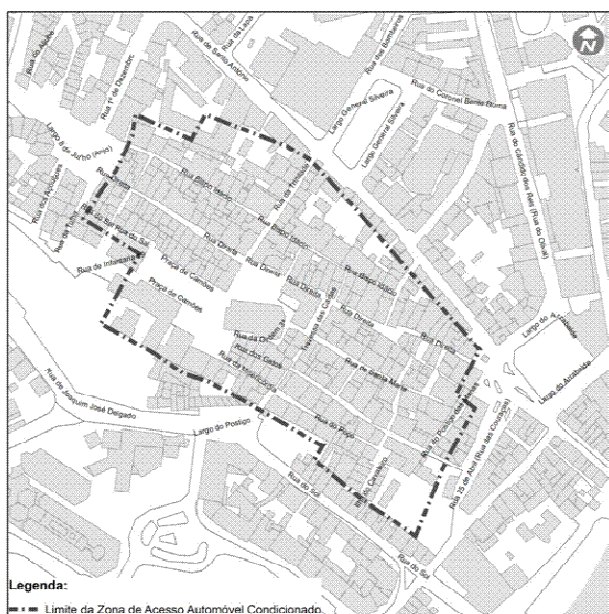
##### **Entrada em vigor** -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação na 2.ª série do Diário da República. -----

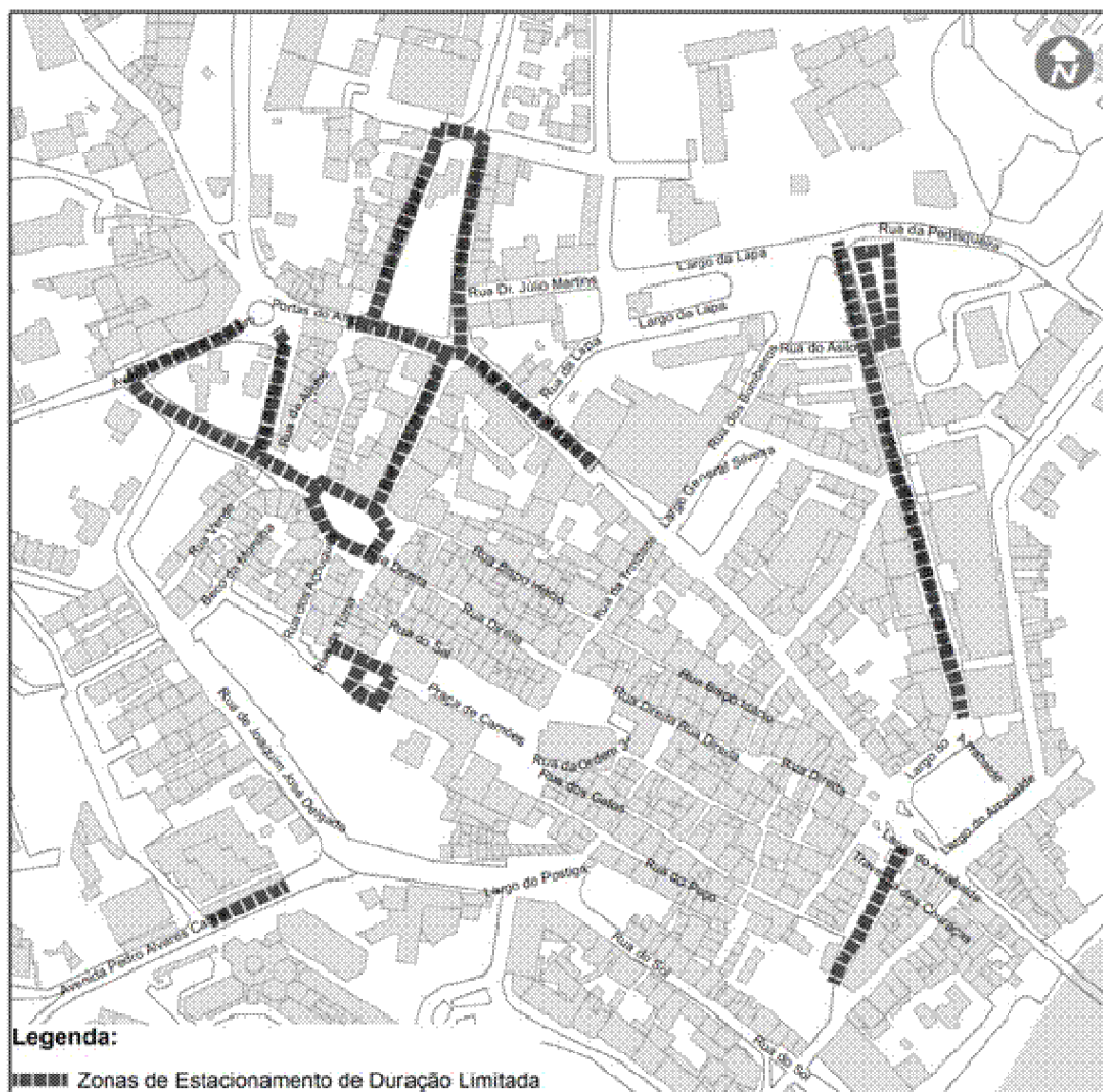
## **ANEXO I - Quantias devidas pela emissão dos cartões** -----

Cartão de estacionamento de residente	15 Euros
Cartão de estacionamento de comércio	20 Euros
Cartão de comércio	20 Euros
Cartão de visitante	30 Euros





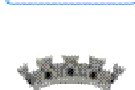

## **ANEXO II - Delimitação da Zona de Acesso Automóvel Condicionado** ----



## **ANEXO III - localização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada** -----



#### ANEXO IV – Modelo do cartão

	<b>Cartão de</b>		
	Viatura:		
	Matrícula:		
	O Vereador		Válido até:
	(Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves)		

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

### 2.3. "PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TRÂNSITO NA RUA AUGUSTO FIGUEIREDO FERNANDES E LARGO 8 DE JULHO (LARGO DO ANJO) " -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### 1 - Exposição dos motivos -----

1.1 - Face à necessidade implementar medidas que promovam a garantia da acessibilidade aos diferentes espaços urbanos e a segurança na circulação rodoviária e pedonal dentro do centro urbano da cidade de Chaves, os serviços técnicos desta Divisão procederam à avaliação da necessidade de alteração dos sentidos de circulação do tráfego rodoviário na Rua Augusto Figueiredo Fernandes e no Largo 8 de Julho, tendo por base não só as características estáticas e dinâmicas de área envolvida, mas também as necessidades de mobilidade e de acessibilidades na mesma. -----

1.2 - Tendo por base o diagnóstico efectuado, estes serviços entendem que a Rua Augusto Figueiredo Fernandes, actualmente com apenas um sentido mas com duas vias de circulação em toda a sua extensão, tem dimensões e características que permitem a implementação de dois sentidos entre o Largo 8 de Julho e a Rua Maria Rita, o que facilitará as deslocações rodoviárias entre o Largo 8 de Julho e as saídas do centro histórico para as zonas poente e sul da cidade. -----

1.3 - Neste contexto, de acordo com o "Regulamento de Sinalização e Trânsito", aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, e com o "Código da Estrada", alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro, propõe-se a implementação das seguintes medidas/acções: -----

i) A implementação de dois sentidos de circulação automóvel entre o Largo 8 de Julho e a Rua Maria Rita; -----

ii) Reformulação da sinalização direccional existente. -----

#### 2 - Proposta-----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

i) Que se submeta a presente proposta a Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção da competente aprovação por parte do Executivo Municipal; -----

ii) Caso a presente proposta venha a merecer homologação por parte do Executivo Municipal, deverá a mesma ser remetida para a Divisão de Recursos Operacionais, a fim de serem encetados todos os procedimentos tendentes à sua implementação, e para a Secção de Chaves da Polícia de Segurança Pública, informando da alteração ao trânsito aprovada. -----

À consideração do Sr. Director do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ.º RODRIGO MOREIRA de 01.06.2011.**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância. Propõe-se ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves que profira despacho no sentido deste processo ser submetido à consideração do Órgão Executivo deste Município, com vista à obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da referida proposta. -----

À consideração do Sr. Vereador Dr. Paulo Alves -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL DR. PAULO ALVES DE 01.06.2011** -----

Visto. Concorde. -----

À Reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta, proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

## **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

### **3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**  
 -----

### **3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ.T. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**  
 -----

### **3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, ARQTO. ANTONIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º5. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**  
 -----

### **3.4. INSTALAÇÃO DE COZINHA REGIONAL, PEDIDO DE APROVAÇÃO - MANUEL SILVA FERREIRA - LUGAR DE VALPEDRO - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ENG.ª BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 10.05.2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **1 - Introdução-----**

1.1.- O Sr.º Manuel Silva Ferreira, apresenta sob requerimento n.º 3382/10, referente ao processo n.º 446/10, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na regularização da construção de imóvel e instalação de um estabelecimento de actividade produtiva local, designadamente, "Fabricação de produtos á base de carne" (CAE10130),

incluídas em indústrias do Tipo 3, a levar a efeito no lugar de Valpedro, freguesia de Vila Verde da Raia no concelho de Chaves.----

## **2.-Antecedentes** -----

2.1.- Proc.º 4/07, para instalação de uma cozinha regional, que se encontra caducado.-----

2.2.- Lic.<sup>a</sup> de construção n.º 145/06 e lic.<sup>a</sup> de utilização n.º 140/06, para construção de armazém destinado a pocilga, com a área de 120.00 m<sup>2</sup>.-----

2.3.- O requerente é titular do processo n.º 460/08, para construção de uma habitação unifamiliar, que se encontra caducado.-----

## **3.-Instrução do Pedido**-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>3</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, e de acordo com o art.º 13<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos: --

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

f) Projecto de arquitectura; -----

g) Memória descritiva e justificativa; -----

h) Estimativa do custo total da obra; -----

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

<sup>4</sup> Artigo 13.º -Requerimento, comunicação e respectiva instrução ----

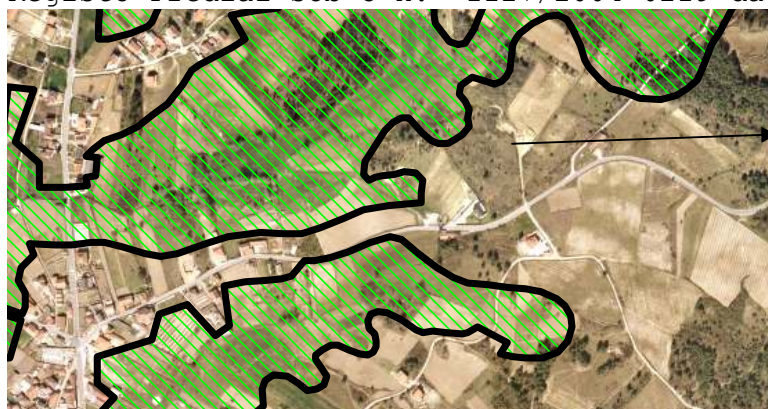
1 - Todos os procedimentos previstos no RJUE iniciam -se através de requerimento ou comunicação e obedecem ao disposto nos artigos 8.º a 10.º desse diploma e devem ser acompanhados dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

(com excepção dos níveis de informação) do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Estimativa do custo total da obra; -----
- Calendarização da execução da obra; -----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:1000; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças desenhadas do projecto geo-referenciadas; -----
- Declaração do topografo; -----
- Projecto de abastecimento de água e águas residuais; -----
- Projecto de águas pluviais; -----

#### **4.- Localização** -----

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 41 250.00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 2589 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 1127/2004 0219 da freguesia de Vidago.----



Localização  
da Pretensão

2 - O requerimento ou comunicação e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar. -----

3 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital - CD - nos seguintes termos: -----

- a) Os textos - Peças Escritas - deverão ser entregues no formato PDF (Portable Document Format da Adobe Systems), DOC ou DOCX (extensão dos arquivos do Microsoft Word), ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais; -----
- b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num dos seguintes formatos: DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), DWF (Design Web Format da Autodesk), DGN (extensão dos arquivos do Microstation), SHP (extensão dos arquivos da ArcGIS - ESRI), DXF (Drawing Interchange File Format vector graphics (AutoCAD) ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;



**5.- Enquadramento da Pretensão-----****5.1.- No regime jurídico -----**

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>5</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. -----

**5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----**

5.2.1. O prédio rústico tem na sua totalidade 41 250.00 m<sup>2</sup>, está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.2 - espaço agrícola e na subcategoria 4.2. A - espaços agrícolas defendidos (RAN) e na categoria 4.3 - espaço agro-florestais na subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

5.2.2.-Segundo a planta de condicionantes n.º 34 B, em parte do terreno impede uma restrições/servidões de utilidade pública, designadamente: -----

5.2.2.1. - Restrição relativamente á classificação do solo de acordo com a sua capacidade de uso - solo que possui aptidões e características mais adequadas á actividade agrícola; -----

**5.3.- No Regime de exercício da actividade industrial - REAI -----**

5.3.1.- O presente pedido enquadra-se no disposto no art.º 18<sup>6</sup> do Regime de exercício da actividade industrial, relativamente aos estabelecimentos industriais do tipo 3. -----

---

<sup>5</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

a) As operações de loteamento; -----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

<sup>6</sup> Artigo 18.º -Articulação com o RJUE -----

1 - Sempre que a instalação do estabelecimento industrial envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, a articulação entre o regime previsto no presente decreto -lei e o regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, é efectuada nos termos dos números seguintes. -----

2 - Tratando-se de estabelecimento industrial do tipo 1 ou do tipo 2 cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de obra sujeita a controlo prévio, o requerente pode apresentar à câmara municipal competente, antes de iniciado o procedimento de controlo da actividade industrial: -----

a) Pedido de informação prévia sobre a operação urbanística, não estando a decisão deste pedido dependente de decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia; -----

**6.- Consulta e entidades externas ao Município -----**

6.1.- No âmbito do presente projecto foi consultada a seguinte entidade: -----

6.1.1.- Delegação de Saúde, a qual emite parecer, favorável condicionado, datado de 2011-04-08, nos termos da informação anexa, que se deve dar conhecimento ao requerente para cumprimento; -----

**7.- Análise da Pretensão -----**

7.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

7.1.1.- O requerente pretende proceder á regularização da construção de imóvel, destinado á instalação de um estabelecimento de actividade produtiva local, designadamente, "Fabricação de produtos á base de carne" (CAE10130), incluídas em indústrias do Tipo 3. O imóvel possui uma área bruta de construção de 302.00.00m<sup>2</sup>, distribuídos pela cave e r/chão. -----

7.1.2.- O imóvel destinado a estabelecimento industrial tipo 3, designadamente, actividade produtiva local ("Fabricação de produtos á base de carne")- (CAE10103), está implantado em solo agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns. -----

7.1.3.- Face ao uso pretendido, destinado a estabelecimento industrial tipo 3, designadamente, actividade produtiva local, há a referir que se enquadra no disposto no n.º 1 do art.º 53<sup>7</sup> do Plano Director Municipal, onde dispõe que, é admissível a instalação de unidades industriais fora dos espaços pertencentes à classe 2 - espaços industriais, desde que se trate de indústrias das classes C ou D referidas no Regulamento do Exercício de Actividade Industrial, e aqueles se localizem em espaço florestal ou em espaço agro-

b) Pedido de licença ou comunicação prévia, mas a câmara municipal só pode decidir depois de proferida a decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia de actividade industrial, ou emitida a certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito. -----

3 - Nos estabelecimentos referidos no número anterior, o requerente apresenta obrigatoriamente pedido de informação prévia sobre a operação urbanística à câmara municipal competente sempre que, nos termos de instrumento de gestão territorial ou de licença ou comunicação prévia de loteamento, o estabelecimento se situe em área que não admita expressamente o uso pretendido. -----

4 - Tratando-se de estabelecimento do tipo 3, cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, deve ser dado prévio e integral cumprimento aos procedimentos aplicáveis nos termos do RJUE, só podendo ser apresentado o pedido de registo após a emissão pela câmara municipal territorialmente competente do título de autorização de utilização do prédio ou fracção onde pretende instalar-se o estabelecimento ou de certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito. -----

<sup>7</sup> Artigo 53º - Instalações industriais e armazéns -----

1 - É admissível a instalação de unidades industriais fora dos espaços pertencentes à classe 2 - espaços industriais, desde que se trate de indústrias das classes C ou D referidas no Regulamento do Exercício de Actividade Industrial, e aqueles se localizem em espaço florestal ou em espaço agro-florestal comuns, e sem prejuízo do cumprimento dos condicionamentos legalmente estipulados para cada actividade industrial concreta. -----

florestal comuns, e sem prejuízo do cumprimento dos condicionamentos legalmente estipulados para cada actividade industrial concreta. ---

7.1.4.- A classificação do artigo 53 do PDM - Industrias da Classes C e D - classificação essa que se encontra revogada pelos Diplomas Legais e específicos que regulam a Actividade Industrial (Dec-Lei 69/03) na qual se adoptou o tipo 3 e 4 respectivamente (classe C - tipo 3 ; classe D- tipo 4 ). -----

7.1.5.- De acordo com o disposto no art.º 4 do Dec-Lei 209/08 (que revogou o Dec.-Lei 69/03), as classificações dos estabelecimentos industriais passam apenas a ser do tipo 1,2, e 3. Neste contexto, a actualização da classificação de estabelecimentos industriais das classes A, B, C e D que ainda subsistam em instrumentos de gestão territorial não impedem a instalação ou alteração de estabelecimentos industriais com a tipologia que resulta do presente decreto-lei, desde que integralmente cumprido o respectivo procedimento de controlo da actividade industrial. Este procedimento é plasmado no art.º 67<sup>8</sup> do Dec.-Lei 209/08, no qual, é feita a actualização da classificação dos estabelecimentos industriais.-----

7.1.6.- Considerando que as referências em diplomas legais e nos diversos instrumentos de gestão territorial aos tipos de estabelecimentos industriais previstos no anterior regime jurídico de exercício da actividade industrial, devem ser entendidas como actual tipo 3 consideram -se feitas a estabelecimentos industriais do tipo 3, conforme o preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 67 do Dec.-Lei 209/08, atrás referido, pelo que a pretensão em causa poderá ser enquadrada nas disposições do Reg. do PDM, nomeadamente no articulado no n.º1 do art.º 53, de acordo com o enunciado no ponto 6.1.3. da presente informação.-----

---

<sup>8</sup> Disposições finais e transitórias -----  
Artigo 67.º Actualização da classificação dos estabelecimentos industriais -----

1 - As referências a estabelecimentos industriais das classes A, B, C e D que ainda subsistam em instrumentos de gestão territorial não impedem a instalação ou alteração de estabelecimentos industriais com a tipologia que resulta do presente decreto-lei, desde que integralmente cumprido o respectivo procedimento de controlo da actividade industrial. -----

2 - As referências em diplomas legais e nos diversos instrumentos de gestão territorial aos tipos de estabelecimentos industriais previstos no anterior regime jurídico de exercício da actividade industrial devem ser entendidas nos seguintes termos: -----

a) As referências ao actual tipo 1 consideram -se feitas a estabelecimentos industriais do tipo 1; -----

b) As referências ao actual tipo 2 consideram -se feitas a estabelecimentos industriais do tipo 2, mas tal não constitui obstáculo à localização de estabelecimentos do tipo 1, desde que integralmente cumprido o respectivo procedimento de controlo da actividade industrial; -----

c) As referências ao actual tipo 3 consideram -se feitas a estabelecimentos industriais do tipo 3, mas tal não constitui obstáculo à localização de estabelecimentos do tipo 2, desde que integralmente cumprido o respectivo procedimento de controlo da actividade industrial; -----

d) As referências ao actual tipo 4 consideram -se feitas a estabelecimentos industriais do tipo 3. -----

7.1.7.- Existe na parcela de terreno uma pocilga, licenciada ao abrigo da lic.<sup>a</sup> de construção n.º 145/06, com a área de 120.00 m<sup>2</sup>, que dista mais de 200 metros da edificação que se pretende agora regularizar, pelo que cumpre o estipulado na alínea b) do n.º 2 do art. 36<sup>9</sup> do Plano Director Municipal. -----

7.1.8.- De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 58<sup>10</sup>, do Plano Director Municipal, o índice de construção é nestes casos de 0.25 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em classe 4 x índice de construção) = (≈) 28 600.00 m<sup>2</sup> x 0.25 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 7 150.00 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 422.00 m<sup>2</sup> (área bruta da pocilga licenciada + área bruta da construção proposta). -----

7.1.9.- O projecto apresentado, está de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 58 do P.D.M., onde dispõe que, as componentes edificadas referentes a instalações industriais, cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo art.º 28<sup>11</sup>, pelo facto, de se tratar de uma actividade, com pouca

---

<sup>9</sup> Artigo 36º - Instalações adstritas às explorações -----

2) Instalações agro-pecuárias - a edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas, aviários, coelheiras, ovis, canis, gatis e outras instalações para criação ou alojamento de animais domésticos ou selvagens cumprirá as seguintes regras: -----

a) Devem implantar-se preferencialmente em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável, e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local; -----

b) A sua localização e implantação serão tais que garantam um afastamento mínimo de 200 m às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projectos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento urbano plenamente eficazes, excepto em relação àquelas que se destinem exclusivamente a actividades agro-pecuárias; -----

c) As parcelas onde se localizarem deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro exterior destas edificações e as extremas da mesma parcela nunca seja inferior a 10 m; -----

d) As edificações desenvolver-se-ão num só piso acima do solo; -----

e) Sem prejuízo do disposto nas duas alíneas anteriores, a área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponder à aplicação do  $I_c = 0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$  à área da parcela; --

<sup>10</sup> Artigo 58º - Edificabilidade -----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao  $I_c$ , que passa a adoptar o valor de  $0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$ . -----

<sup>11</sup> Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais -----

Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em

perigosidade, que pode ser desenvolvida em fracção autónoma de prédio urbano. -----

7.1.10.- Dado as dimensões da parcela de terreno, o requerente cumpre o especificado na alínea e) do n.º 3 do art.12<sup>12</sup> do Plano Director Municipal, ou seja, o mínimo de 3 lugares de estacionamento no interior do lote; -----

#### **8.- Pareceres Internos -----**

8.1.- Foi solicitado parecer ao médico veterinário Municipal - Dr.º Sotero, o qual, emite parecer datado de 2011-02-21, que se deve dar, conhecimento ao requerente para cumprimento. -----

8.2.- Foi solicitado parecer a Divisão de Abastecimento Público, sobre as infra-estruturas hidráulicas, a qual emite parecer favorável datado de 2011-02-02, que se deve dar conhecimento ao requerente. -----

#### **9.- Proposta de Decisão -----**

parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:

1) As parcelas destinadas à referida instalação, na área que estiver integrada em espaço industrial, terão de: -----

a) Confrontar, numa extensão mínima de 20 m, com estrada ou arruamento que delimite o espaço industrial em questão; -----

b) Possuir uma forma em planta que permita a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via; -----

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

a) Assegurar que no interior da parcela em que se localizam venham a existir espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias públicas; -----

b) Adoptar como alinhamento da fachada virada à via com que confronta com a parcela o afastamento estabelecido para o local de acordo com as disposições legais ou regulamentares em vigor, o qual não poderá ser inferior a 30 m; -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

d) Não ultrapassar os seguintes índices urbanísticos, aplicados à área de parcela integrada no espaço industrial: -----

Ic = 0,8 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>; -----

Área de implantação - 70%; -----

<sup>12</sup> Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

a) Um lugar por cada fogo; -----

b) Um lugar por cada 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção em moradias unifamiliares; -----

c) Um lugar por cada 120 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a habitação colectiva; -----

d) Um lugar por cada 50 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços; -----

e) Um lugar por cada 100 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a indústrias ou armazéns; -----

9.1.- Propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura, apresentado sob requerimento n.º 3382/10. -----

9.2- De acordo com o n.º4 do art. 20º do DL 555/99 de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações, dispõe o interessado do prazo de seis meses para apresentar projectos de especialidades conforme estabelecido no n.º 5 do art.º 11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica; -----
- Projecto de instalação de gás ou declaração de isenção; -----
- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projecto de arranjos exteriores; -----
- Projecto acústico; -----
- Ficha de segurança de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º17 do Decreto - Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro; -----

À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 17.05.2011:** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 17.05.2011.**-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. CONSTRUÇÃO DE OFICINA AUTOMÓVEL DE CHAPA E PINTURA, PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - DOMINGOS MANUEL ARAÚJO - LUGAR DE VALE DO GATO - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ENG.ª BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 24.05.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1 - Introdução**-----

1.1.- O Sr.º Domingos Manuel Araujo, solicita sob requerimento n.º 1009/11, referente ao processo n.º 143/10, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1136/20100511 e inscrita na matriz com o n.º 53, situada no lugar de Vale do Gato, freguesia de Santa Cruz/Trindade no concelho de Chaves. -----

**-2.- Antecedentes**-----

2.1.- O requerente é titular da lic.ª de construção n.º 166/10, para construção de imóvel destinado a prestação de serviços - "Oficina automóvel de chapa e pintura", com a área de 227.50 m2. -----

**3.-Instrução do pedido**-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no art. 19 do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação. -----

**4.- Enquadramento da Pretensão**-----

**4.1.- No regime jurídico**-----

4.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 10 do art.º 6 do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de

Março, pelo facto, de a parcela de terreno se situar em perímetro urbano e fora deste, estando deste modo Isento de Licença, devendo observar, o disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

4.2.1.- O terreno que se pretende destacar, está inserido em dois espaços distintos: em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em zona de densidade inferior, designada por R3 e em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais - subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal;-----

5.- Análise da Pretensão -----

5.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 4 551.00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 53 e descrito na conservatória sob o n.º 1136/20100511 da freguesia de Santa Cruz/Trindade; -----

5.2.- De acordo com o levantamento topográfico apresentado, o terreno tem 5 055.70 m<sup>2</sup>, de acordo com o descrito na Certidão da Conservatória do Registo Predial, o terreno tem 4 551.00 m<sup>2</sup>, pelo que, para efeitos de destaque de parcela irá ser considerada a área registada, devendo o requerente proceder, á rectificação das parcelas autónomas resultantes do destaque, junto da Conservatória do Registo Predial; -----

5.3.- A área da parcela a destacar é de 2 800.00 m<sup>2</sup> e está inserida em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em zona de densidade inferior, designada por R3, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.4.- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 1 751.00 m<sup>2</sup> e está inserida em dois espaços distintos: em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em zona de densidade inferior, designada por R3 e em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais - subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.5.- A parcela a destacar situa-se na sua totalidade dentro do perímetro urbano, pelo que, de acordo com o disposto no n.º 10 do art. 6 do RJUE, deve observar o disposto no seu n.º 4, onde dispõe que, os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.-----

5.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

5.7.- Para a parcela a destacar, estima-se, uma área bruta de construção de 440.00 m<sup>2</sup> e de implantação de 220.00 m<sup>2</sup>. Assim temos que 2 800.00 (área da parcela a destacar) m<sup>2</sup> x 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local) = 1 400.00 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 440.00 m<sup>2</sup> (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.16 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = (440.00 m<sup>2</sup>/2 800.00 m<sup>2</sup>) < 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local); -----

5.8.- Na parcela sobrance (mãe), está licenciado um imóvel destinado a prestação de serviços - "Oficina automóvel de chapa e pintura", com a área de 227.50 m<sup>2</sup>. -----

6.- Proposta de Decisão -----

6.1.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.os 10 e 4 do art.6, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março. -----

6.2.- Assim, emite-se parecer favorável á emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1009/11.-- À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 31.05.2011:** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 31.05.2011.**-----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.6. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO, APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE TELECOMUNICAÇÕES - FARMÁCIA PAULA FILES - AVENIDA DE STO. AMARO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO FERNANDES REI, DATADA DE 01.06.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **1-INTRODUÇÃO**-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e de Desenvolvimento com o n.º 921/11 em 11-04-2011, a interessada sendo titular da licença de construção n.º 126/10, apresenta projecto de alterações para alteração dos Arranjos Exteriores do imóvel, actualmente em construção, com cedência ao Município de Chaves da área de 123,67 m2, destinada a passeio, zona verde e estacionamento.-----

1.2-Sob o requerimento registado com o n.º 1367/11, em 31-05-2011, a requerente apresenta Aditamento ao projecto de Telecomunicações aprovado.-----

#### **2-ANTECEDENTES**-----

No seguimento da apresentação do projecto de alterações aos Arranjos Exteriores do imóvel referido em epígrafe, sob o requerimento n.º 390/11, foi produzida informação<sup>13</sup> técnica em 07-03-2011, na qual foi proposto o seguinte: -----

2.1-Considerando que o imóvel presentemente em construção sob o alvará n.º 126/10, se situa nas proximidades de uma placa giratória;- Considerando que no referido imóvel vai ser instalada uma farmácia, originando um acréscimo de trânsito viário e pedonal na zona envolvente daquele; -----

Somos de opinião que as alterações agora comunicadas não vão contribuir para maior fluidez dos tráfegos, quer viário quer pedonal, pelo que se propõe rejeitar a comunicação prévia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36º do diploma legal acima referido. -----

---

<sup>13</sup> Sobre a qual recaiu despacho de concordância do Chefe de DGUT, Sr. Arqtº António Malheiro e do Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr. Arqtº Castanheira Penas. -----



2.2-De acordo com o disposto nos artigos 100º e 101º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15/11, antes de ser tomada a decisão final, a interessada deverá ser ouvida no procedimento. -----

2.3-A alteração aos arranjos exteriores que terá a aceitação destes Serviços Técnicos é aquela que proponha criar lugares de estacionamento em frente ao futuro estabelecimento comercial e realizar os seguintes trabalhos, de acordo com o desenho que se anexa: -----

Corte do plátano existente a nascente do terreno da requerente, ocupando parte do passeio e parte da faixa de rodagem que em nada contribui para a segurança automóvel e pedonal. -----

Continuação ao longo da Avenida do Santo Amaro da faixa de estacionamento executada, no âmbito do empreendimento "Parque dos Príncipes", com a criação de mais quatro lugares de estacionamento.-

-Substituição do poste de iluminação pública situado à frente do terreno da requerente e colocação de outro igual aos existentes naquela via. -----

## **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NO RJUE -----**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/3, a requerimento do interessado podem ser alterados os termos e condições da licença. -----

O alvará de obras de construção n.º 126/10, emitido pelo Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr. Arqtª Castanheira Penas encontra-se válido até 15-08-2011. -----

## **3-PARECER -----**

### **3.1-Do pedido de alteração à licença titulada pelo alvará de construção n.º 126/10 -----**

A alteração aos Arranjos Exteriores apresentada sob o requerimento registado com o n.º 921/11, propõe a cedência ao Município de Chaves da área de 123,67 m2, destinada a passeio, baía de estacionamento e espaços verdes, cujas obras de urbanização estarão a cargo da requerente. -----

Tal cedência deverá ser formalizada através de um contrato tendo por objecto a realização de obras de urbanização, no âmbito da aprovação das obras de edificação, com prestação de caução no valor de € 6 387,70 (seis mil trezentos e oitenta e sete euros e setenta cêntimos). -----

### **3.2-Do pedido de ocupação de dois lugares de estacionamento público para uso exclusivo dos utentes da Farmácia -----**

3.2.1-Pelo exposto no artigo 8º do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Privativo para Veículos Automóveis em Domínio Público, a ocupação do domínio público com estacionamento privativo de veículos automóveis na Avenida de Santo Amaro está sujeita ao pagamento de uma taxa de 400 € por ano e por lugar; -----

3.2.2-Neste contexto, o pedido de isenção de taxas para dois lugares de estacionamento privativo afectos à Farmácia Paula Filles, não merece acolhimento por parte desta Autarquia por falta de enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 9º do Regulamento geral das zonas de estacionamento privativo para veículos automóveis em domínio público. -----

### **3.3-Do pedido de colocação de publicidade em espaço verde a ceder ao domínio público, com isenção das taxas devidas -----**

A requerente, propõe a colocação de dois painéis publicitários nos espaços verdes a ceder ao domínio público. -----

De acordo com o nº 3 do artigo 11º do Regulamento Municipal de Publicidade, é proibida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, seja qual for o suporte que utilizem, em bens ou espaços afectos ao domínio público, designadamente edifícios públicos, sedes de órgãos de soberania ou de autarquias locais, edifícios onde funcionem serviços públicos, templos, cemitérios, espaços verdes<sup>14</sup>, árvores, sinais de trânsito e elementos de mobiliário urbano. -----

Por outro lado, de acordo com a alínea g) do artigo 3º do Regulamento de Publicidade, não carecem de licenciamento municipal, os anúncios destinados à identificação e localização de farmácias<sup>15</sup>, de profissões médicas e paramédicas ou outros serviços de saúde, desde que especifiquem apenas os titulares, horário de funcionamento e, quando for caso disso, especializações.-----

### **3.3-Da apresentação do Aditamento ao Projecto de Telecomunicações---**

O Aditamento ao projecto de Telecomunicações encontra-se acompanhado com o termo de responsabilidade a que se refere o nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03, bem como o elemento mencionado no nº 3 do mesmo artigo. -----

### **4-PROPOSTAS -----**

Considerando o que se disse anteriormente e o que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/3, sou a recomendar que a Câmara Municipal adopte a seguinte resolução: -----

4.1-Que defira o pedido de alteração à licença de obras de construção nº 126/10, com a cedência de uma área ao domínio público de 123,67 m2, destinada a passeio, baía de estacionamento e espaços verdes, cujas obras de urbanização estarão a cargo da requerente devendo ser formalizado um contrato tendo por objecto a realização de obras de urbanização, no âmbito da aprovação das obras de edificação, com prestação de caução no valor de **6 387,70 (seis mil trezentos e oitenta e sete euros e setenta cêntimos)**.-----

4.2-Que não isente a requerente do pagamento dos dois lugares de estacionamento privativos para os utentes da Farmácia, por falta de enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 9º do Regulamento geral das zonas de estacionamento privativo para veículos automóveis em domínio público. -----

4.3-Que indefira o pedido de isenção das taxas devidas pela colocação dos painéis publicitários propostos no projeto apresentado, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Regulamento Municipal de Publicidade. -----

4.4-No âmbito do pedido de emissão do aditamento ao alvará de construção nº 126/10, a requerente deverá apresentar garantia bancária ou seguro caução no montante de € 6 387,70 (seis mil trezentos e oitenta e sete euros e setenta cêntimos). -----

À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 01.06.2011: -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS,**

<sup>14</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>15</sup> O sublinhado é nosso. -----

**DATADO DE 01.06.2011.**-----  
 Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. PEDIDO DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE ESPLANADA - J.C.L. - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA. - ALAMEDA DO TABOLADO, LOJA 4 - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ARQ.<sup>a</sup> DORA HELENA PEREIRA PINTO VIDEIRA, DATADA DE 31.05.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.A empresa requerente, na qualidade de arrendatária de um estabelecimento de bebidas sito na Alameda do Tabolado, n.º 1 - Loja 4, freguesia de Sta. Maria Maior, Chaves, solicita a ocupação da via pública para levar a efeito a instalação de uma esplanada com a área de 30m<sup>2</sup>. -----

2.O pedido encontra-se correctamente instruído; -----

3.Considerando que se mantêm inalteradas todas as características que levaram à aprovação da referida esplanada em anos anteriores;---

4.Face ao solicitado, propõe-se o deferimento do pedido formulado pelo requerente relativo à instalação de uma esplanada com 30m<sup>2</sup> e por um período de 4 meses - de Junho a Setembro - entendendo-se no entanto que devem ser cumpridas as condições a seguir expressas, nomeadamente: -----

- Deve ser cumprido, de forma rigorosa, o esquema apresentado; --
- A licença de esplanada deve ser renovada anualmente e as respectivas taxas liquidadas; -----

- Dado o local onde a referida esplanada se localiza, só é permitido o seu funcionamento até às 24h00m com excepção das vésperas de sábados, domingos e feriados dos meses de Julho e Agosto, em que este horário pode ser prolongado até à 1h00 do dia seguinte ou até à hora de encerramento do estabelecimento, se este ocorrer antes.-----

O presente processo deve ser reencaminhado à Secção de Taxas e Licenças para correspondente análise. -----

À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 31.05.2011:** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 31.05.2011.**-----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 31.05.2011.**-----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE COMPETENCIAS DELEGADAS, 2011.06.01** -----

Autorizo. Emita-se a respectiva licença de uso privativo. Cobrem-se as respectivas taxas. À reunião de câmara para conhecimento. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.8. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PARA INSTALAÇÃO DE ESPLANADA - HOTEL A.J., LDA. - ALAMEDA DO TABOLADO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ARQ.<sup>a</sup> DORA HELENA PEREIRA PINTO VIDEIRA, DATADA DE 24.05.2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.**A firma requerente acima referida solicita, através de requerimento nº 1291/11, pedido de ocupação da via pública para instalação de uma esplanada com 143,00m<sup>2</sup> e por um período de 7 meses - de Junho a Dezembro - sita na Rua Joaquim José Delgado, em Chaves;

**2.**A esplanada em causa insere-se no café/bar do estabelecimento hoteleiro titulado pelo Alvará de Licença de utilização n.º 4/02 de 12/11/2002; -----

**3.**Considerando que se mantêm todas as características dos anos anteriores, relativas à instalação da referida esplanada, entende-se deferir o pedido formulado; -----

No entanto, e tendo-se verificado que foram levadas a efeito alterações ao projecto inicial do café e que o uso do espaço em questão vai ser alterado de café-bar para estabelecimento de restauração, convida-se o requerente a vir a processo prestar esclarecimentos sobre o assunto; -----

À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 24.05.2011: -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 31.05.2011.-----**

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE COMPETENCIAS DELEGADAS, 2011.06.01 -----**

Autorizo. Emita-se a respectiva licença de uso privativo. Cobrem-se as respectivas taxas. À reunião de câmara para conhecimento. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

## VII

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

##### 1.1. RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROCOS 1 E 2) E RUA FONTE DO LEITE.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº16/UFE/2011 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº16/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Socorpena - Construção e Obras Públicas, Lda, no valor de 140.193,19€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011. -----**

Visto. Concorde. À consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01 -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 140.193,19€ (cento e quarenta mil cento e noventa e três euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.2.REABILITAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE TELECOMUNICAÇÕES (FIBRA ÓPTICA) E COMBATE A INCÊNDIOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. RELATÓRIO FINAL -----**

Foi presente o relatório final identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos 30 dias do mês de Maio de 2011, na Unidade Flexível de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

1.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim apreciar as alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia dos interessados, nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, pelos concorrentes "Omninstal-Electricidade, S.A.", com o registo nr.º 254528 que deu entrada através de plataforma electrónica em 12 de Maio de 2011 e "Telic Telecomunicações e Montagens, S.A" conforme registo 256890 no dia 17 de Maio de 2011.--

Foi ainda registada outra entrada da empresa "Cunha Bastos, Lda", no entanto esta não foi apreciada pelo júri dado essa entrada ter sido efectuada após o termo limite para a audiência prévia. -----

As empresas anteriormente citadas vem, no sentido de contrariar o sentido de adjudicação emitido pelo júri conforme relatório preliminar de análise de propostas de 5 de Maio de 2011 propor o seguinte: -----

**1 - Omninstal-Electricidade, S.A-----**

Exclusão da proposta do consórcio constituído por "Santana, S.A./PC Box, Lda", ao abrigo das alíneas a) e f) do n.º 2 do art.º 70 e das alínea d) e o) do artigo 146.º, ambos do CCP pelo seguinte motivo:--

i) Não apresentação do Anexo I na forma exigida no Caderno de Encargos, isto é, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar; -----

a) - Exclusão do concorrente "Telic, telecomunicações, S.A.", ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 70º e alíneas d) e o) do art.º 146, ambos do CCP pelo seguinte motivo: -----

i) Não apresentação de uma lista completa de preços unitários, de todas as espécies de trabalho, elemento absolutamente essencial, já que tal artigo ao ser valorado irá alterar o preço proposto colidindo assim com o princípio geral de que, uma vez apresentada a proposta, a mesma é absolutamente inalterável e irrevogável. -----

**2 - Telic Telecomunicações e Montagens, S.A-----**

a) - Reanálise das propostas, concretamente da proposta da "Santana, S.A/PCBox, Lda" dado não encontrarem justificação para tão

grande diferença pontual da valia técnica em relação à da reclamante, referindo os seguintes aspectos: -----

i) A proposta "Santana, S.A./PCBox, Lda" apresenta pontos plagiados da Memória Descritiva do projecto de execução; -----

ii) O ponto 6.3.7.5 da proposta "Santana, S.A./PCBox, Lda" é um plágio quase integral da memória descritiva do aditamento ao procedimento: -----

iii) O equipamento proposto pela "Telic, Lda" para segurança periférica cumpre integralmente o CE, ao contrário da "Santana, S.A./PCBox, Lda" -----

iv) A memória apresenta incongruências ao referir que a componente activa faz parte do projecto e depois que já não faz, e apresenta características técnicas inadequadas à execução dos trabalhos nomeadamente tubagens com 4kg/m<sup>2</sup> e 6Kg/m<sup>2</sup>. -----

v) Na avaliação do subfactor Programa de trabalhos, a proposta da "Telic, Lda" obteve pontuação inferior à da "Santana, S.A./PCBox, Lda" quando na proposta da primeira houve um esforço para dar cumprimento ao ponto 9.1 do programa do Procedimento (proposta economicamente mais vantajosa) ao apresentar um cronograma financeiro com valores actuais líquidos (prestações crescentes) ao invés da segunda que apresenta prestações variáveis tipo gaussiana lisa. -----

vi) A proposta da "Santana, S.A./PCBox, Lda" inclui uma proposta de uma empresa de arqueologia para execução dos trabalhos de arqueologia, não se encontrando qualquer relação com o agrupamento contrariamente aos outros concorrentes nos quais existe uma relação de compromisso; -----

Por outro lado, a mesma proposta arqueológica não apresenta preço por m<sup>2</sup> de escavação e ainda as condições de pagamento e os os preços não estão concordantes com os preços indicados na lista de quantidades e preços unitários e com o Caderno de Encargos.-----

E, em consequência, sugerem que o Júri proceda à reapreciação e rectificação do relatório Preliminar. -----

Neste contexto, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP, cumpre ponderar a pertinência das observações e/ou sugestões acima enumeradas, no sentido de apurar se as mesmas são idóneas para alterar o sentido de adjudicação preliminarmente adoptado: -----

1 - Apreciação das alegações do concorrente "Omninstal - Electricidade, S.A." -----

a) Os documentos da proposta do concorrente "Santana, S.A./PCBox, Lda" encontram-se num ficheiro, ficheiro esse devidamente assinado através de um certificado digital emitido por "BT/Digitalsign" entidade devidamente credenciada, válido até 29 de Janeiro de 2013; -----

b) A proposta da "Telic, S.A" não apresenta o preço unitário de um artigo, no entanto o júri entende que a falta de tal artigo não é, por si só, geradora de alteração substancial do valor global da proposta, não constituindo necessariamente a preterição de uma formalidade essencial do procedimento pré-contratual, determinante da exclusão da proposta onde ocorreu tal falta.-----

2 - Apreciação das alegações do concorrente "Telic Telecomunicações e Montagens, S.A"-----

a) Relativamente às alíneas i), ii), iii), iv) e v) referentes à avaliação da memória descritiva e programa de trabalhos, a avaliação desses subfactores que constituem a valia técnica da proposta não pode ser baseada em exemplos particulares, tal como a reclamante

pretende. A pontuação obtida em cada item resulta da ponderação global dos respectivos documentos. A empreitada em concurso não é apenas constituída pelos pontos realçados pela reclamante, tendo uma abrangência mais vasta, sendo o júri da opinião que o concorrente "Santana, S.A/PCBox, Lda." no cômputo geral da sua proposta e no que se refere em concreto aos subfactores "Memória Descritiva" e "Programa de Trabalhos" é merecedora da pontuação exarada no relatório preliminar.-----

b) Relativamente à alínea vi), a relação do dono de obra é apenas com o concorrente, sendo que a declaração de compromisso do concorrente (anexo III) e a declaração de aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I) englobam todos os trabalhos da empreitada, incluindo os trabalhos de arqueologia. Pelo mesmo motivo, as condições de pagamento existentes na proposta arqueológica e que diferem do Caderno de Encargos não condicionam o dono de obra já que estas se referem a um possível contrato de subempreitada, reforçando-se que o contrato do dono de obra é apenas com a empresa que venha a ser adjudicatária da empreitada e que as condições se encontram estabelecidas no Caderno de Encargos. A referida proposta arqueológica inclui um preço unitário para uma possível sondagem extra de 2x2m<sup>2</sup>, indo assim de encontro ao pretendido pelo dono de obra. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas, o Júri delibera por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pelas empresa "Omninstal - Electricidade, S.A." e "Telic - Telecomunicações e Montagens, Lda" em virtude das mesmas não serem susceptíveis de justificar a alteração do sentido de decisão anteriormente expresso no relatório preliminar de 5 de Maio de 2011.-----

b) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada à empresa "Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra Óptica) e de Combate a Incêndios no centro Histórico de Chaves" ao consórcio formado pelas empresas "Santana & C.<sup>a</sup>, S.A./Pc.Box Sistemas Informáticos, Unipessoal, Lda" pelo valor 1.302.843,93€ (Um Milhão, trezentos e dois mil, oitocentos e quarenta e três Euros e noventa e três cêntimos) IVA não incluído, com um prazo de execução de 180 dias.-, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

c) Nos termos do n.º 4 do art.º 126 do citado código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo código.- Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri-----

**O Júri do Procedimento**-----

**O Presidente**-----

**Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues**-----

**Os Vogais**-----

**Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra**-----

**Maria Madalena de Sousa Durão Branco**-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. DR. JOAO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, relatório final supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesmo. Notifique-se. -----

**1.3. RETIFICAÇÕES NO MERCADO DE GADO DE CHAVES. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----**

Foi presente a informação nº/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.- Considerando que por proposta da Unidade Flexível de Empreitadas, presente em Reunião de Câmara dia 04 de Abril de 2011, foram accionadas as garantias bancárias do Mercado de Gado de Chaves, com o intuito de ser o Município de Chaves a efectuar por conta do empreiteiro as reparações necessárias na obra.-----

Com o projecto de execução em referência, pretende-se retificar e concluir os trabalhos do Mercado de Gado no Edifício a nível de revestimentos e pinturas e arranjos exteriores a nível de reparação de pavimentos abatidos e conclusão de infraestruturas de águas pluviais e saneamento, assim para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Retificações no Mercado de Gado de Chaves", elaborado pela Unidade Flexível de Empreitadas, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

**Assim e face ao descrito propõe-se: -----**

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Retificações no Mercado de Gado de Chaves"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **155.980,00 Euros**, (Cento e sessenta e dois mil e quinhentos euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento;-----

c) Caderno de Encargos;-----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 60 dias.-----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Vitor Pereira -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: João Geraldês -----



2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P; -----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria I, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:

- Levantamentos e análise de campo - O projecto da presente empreitada compreende apenas a rectificação e conclusão de alguns trabalhos, não havendo necessidade de efectuar levantamentos de análises de campo; -----
- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração as características da obra, verifica-se que não é necessário estudo geológico-geotécnico, -----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - Verifica-se que a obra do presente projecto não está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----
- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Neste projecto não se verifica a necessidade de realizar estudo de impacte social; -----

10. Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 155.980,00 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 3.4.1-MC/07010303/0201/2004/36.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Unidade Flexível de Empreitadas, 01 de Junho de 2011.-----

A Chefe de Divisão -----

(Engª Amélia C. G. Rodrigues)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011.-----**

Visto. Concorro. Proponho ao Sr.Presidente da Câmara que profira decisão conducente à obtenção de uma deliberação por parte do Órgão Executivo nos termos e para os efeitos enunciados nos nº1 a 8, da presente informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01 -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.4. "NOVO ACESSO VIÁRIO AO ESTACIONAMENTO DA ÁREA TERMAL E ARRANJO URBANÍSTICO DA SUA ENVOLVENTE". PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA -----**

Foi presente a informação nº/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.- Para conhecimento, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Novo Acesso Viário ao Estacionamento da Área Termal e Arranjo Urbanístico da sua Envolvente", projecto este aprovado pelo órgão executivo, em reunião ordinária do dia 14 de Abril de 2011, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.-----

Com o projecto de execução em referência, propõe-se a execução dos arranjos exteriores relativos ao novo acesso viário ao parque de estacionamento da área termal, prevendo-se a demolição e remoção de alguns pavimentos existentes, de modo a permitir a continuidade de percursos pedonais e trânsito automóvel, localizado no Jardim do Tabolado, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves.-----

**Assim e face ao descrito propõe-se: -----**

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Novo Acesso Viário ao Estacionamento da Área Termal e Arranjo Urbanístico da sua Envolvente"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **93.199,41 Euros**, (Noventa e três mil cento e noventa e nove euros e quarenta e um cêntimos), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea a) do artigo 19º do CCP, o procedimento prévio a adoptar à contratação seria o Ajuste Directo. No entanto dado que no nosso mercado as empresas habilitadas, idóneas, com capacidade para execução da obra, estão condicionadas pelo artigo 113º do CCP, dado que não podem ser convidadas a apresentar proposta, entidades às quais a entidade adjudicante, já tenha adjudicado no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores na sequência de ajuste directo, obras cujo preço contratual acumulado perfaça os 150.000,00 euros. Assim propõe-se que seja adoptado como procedimento prévio o Concurso Público. -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento;-----

c) Caderno de Encargos;-----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 90 dias.-----

7. Que de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos

procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Vitor Pereira-----

2º Vogal suplente: João Geraldese-----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. Encontrando-se em vigor a Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tido em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria II é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº 2 do artigo 43º do C.C.P. entende-se também que determinados elementos de solução de obra a realizar exarados no nº 5 do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos e análises de campo - O projecto da presente empreitada compreende a execução de um acesso ao estacionamento da área termal, contemplando o levantamento de alguns pavimentos existentes e ligeira remodelação do terreno da área verde, pelo que não existe necessidade de efectuar análises de campo; -----

- Estudo geológico-geotécnico - Tendo em consideração o tipo de intervenção a realizar, ou seja, prevê-se uma intervenção superficial com abertura de valas pouco profundas, não se torna necessário realizar um estudo geológico - geotécnico. A zona já foi objecto de várias intervenções conhecendo-se a natureza do solo onde é necessário intervir. -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - Verifica-se que a obra do presente projecto não está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural, incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projecto insere-se numa área urbana, com todas as infra-estruturas executadas, não se verificando a necessidade de realizar estudo de impacte social; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----

10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 93.199,41€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.4.2 - MC/07030301/0301/2009/13.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 01 de Junho de 2011. -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng<sup>a</sup> Amélia C. G. Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011.** -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Batista, que profira decisão conducente à obtenção de uma deliberação do Órgão Executivo do Município, nos termos e para os efeitos preconizados nos nº 1 a 8, da presente informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE TRESMUNDES.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº14/UFE/2011** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº14/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind. de Const. Flaviense, Lda, no valor de 4.094,31€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011.** -----

Visto. Concordo. À consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.094,31€ (quatro mil e noventa e quatro euros e trinta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **2.2. SANEAMENTO BÁSICO DA GRANJINHA.- REVISÃO DE PREÇOS** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº1/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Dacop, Construções e Obras Públicas, S.A, no valor de 4.916,26€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011.** -----

Visto. Concordo. À consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de

4.916,26€ (quatro mil novecentos e dezasseis euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **2.3. SANEAMENTO BÁSICO DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS E EXTINÇÃO DE CAUÇÃO -----**

Foi presente a informação nº156/UFE/2011, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

#### **A - Antecedentes-----**

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 3ª Série, nº 165 de 19 de Julho de 2002, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 04 de Novembro de 2002, o Município de Chaves adjudicou à firma "Escavações e Terraplanagem do Barroso, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas em 25 de Novembro de 2002.-----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 139.623,08 € (Cento e trinta e nove mil seiscentos e vinte e três euros e oito cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

1. Prazo de execução da obra: 240 dias, a contar da consignação dos trabalhos.-----

#### **B - Da execução do contrato da empreitada-----**

O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 02 de Dezembro de 2002.-----

1. Tendo esta Divisão elaborado o Auto de Recepção Definitiva da empreitada no dia 08 de Abril de 2011, por esta se encontrar em condições de ser recebida definitivamente, não se vê qualquer inconveniente na restituição dos depósitos e extinção da caução à firma, Escavações e Terraplanagens do Barroso, Lda. -----

#### **C - Da proposta -----**

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº1, artigo 229º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, feita a Recepção Definitiva serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia e a extinção da caução prestada, assim tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação.-

2. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 151,25 Euros (Cento e cinquenta e um euros e vinte e

Auto de Medição N°	Valor retido em euros
Auto nº11	151,25
<b>TOTAL</b>	<b>151,25</b>

cinco cêntimos), respeitante ao valor retido no seguinte auto:-----

2.2) Oficiar a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A, no sentido de libertar a garantia bancária nº07-80-304394 no valor de 6.918,15 Euros.-----

2.3) Oficiar o Banif, Banco Internacional do Funchal, no sentido de libertar a garantia bancária nº67/04/00011 no valor de 6.091,82 euros. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com estipulado no nº 1 do artigo 71º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro-----  
Divisão de Empreitadas, 16 de Maio de 2011. -----

A Chefe de Divisão -----  
(Engª Amélia Rodrigues)-.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/06/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr.Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção de uma deliberação do Órgão Executivo do Município nos termos e para os efeitos preconizados nas alíneas 2.1, 2.2 e 2.3, do ponto 2, do "Item C - Da proposta" deste documento. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 31.01.2011** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3- HIGIENE PÚBLICA**

### **4- CEMITÉRIOS**

### **5- PROTECÇÃO CIVIL**

### **6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO**

### **7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

### **8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

### **9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

### **10- SEGURANÇA PÚBLICA**

### **11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

### **12- TERMAS**

### **13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

## **VIII EXPROPRIAÇÕES**

1. 3º ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A COOPERATIVA AGRÍCOLA NORTE TRANSMONTANO, C.R.L., EM 25 DE MAIO DE 2007 E CORRESPONDENTE CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA. PROPOSTA Nº. 23/GAPV/21011 ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Antecedentes e Justificação** -----

1. Em reunião do executivo municipal, realizada no passado dia 24 de Maio de 2007, foi aprovada a proposta n.º 48/GAPV/07, consubstanciada na aprovação da matriz de um Protocolo a celebrar com a Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L., tendo por objecto, na sua essência, a construção, gestão e exploração do Mercado de Gado de Chaves; -----

2. Posteriormente, no dia 4 de Outubro de 2007, o executivo municipal, em sua reunião ordinária, aprovou a proposta n.º 10/GAPV/07, que propunha uma alteração à matriz do supra citado Protocolo, muito concretamente a alteração da alínea f), do n.º 1, da Cláusula 2.ª, do citado Protocolo, no concernente às "obrigações das partes signatárias"; -----

3. No decurso da execução da operação urbanística objecto do mencionado protocolo, constatou-se que a área que viria a ser objecto de contrato promessa de compra e venda, a desanexar do prédio rústico registado a favor da Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L., descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 02789/080802 e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2796, seria insuficiente para os aludidos fins; -----

4. Na sequência da alteração mencionada no ponto anterior, a área a destacar para construção do Mercado de Gado, passou de 16 379,00 m<sup>2</sup> para 29 207,00 m<sup>2</sup> e, a área a ceder gratuitamente pela Cooperativa ao domínio municipal para a construção de um arruamento público, passou de 2 167,00 m<sup>2</sup> para 6 264 m<sup>2</sup>; -----

5. A formalização do contrato de compra e venda encontra-se dependente da concretização da revisão do Plano Director Municipal de Chaves, requisito imprescindível à aprovação administrativa da operação urbanística objecto do mencionado protocolo - destaque da parcela de terreno objecto do contrato promessa de compra e venda -, essencial para a outorga da escritura de compra e venda, desiderato que não se encontra conquistado. -----

6. A revisão de tal instrumento de gestão urbanística - PDM - está em curso, no entanto trata-se de um procedimento moroso e complexo, do ponto de vista administrativo, situação que aliada ao facto do Município se encontrar na posse da parcela em causa, deu, já, origem a reforços do sinal dado, para pagamento do valor acordado, com as necessárias alterações ao Protocolo e Contrato Promessa iniciais. --

7. Foi neste contexto que a Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L., veio, verbalmente, solicitar a realização de nova adenda aos contratos entretanto celebrados entre as partes, no sentido de o Município reforçar o pagamento do sinal, dado as dificuldades de tesouraria por que passa a aludida Cooperativa, à semelhança da generalidade dos agentes económicos nacionais. -----

8. Considerando os factos supra invocados, foram encetadas diligências contratuais para que, numa justa composição do interesse de ambas as partes contratantes, se proceda a um reforço do sinal e antecipação do pagamento em mais €18.150,00 (dezoito mil cento e cinquenta euros) ficando o valor remanescente para a outorga da escritura no montante de €29.207,00 (vinte e nove mil, duzentos e sete mil euros) correspondente a 10% do valor acordado pelas partes.-----

**II - Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, de acordo com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal, em conformidade com o disposto

sobre a matéria no Artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, a aprovação da seguinte proposta: -----

**a)** Que, seja aprovada uma alteração ao Protocolo celebrado entre o Município e a Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L., em 25 de Maio de 2007, reformulado em 28 de Abril de 2009, e consubstanciada na alteração das alíneas f) e g), do n.º 1 da Cláusula 2.ª, do aludido Protocolo, que deverão passar a ter a seguinte nova redacção: -----

"Proceder ao pagamento, no âmbito do contrato promessa de compra e venda, do preço de aquisição de uma parcela de terreno destinada à construção do Mercado do Gado de Chaves e prevista na alínea a) do nº2, da presente cláusula, pelos valores abaixo discriminados: -----

A título de sinal e antecipação de pagamento, a quantia de €244 713,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e treze euros); No dia da assinatura da Adenda ao presente Protocolo e da Adenda ao correspondente contrato promessa de compra e venda, a quantia de €18 150,00 (dezoito mil cento e cinquenta euros); -----

**a)** O restante do preço, no valor de €29 207,00 (vinte e nove mil, duzentos e sete euros), na data da celebração da escritura pública".

**b)** Que, em tudo o mais, se mantenha o Clausulado do referido Protocolo e que tal alteração seja aditada ao respectivo contrato promessa de compra e venda, mediante alteração da redacção das Cláusulas 3ª - Entrada Inicial - e 4ª - Preço em Dívida -, mantendo-se, também, em tudo o mais o seu teor; -----

**c)** Para o efeito, deverá ficar, desde já, legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a proceder à outorga da adenda ao aludido Protocolo, bem como da adenda ao citado contrato promessa de compra e venda; -----

**d)** A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica/acção do PPI: 0201 36 2004 - 07010303. -----

**e)** Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo municipal, deverá tal decisão ser notificada à Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L a fim de, os seus representantes legais procederem à assinatura das citadas Adendas, devendo o presente processo ser reencaminhado para a Divisão de Contratação e Apoio aos Procedimentos Expropriativos, tendo em vista a sua ulterior operacionalização. -----

Chaves, 20 de Maio de 2011. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
Dr. João Batista) -----

**Em anexo:** O respectivo processo administrativo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## IX

### DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

#### 1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, PRESTADOS A UTILIZADORES FINAIS -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Director do Departamento de Serviços Urbanos, Engº. José António



Carneiro, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

# 1 - INTRODUÇÃO-----

O actual tarifário do serviço de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, prestados a utilizadores finais, foi aprovado em reunião de Câmara de 20 de Dezembro de 2010 e está a ser aplicado desde o início de 2011; -----

Da experiência que se vai adquirindo na aplicação da estrutura tarifária aprovada, constata-se a necessidade de efectuar correcções e ajustamentos ao tarifário, de forma a melhorá-lo o adapta-lo à realidade concelhia. -----

# 2 - JUSTIFICAÇÃO -----

O caso que agora se apresenta é o das tarifas especiais para o serviço de saneamento e de gestão de resíduos urbanos para utilizadores sem consumo de água dos sistemas municipais; -----

2. O cálculo destas tarifas especiais, baseou-se no pressuposto de que o utilizador destes serviços, apesar de não consumir água dos sistemas municipais, teria um consumo médio mensal de água igual ao consumo médio mensal de um utilizador doméstico dos sistemas municipais; -----

Desta forma e dado que o consumo médio mensal de água de um utilizador doméstico é de 6m<sup>3</sup>, o tarifário especial para o serviço de saneamento e de gestão de resíduos urbanos para utilizadores sem consumo de água dos sistemas municipais foi fixado em €4,1580 para o saneamento e em €3,0820 para a gestão de resíduos; -----

O pressuposto que esteve na base deste cálculo de então, embora correcto, não fez qualquer distinção entre consumo doméstico urbano e doméstico rural; -----

Últimamente o município tem vindo a assumir a exploração de pequenos sistemas de abastecimento de água, que outrora eram explorados pelas juntas freguesia, casos das freguesias de Moreiras, Nogueira da Montanha, Oucidres, Póvoa de Agrações, Sanfins de Castanheira, São Pedro de Agostém, Selhariz e Soutelo; -----

Tal facto permite-nos agora uma melhor tipificação dos consumos e que nos permite concluir que o valor de 6m<sup>3</sup>, utilizado na determinação do tarifário especial para utilizadores sem consumo de água dos sistemas municipais é excessivo; -----

Se considerarmos os novos sistemas de abastecimento de água explorados pelo município, que são bem representativos do consumo doméstico em aglomerados rurais, verifica-se que o consumo médio mensal de água nestes aglomerados é de 3m<sup>3</sup> e não de 6m<sup>3</sup>. -----

# 3 - PROPOSTA -----

Assim e face à grande diferença entre o consumo médio mensal de água urbano e rural, proponho que o tarifário do serviço público de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, prestados a utilizadores finais, seja alterado no referente aos utilizadores sem consumo de água dos sistemas municipais, pelos motivos descritos, propondo-se a seguinte alteração às tarifas em vigor: -----

## SERVIÇO DE SANEAMENTO -----

### **Tarifário especial-----**

#### *Utilizador sem consumo de água dos sistemas municipais-----*

Para estes casos admite-se que o utilizador do sistema consome uma média mensal de água igual ao consumo médio mensal de um utilizador doméstico sediado em aglomerado rural, servido pelas rede municipais, ou seja 3m<sup>3</sup>. Desta forma a tarifa mensal proposta é de

€2,9450, correspondendo €2,0000 à tarifa de valor fixo e €0,9450 à de valor variável.-----

SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS-----

**Tarifário especial**-----

Utilizador sem consumo de água dos sistemas municipais-----

Para estes casos admite-se que o utilizador do sistema consome uma média mensal de água igual ao consumo médio mensal de um utilizador doméstico sediado em aglomerado rural, servido pelas rede municipais, ou seja 3m<sup>3</sup>. Desta forma a tarifa mensal proposta é de €2,4740, correspondendo €2,0000 à tarifa de valor fixo e €0,4740 à de valor variável.-----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. PAULO ALVES, DE 20/05/2011: --**  
Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. --

## X

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## XI

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

## XII

### EMPRESAS MUNICIPAIS

## XIII

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

##### 2.1. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE CONTADORES DE ÁGUA -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da D.A.P., Engº. Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio**-----

1- De acordo com o disposto no nº2 do artigo 22º da Lei nº55-A/2010 de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº12-A/2008. De 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.-----

2- Por sua vez, o nº4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo

municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no nº3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações.-----

3- De acordo com o disposto no nº3, do artigo 22º, da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro de 201, o parecer previsto no numero anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no nº1, do artigo 19º, da Lei nº55-A/2010 de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para a reparação de contadores de água. -----

2. Sendo certo que os valores estimados dos contratos em causa são de 2000€. -----

3. Com vista à adjudicação dos contratos de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza dos próprios contratos.-----

5. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, no PPI, muito concretamente na rubrica 2.4.4.02/07011002/0108/2004/23. -----

## **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no nº2 e no nº4, do artigo 22º, da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços, para vigorar durante o ano de 2011, para a reparação de contadores de águas. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 10/05/2011: -----**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador responsável.

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. PAULO ALVES, DE 20/05/2011: --**

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.2. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA DE PARCELAS NECESSÁRIAS AO LOTEAMENTO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES - CONTRATAÇÃO DE PERITO DA LISTA OFICIAL -, NOS TERMOS DO Nº4 DO ARTIGO 10º DO C.E. . -----**

**- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº. 25/DCAPE/2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

## **I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de

Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.-----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; ----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para a avaliação prévia de parcelas necessárias à ampliação do Loteamento do Parque de Actividades de Chaves - Contratação de Perito da Lista Oficial -, em cumprimento da obrigação legal decorrente do nº4 do Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, altero e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de Setembro. -----

2. Sendo certo que o valor do contrato em causa é de aproximadamente 19 000,00 (dezanove mil euros). -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste directo, em regime normal, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 07010401. -----

6. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no nº1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

## **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração de contrato de prestação de serviços, com perito da lista oficial, para a avaliação prévia de parcelas necessárias ao Loteamento de

Ampliação do Parque de Actividades de Chaves, para efeitos do disposto no n.º 4, do Artigo 10º do C.E., encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----  
 À consideração do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----  
 Chaves, 23 de Maio de 2011. -----  
 A Chefe de Divisão. -----  
 em regime de substituição -----  
 Cristina Rodrigues -----  
**Em anexo:** Informação de cabimento orçamental. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.05.24.** -----  
 Visto. Concorde com o teor da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja devidamente sancionada pelo órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária do referido órgão. À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.05.24.** -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----  
 À reunião de câmara. -----

**2.3 PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - ANÁLISE CLÍNICAS.** -----  
**- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO Nº 4/DRH/SHST/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

**1.** De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

**2.** Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

**3.** De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar** -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para a realização de análises clínicas, para vigorar durante o período de 3 anos. -----
2. O contrato de aquisição de serviços reveste a natureza de contrato de prestação de serviços e tem como objecto a realização de análises clínicas, conforme o preceituado no artigo 162.º, da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, que aprova o Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas. -----
3. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa totaliza 3000.00 €/ Ano. -----
4. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo, com base no disposto na alínea a), do nº1, do artº 20º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 20 de Janeiro. -----
5. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
6. O contrato de aquisição de serviços em causa tem enquadramento orçamental, na rubrica da despesa corrente 02022599. -----

### **III - Da escolha do procedimento** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração/renovação do contrato de aquisição de serviços para a realização de análises clínicas, para vigorar durante o período de 3 anos, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Solicita-se ainda, no caso de vir a ser superiormente reconhecida a necessidade de aquisição dos serviços supra mencionados, o envio da presente informação à secção de aprovisionamento, para que a mesma possa iniciar os processos competentes à disponibilização dos mesmos. -----

À consideração superior -----

Chaves, 11 de Maio de 2011 -----

A Técnica Superior -----

(Natália Cruz) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2011.05.16** -----

A presente informação a qual dá inteiro cumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.05.16.** -----

Visto. Concorro com o teor da presente informação a qual merece o meu acolhimento. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.05.16.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.4. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ELECTROCARDIOGRAMAS. -----  
- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO Nº 5/DRH/SHST/2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

**1.** De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

**2.** Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

**3.** De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----**

**1.** É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para a realização de electrocardiogramas, para vigorar durante o período de 3 anos. -----

**2.** O contrato de aquisição de serviços reveste a natureza de contrato de prestação de serviços e tem como objecto a realização de electrocardiogramas, conforme o preceituado no artigo 162.º, da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, que aprova o Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas. -----

**3.** Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa totaliza 1600.00 €/ Ano. -----

**4.** Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo, com base no disposto na alínea a), do nº1, do artº 20º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 20 de Janeiro. -----

**5.** Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

**6.** O contrato de aquisição de serviços em causa tem enquadramento orçamental, na rubrica da despesa corrente 02022599. -----

**III - Da Escolha do Procedimento -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º

2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração/renovação do contrato de aquisição de serviços para a realização de electrocardiogramas, para vigorar durante o período de 3 anos, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Solicita-se ainda, no caso de vir a ser superiormente reconhecida a necessidade de aquisição dos serviços supra mencionados, o envio da presente informação à secção de aprovisionamento, para que a mesma possa iniciar os processos competentes à disponibilização dos mesmos. -----

À consideração superior -----

Chaves, 11 de Maio de 2011 -----

A Técnica Superior -----

(Natália Cruz) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2011.05.16** -----

A presente informação a qual dá inteiro cumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.05.16.** -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação a qual merece o meu acolhimento. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.05.16.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.5. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE UM DESFILE DE MODA - "CHAVES NA MODA'2011" (ACÇÃO 18 DO "PROJECTO DE DINAMIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE ANIMAÇÃO DE RUA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES - MAIS CHAVES");** -----  
**- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º. 22/SAP/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O Município de Chaves, em parceria com a ProCentro - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves e a Associação Chaves Viva, apresentou uma candidatura ao "Programa de Acção Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana", enquadrado no Programa Operacional da Região Norte 2007-2013, Eixo Prioritário IV - "Qualificação do Sistema Urbano" e aprovado no âmbito do referido Eixo Prioritário pela Comissão Directiva em 29 de Julho de 2008. ---

A candidatura foi seleccionada como elegível no âmbito do programa referido, e portanto financiada a 80% pelo FEDER. -----

O Projecto em causa tem como objectivo, a implementação de um conjunto de acções promocionais e de animação com vista à dinamização comercial do Centro Histórico de Chaves. -----

A organização e acompanhamento do projecto estarão a cargo do Município, que pretende contratar uma entidade externa, com



experiência na área da promoção e organização de desfiles de moda. -

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

4. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

5. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

6. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de prestação de serviços para produção de um desfile de moda - "Chaves na Moda'2011" (Acção 18 do "Projecto de Dinamização das Acções de Animação de Rua do Centro Histórico de Chaves - Mais Chaves"), para vigorar durante o ano de 2011. -----

2. Sendo certo que o valor do contrato em causa é de aproximadamente 20.454,55 (vinte mil e quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste directo com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02022002. -----

6. Por último, atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se, que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal. -----

**III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do

contrato de prestação de serviços para produção de um desfile de moda - "Chaves na Moda'2011" (Acção 18 do "Projecto de Dinamização das Acções de Animação de Rua do Centro Histórico de Chaves - Mais Chaves"), para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. --

À consideração Superior. -----

Chaves, 25 de Maio de 2011 -----

A Assistente Técnica -----

(Anabela Ferreira) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA ECONOMICA E PATRIMONIAL, DRA. MARCIA SANTOS DE 2011.05.27 -----**

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. AMRCELO DELGADO DE 2011.05.27 -----**

Visto. Concordo com o teor da presente informação. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.05.30 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.6. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; - ARTIGO 22º, DA LEI Nº 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INSCRIÇÃO DOS ATLETAS PARTICIPANTES NOS IX JOGOS DO EIXO ATLÂNTICO - MATOSINHOS 2011 - INFORMAÇÃO N.º154/DED 2011-05-24. ----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----  
 1.É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços para a inscrição dos atletas participantes nos IX Jogos do Eixo Atlântico - Matosinhos 2011 para vigorar de 3 a 8 de Julho de 2011. -----  
 2.Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 400€.  
 3.Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste directo regime simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----  
 4.Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----  
 5.Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----  
 6.De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.25.99. -----

**III - Da proposta em sentido estrito -----**  
 Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços para a inscrição dos participantes nos IX Jogos do Eixo Atlântico - Matosinhos 2011, para vigorar de 3 a 8 de Julho de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----  
 Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade sugerir a seguinte metodologia: -----  
 a)O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação;  
 b)Posteriormente dar-se o devido conhecimento à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial. -----  
 À consideração superior. -----  
 O Técnico Superior, -----  
 (Maciel Duque) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA.LÍDIA PINTO DE 2011.05.24. -----**

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.05.24**  
 Visto. A presente informação está de acordo com as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.05.24 -----**

À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.7. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRANSPORTE E MONTAGEM DE ESCULTURA OFERECIDA POR CHARTERS DE ALMEIDA (ESCUPTOR) - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 01.06.2011 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - JUSTIFICAÇÃO DO PEDIDO -----**

1. Através de contacto estabelecido pelo Senhor Arquitecto Mário Chaves junto do Senhor Presidente da Câmara, foi tomado conhecimento que o Senhor Professor Charters de Almeida teria intenção de oferecer ao Município de Chaves uma escultura da sua autoria.-----

2. Visando a operacionalização dos procedimentos e da logística tendentes à concretização de tal intenção, o Senhor Arquitecto Mário Chaves enviou um e-mail, em 18-01-2011, com imagens da escultura em causa (ver em anexo), tendo posteriormente, também via e-mail, enviado um orçamento de uma empresa (ver em anexo) com as condições para a realização dos seguintes trabalhos: -----

- Levantamento da escultura do local onde encontra; -----
- Limpeza do mármore e decapagem e pintura das partes metálicas; ----
- Transporte e montagem da escultura em Chaves. -----

3. Posteriormente, estes serviços estabeleceram contacto telefónico com o Senhor Professor Charters de Almeida no sentido de se encontrar o local e o enquadramento adequados para a escultura dentro da área que foi objecto de arranjo paisagístico no âmbito do Programa Polis, na margem esquerda do rio Tâmega, do lado da freguesia da Madalena, entre o Jardim Público e a ponte Engº Barbosa Carmona. -----

4. Face ao exposto, tendo em vista a contratualização da transladação da escultura desde Alcaíça, concelho de Mafra, para Chaves, incluindo o respectivo restauro e assentamento, à empresa indicada pelo escultor, Carpintauto - Cenários e Exposições, no valor de 1.950,00€, mais IVA, torna-se necessário obter, por parte do Executivo Camarário, o respectivo parecer prévio favorável relativamente ao procedimento de formação do contrato, na modalidade de ajuste directo em regime simplificado previsto na Secção III, do capítulo I, do Título III, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, em observância pelo enquadramento jurídico que tem orientado os procedimentos, consubstanciado na minuta constante da informação n.º 13/DAG/2011, de 2011-02-02, aprovada por despacho do Senhor Presidente, na mesma data, nos termos dos capítulos seguintes. -----

**II - ENQUADRAMENTO LEGAL DO PEDIDO DE PARECER PRÉVIO -----**

1 - De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgão e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2 - Por sua vez, o n.º 4 da citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal

e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3- De acordo com o previsto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Da demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Da confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

III - DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A CELEBRAR -----

1.1- Sendo intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de prestação de serviços de transladação da escultura oferecida ao Município de Chaves pelo Exmo. Senhor Professor Charters de Almeida, desde Alcaínça, do concelho de Mafra, para Chaves, incluindo o respectivo restauro e assentamento, para realizar no presente mês de Junho. -----

1.2- Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 1.950,00€ (Mil novecentos e cinquenta euros), acrescidos do valor do IVA em vigor; -----

1.3- Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, preconiza-se a adopção de um procedimento de ajuste directo em regime simplificado, previsto na Secção III, do capítulo I, do Título III, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (diploma que aprova o Código dos Contratos Públicos - CCP) e ulteriores alterações. -----

1.4- Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

1.5- Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

1.6- De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica orçamental económica n.º 02022599. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, sugere-se que seja superiormente proposto ao Executivo Municipal, que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto nos números 2 e 4, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente ao procedimento de formação do contrato, na modalidade de ajuste directo em regime simplificado, previsto na Secção III, do capítulo I, do Título III, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro directo, para a prestação de serviços de "transladação da escultura oferecida ao Município de Chaves pelo Exmo. Senhor Professor Charters de Almeida, desde Alcaínça, do concelho de Mafra, para Chaves, incluindo o respectivo restauro e assentamento", encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração do Senhor Presidente -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.06.01** -----

À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.8. EMPRÉSTIMO-QUADRO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI) INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 8 / DGFEP-STAD/11** -----

**Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.** -----

**1. Enquadramento legal:** -----

1) Considerando que, no âmbito do disposto no art.º 38, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, os municípios podem contrair empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder créditos, podendo revestir a natureza de curto prazo (maturidade até 1 ano), de médio prazo (maturidade entre 1 a 10 anos) e de longo prazo (maturidade superior a 10 anos);

2) Considerando que, os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem ser estar devidamente identificados no respectivo contrato, e devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do investimento respectivo; -----

3) Considerando que, de acordo com o disposto no art.º 39, referida lei, o stock da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder em 31 de Dezembro de cada ano, a soma das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama; -----

4) Considerando que, entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) foi acordado um empréstimo de 1.500 milhões de euros para incentivar a execução do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, do qual a primeira tranche de 450 milhões de euros foi já objecto de contrato de financiamento. -----

5) Considerando que, o Empréstimo-Quadro visa assegurar, em condições favoráveis, uma via de financiamento de numerosos projectos, conferindo um ímpeto renovado à execução do QREN e contribuindo, desse modo, para o crescimento e competitividade da economia portuguesa. -----

**2. Fundamentação:** -----

1) Considerando que para o Empréstimo-Quadro são elegíveis os projectos de investimento nos sectores da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), Transportes, Água, Resíduos Sólidos, Cultura, Eficiência Energética e Fontes de Energia Renováveis, Regeneração Urbana, Saúde e Educação, aprovados no âmbito do PO Valorização do Território e PO Regional do Norte (entre outros) e que o Município de Chaves tem, actualmente, aprovadas Operações nestes Programas Operacionais, respondendo às cinco Prioridades Estratégicas do QREN para apoio comunitário: -----

- Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas; ----
- Promover o crescimento sustentado; -----

- Garantir a coesão social; -----
  - Assegurar a qualificação do território e das cidades; -----
  - Aumentar a eficácia da governação. -----
- 2) Considerando que, no âmbito da prossecução das suas atribuições, o Município de Chaves veio a contemplar, nos instrumentos de gestão financeira, designadamente, no Plano Plurianual de Investimentos em vigor no corrente ano, vários projectos de investimento em curso, os quais envolvem a materialização em investimentos financeiros significativos; -----
- 3) Considerando que, as operações passíveis de ser candidatas ao referido Empréstimo-Quadro são: -----

#### PO Regional do Norte

		Montante Executado a 19-11-2010		INVESTIMENTO ELEGÍVEL - BEI			
Código da Operação	Denominação da Operação	Valor	%	Empréstimo BEI	FEDER	CMC	PRIVADOS
NORTE-04-0241-FEDER-000443	Reabilitação/remodelação da rede de iluminação pública, incluindo o desmantelamento de redes aéreas	0,00	0,00%	80.000,00	694.808,92	93.702,23	0,00
NORTE-04-0241-FEDER-000423	Reabilitação do edifício do Cine-Teatro para criação de um Centro Multiusos	0,00	0,00%	160.000,00	1.497.256,00	214.314,00	0,00
NORTE-04-0241-FEDER-000424	Reabilitação/remodelação do edifício do Magistério para criação de um Centro de Incubação de Indústrias Criativas	0,00	0,00%	80.000,00	749.561,87	126.750,47	0,00
NORTE-04-0241-FEDER-000444	Reabilitação do pavilhão da ACISAT, para criação do Centro de Exposições - "Expofávia"	0,00	0,00%	80.000,00	864.981,28	111.445,32	24.800,00
NORTE-04-0241-FEDER-000425	Reabilitação do edifício adjacente à Igreja da Madalena, para instalação da Pousada da Juventude	0,00	0,00%	120.000,00	1.206.844,29	181.711,08	0,00
NORTE-04-0241-FEDER-000426	Construção de estacionamento no quarteirão da "Adega do Faustino"	0,00	0,00%	120.000,00	1.067.594,49	351.833,24	0,00

#### PO Valorização do Território

		Montante Executado a 19-11-2010		INVESTIMENTO ELEGÍVEL - BEI			
Código da Operação	Denominação da Operação	Valor	%	Empréstimo BEI	FEDER	CMC	PRIVADOS
POVT-09-0439-FEDER-000086	Fundação Nadir Afonso	105.431,00	1,27%	1.000.000,00	5.817.043,96	1.493.018,84	0,00

- 4) Cada candidatura é apresentada autonomamente e o total ascende a 1.640.000,00€. -----
- 4.1) As condições contratuais que deverão estar subjacentes à celebração dos aludidos contratos são as seguintes: -----
- 4.1.1. O financiamento é concedido pelo prazo que seja fixado no contrato, a celebrar entre o IFDR e o beneficiário, em função da tipologia da operação, com um limite máximo de 15 anos. -----
- 4.1.2. Pode ser contratado um período de carência de até 3 anos para o início de amortização do capital. -----
- 4.1.3. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, isto é, o pagamento de juros ocorre no final do período de contagem dos mesmos, sem período de carência. -----
- 4.1.4. A taxa de juro aplicável em cada semestre é igual à suportada por Portugal, no âmbito do Empréstimo-Quadro, acrescida de 20 pontos base. -----
- 4.1.5. No âmbito da primeira tranche a taxa de juro em vigor é de 3,901%. -----
- 4.1.6. As amortizações do capital são efectuadas semestralmente, podendo ter um período de carência de até 3 anos. -----
- 4.1.7. As amortizações de capital e o pagamento de juros são efectuados no primeiro dia útil após o final do semestre. -----
- 5) Considerando que, o Município apresenta, à data actual e de acordo com os limites definidos na Lei das Finanças Locais para

contracção de EMLP e de endividamento líquido, margens confortáveis que viabilizam a contracção de um novo empréstimo de médio e longo prazo, de acordo com mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal em anexo. -----

6) Considerando que, com a contracção dos aludidos empréstimos, o Município viabiliza o pagamento atempado aos adjudicatários das empreitadas objecto de financiamento. -----

### **3. Proposta** -----

Face às razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara a seguinte estratégia procedimental: -----

- Que seja agendada para uma próxima reunião do órgão executivo a autorização e em simultâneo, a aprovação da contratação do referido empréstimo, face à proximidade da realização da sessão da Assembleia Municipal; -----

- Que seja autorizada a prática do acto propulsor tendente ao início do procedimento administrativo tendo como objecto a contracção dos empréstimos de médio e longo prazo com vista ao financiamento de diversos projectos de investimento, designadamente, a formalização das referidas candidaturas em anexo. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 30 de Maio de 2011 -----

O Técnico Superior, -----

(Dr. Pedro Silva) -----

**Anexos:** Mapa demonstrativo dos limites de endividamento municipal. Quadro discriminativo dos projectos a financiar/candidaturas autónomas. -----

Despacho n.º 6572/2011 de 26 de Abril de 2011. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO ECONOMICA FINANCEIRA E PATRIMONIAL, DRA. MARCIA SANTOS DE 2011.05.30** -----

Visto. Concordo com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.06.01.** -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação a qual merece o meu acolhimento. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.06.01.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Dr. José Fernando Carvalho Montanha, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. --

## **XIV DIVERSOS**

**1. PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE ROULOTTE - ADRIANO ANJOS PINTO SANTOS - JARDIM DO TABULADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA SRA. ENG.ª MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 29.05.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----



**Análise Técnica**

O requerente solicita autorização para colocação de uma "Roulotte", com área de 2,00m<sup>2</sup>, destinada a venda ambulante de "pipocas, algodão doce" para colocação no "Jardim do Tabulado" a partir de Maio até Setembro do corrente ano, todos os dias (incluindo Sábados, Domingos e Feriados).

Tal pretensão enquadra-se no disposto no n.º1 do art.º3, bem como no disposto no n.º1 do art.º 12 e art.º 15 do Regulamento Municipal do Exercício da Actividade da Venda Ambulante (RVAMC) de 17 de Maio de 2004.

Assim, Considerando que, a pretensão enquadra-se no disposto no n.º1 do art.º22 do Regulamento Municipal do Exercício da Actividade da Venda Ambulante (RVAMC) de 17 de Maio de 2004.

Considera-se no entanto, que terá de cumprir as disposições constantes do n.º2, 3 e 4 do art.º 12 do RVAMC;

Considerando que, a pretensão não colide com as disposições constantes no art.º16 do RVAMC;

Considerando que, a pretensão se enquadra no disposto no n.º 3 do art.º 22 do RVAMC;

Considerando que, a actividade do feirante em causa, Venda de Produtos Alimentares - pipocas, algodão doce - só é permitida desde que cumpra os requisitos de higiene e salubridade, face à actividade desenvolvida, de acordo com o disposto no n.º8 do art.º 22 do RVAMC; Considerando que, de acordo com a actividade desenvolvida pelo vendedor ambulante, e desde que seja Venda de Produtos Alimentares é de carácter obrigatória a realização de uma inspecção sanitária, em conformidade com o preceituado no n.º 3 do art.º 22 do RVAMC;

Considerando que, o horário pretendido, entre as 14h00 e as 0h00, todos os dias da semana (incluindo Sábados, Domingos e feriados), com a colocação a partir do mês de Maio, se rege pelo disposto no n.º1 do art.11 do RVAMC, o qual reporta para a alínea c) do n.º3 do art.º 2 do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves (HFECMC); Considerando que, o enquadramento legal relativo ao Horário de Funcionamento, pertencente ao grupo 3, pode funcionar entre as 6,00 h e as 02,00 h, do dia imediato, todos os dias da semana, excepto aos sábados e vésperas de feriado, que podem funcionar até às 04,00 h, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º1 do art.º 3 (HFECMC);

**Proposta de Decisão**

Pelo exposto, julga-se salvo melhor opinião, que:

1- A Venda Ambulante - Roulotte de venda ambulante de pipocas, algodão doce - é passível de deferimento, visto o mesmo reunir condições para o efeito;

2- No estrito cumprimento da legislação em vigor, sugere-se que o processo seja remetido à autoridade sanitária veterinária municipal, para a realização da competente vistoria.

3-Que, o horário estabelecido para o funcionamento é todos os dias da semana (incluindo Sábados, Domingos e Feriados) das 14h00 e as 0h00 , durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, conforme o requerido.

**Nota:** A presente informação, satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do art.º 71 do Dec-Lei 169/99, de 19 de Setembro.

**Notas de rodapé:**

Artigo 3.º Exercício de venda ambulante

1 - A venda ambulante pode ser efectuada com carácter de permanência em locais fixos destinados para o efeito pela Câmara Municipal ou com carácter essencialmente ambulatório. -----

Artigo 12.º Locais de venda -----

1 - A actividade de venda ambulante efectua-se em toda a área do município de Chaves, com excepção dos locais proibidos previstos no artigo 18.º e nas zonas de protecção, estipuladas no artigo 19.º ---

Artigo 15.º Locais proibidos -----

1 - É proibida a venda ambulante nas seguintes artérias de Chaves e suas confinantes: -----

a) Rua de Cândido Sotto Mayor; -----

b) Largo do Arrabalde; -----

c) Rua Direita; -----

d) Rua de Santo António; -----

e) Avenida dos Aliados; -----

f) Praça de Camões; -----

g) Praça da República. -----

2 - A proibição constante do número anterior não abrange a venda ambulante de balões, gelados, castanhas assadas, pipocas, algodão doce e venda de artigos correspondentes a quadras festivas. -----

3 - Não é permitida a venda ambulante nas estradas nacionais, vias municipais, ruas ou outros acessos nos quais possa ser prejudicado o trânsito de pessoas e veículos. -----

-Artigo 22.º Características das unidades móveis -----

1 - A venda ambulante em unidades móveis, designadamente veículos, roulotte, reboques, atrelados, triciclos motorizados, velocípedes com ou sem motor, carros de mão ou outras unidades similares adequadas, que tenham por objecto a venda de produtos alimentares e a confecção ou fornecimento de refeições ligeiras, nomeadamente, castanhas, pipocas, algodão doce, sandes, farturas, hambúrgueres, pargos, pizzas, cachorros e bifanas, apenas é permitida quando estejam especialmente equipadas para tal efeito, devendo ser sujeitas a inspecção e certificação pela autoridade sanitária veterinária municipal que, a emitir apreciação negativa, não permitirá a obtenção de cartão de vendedor ambulante. -----

Artigo 12.º Locais de venda -----

2 - A venda ambulante efectuada em unidades móveis, designadamente veículos, roulotte, reboques, atrelados, triciclos motorizados, velocípedes com ou sem motor, carros de mão ou unidades similares, quando não exerçam a actividade de venda ambulante com carácter essencialmente ambulatório, está sujeita ao estipulado no artigo 14.º -----

3 - Todos os locais de venda ambulante com lugar fixo são devidamente assinalados por placas sinalizadoras, sendo proibido o exercício da venda ambulante fora dos limites estipulados e do horário fixado. -----

4 - O cartão para o exercício da actividade de vendedor ambulante só é válido para o local aí referido. -----

Artigo 16.º Zonas de protecção -----

1 - Não é permitido o exercício da venda ambulante nas seguintes zonas: -----

a) Em locais a menos de 100 m dos museus, igrejas, hospitais, casas de saúde, estâncias termas, estabelecimentos fixos com o mesmo ramo de comércio; -----

b) Nos locais situados a menos de 250 m de periferia do mercado municipal; -----

c) Não são permitidas vendas nas estradas nacionais e municipais, inclusive nos troços dentro das povoações, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões (no caso de utilização de veículos, estes devem estar fora da faixa de rodagem); -----

d) A venda ambulante com veículos automóveis não é permitida em arruamentos onde o estacionamento destes veículos impeça o cruzamento de duas viaturas. -----

2 - A Câmara Municipal poderá, a título muito excepcional, autorizar a venda ambulante de produtos e mercadorias, nas artérias referidas no número anterior, em períodos marcadamente festivos, desde que tais produtos não sejam comercializados nos estabelecimentos fixos de venda existentes num raio de 1000 m. -----

3 - Para efeitos do número anterior, a Câmara Municipal procederá à prévia demarcação dos locais de venda. -----

Artigo 22.º Características das unidades móveis -----

3 - Consideram-se refeições ligeiras, as refeições que, no seu conjunto, não constituem uma refeição substancial limitando-se ao fornecimento nomeadamente de bifanas, cachorros, prego no pão, sandes diversas, farturas e pipocas. -----

Artigo 22.º Características das unidades móveis -----

8 - A venda de produtos alimentares só será permitida em unidades móveis quando os requisitos de higiene, salubridade, dimensões e estética sejam adequados à actividade comercial e ao local de venda. de modo a cumprir o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 21.º --

IX 13 - Os proprietários das unidades móveis ficam ainda obrigados a sujeitar anualmente estes meios de venda a inspecção e certificação das condições higio-sanitárias por parte da autoridade sanitária veterinária municipal. -----

x Artigo 11.º Horários -----

1 - A venda ambulante prevista no presente Regulamento deverá ser exercida de acordo com o horário fixado para os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços em vigor no Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Chaves. -----

xi Art.º2 Classificação por grupos de estabelecimentos -----

2. Para efeitos de fixação dos respectivos períodos de abertura e encerramento, os estabelecimentos classificam-se em cinco grupos: --

3- Pertencem ao terceiro grupo os estabelecimentos seguintes -----

-c) Estabelecimentos afins aos referidos nas alíneas anteriores; ----

Art.º3 Regime Geral de Abertura e Funcionamento -----

1-Os titulares de estabelecimentos comerciais abrangidos pelo presente regulamento, podem escolher para os mesmos, consoante o grupo em que sejam incluídos, períodos de abertura e funcionamento que não ultrapassem os seguintes parâmetros: -----

c) Os estabelecimentos pertencentes ao terceiro grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, excepto aos sábados ou em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que será permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato; -----

CAPÍTULO III Dos deveres e das proibições -----

Artigo 17.º Deveres dos vendedores -----

1 - Os vendedores ambulantes ficam obrigados a: -----

a) Apresentarem-se devidamente limpos e adequadamente vestidos ao tipo de venda ambulante que exerçam; -----

b) A manter todos os utensílios, unidades móveis e objectos intervenientes na venda em rigoroso estado de apresentação, asseio e higiene; -----

- c) A conservar e apresentar os produtos que comercializam nas condições higio-sanitárias impostas ao seu comércio por legislação e regulamentação aplicáveis; -----
- d) A deixar o local de venda completamente limpo, sem qualquer tipo de resíduos, nomeadamente detritos, restos, caixas ou outros materiais semelhantes; -----
- e) A ser sempre portadores, para imediata apresentação às autoridades policiais e fiscalizadoras, do cartão de vendedor ambulante ou de cartão de autorização especial de vendedor ambulante, emitidos pela Câmara Municipal, devidamente actualizados;
- f) A fazer-se acompanhar de facturas ou documentos equivalentes, comprovativos da aquisição dos produtos ou artigos para venda ao público; -----
- g) A proceder à afixação, nos locais fixos de venda, de fotocópia do cartão de vendedor ambulante ou de cartão de autorização especial de vendedor ambulante, emitidos pela Câmara Municipal; -----
- h) A ser portador da certificação higio-sanitária prevista no n.º 3 do artigo 23.º; -----
- i) A comportar-se com civismo nas relações com o público; -----
- j) A acatar todas as ordens, decisões e instruções emanadas das autoridades policiais, administrativas e fiscalizadoras, que sejam indispensáveis ao exercício da actividade de vendedor ambulante, nas condições previstas neste Regulamento; -----
- k) A proceder à retirada e desmontagem diária de todos os meios e utensílios usados na venda, desde que não exista autorização municipal que permita a sua permanência no respectivo local. -----
- 2 - A venda ambulante de artigos de artesanato, frutos, produtos hortícolas ou quaisquer outros de fabrico ou produção próprios, fica sujeita às disposições do presente Regulamento e demais legislação aplicável, com excepção da alínea f) do número anterior. -----
- Artigo 18.º Práticas proibidas -----
- 1 - Não é permitido aos vendedores ambulantes: -----
- a) Estacionar para expor ou comercializar os artigos e produtos fora dos locais em que a venda seja permitida; -----
- b) Impedir ou dificultar, por qualquer forma ou meio, o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos ou de pessoas; -----
- c) Impedir ou dificultar o acesso aos monumentos e edifícios públicos ou privados, bem como o acesso ou exposição dos estabelecimentos comerciais ou lojas de venda ao público; -----
- d) Lançar no solo qualquer tipo de resíduos ou outros objectos e materiais, susceptíveis de ocupar ou sujar a via pública; -----
- e) Proceder à venda de artigos ou produtos nocivos à saúde pública ou que sejam contrários à moral, usos e bons costumes; -----
- f) Utilizar o local atribuído para fins que não sejam o exercício de venda ambulante; -----
- g) Fazer publicidade sonora ou outra em condições que perturbem a vida normal das povoações. -----
- 2 - Não é considerado estacionamento a paragem momentânea para a venda de mercadorias e produtos. -----
- 3 - O exercício da venda ambulante é proibido quando os artigos para venda sejam transportados no dorso de animais ou ainda quando os referidos animais sejam utilizados para puxarem as respectivas carroças. -----
- Artigo 19.º Produtos e artigos proibidos -----
- 1 - Fica proibido, em qualquer lugar ou zona, o comércio ambulante dos seguintes produtos: -----

3. a) Carnes verdes, salgadas e em salmoura, ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis; -----  
 b) Bebidas alcoólicas, salvo nos casos referidos na alínea d) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, e ulteriores alterações; -----  
 c) Desinfetantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas e semelhantes; -----  
 d) Medicamentos e especialidades farmacêuticas; -----  
 e) Sementes, plantas e ervas medicinais e respectivos preparados; --  
 f) Móveis, artigos de mobiliário, colchoaria e antiguidades; -----  
 g) Aparelhagem radioelétrica, máquinas e utensílios eléctricos ou a gás, candeeiros, lustres, seus acessórios e material para instalações eléctricas; -----  
 h) Instrumentos musicais, discos e afins e outros artigos musicais, seus acessórios e partes separadas; -----  
 i) Materiais de construção, metais e ferramentas; -----  
 j) Veículos automóveis, reboques, velocípedes com ou sem motor e seus acessórios; -----  
 k) Combustíveis líquidos, sólidos, gasosos, com excepção do petróleo, álcool desnaturado, carvão e lenha; -----  
 l) Instrumentos profissionais e científicos e aparelhos de medida e verificação, com excepção das ferramentas e utensílios semelhantes de uso doméstico ou artesanal; -----  
 m) Material para fotografia e cinema e artigos de óptica, oculista, relojoaria e respectivas peças separadas e acessórios; -----  
 n) Borracha, plásticos em folha ou tubo ou acessórios; -----  
 o) Armas, munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes; -----  
 p) Moedas, notas de banco e afins; -----  
 q) Tapeçarias, alcatifas, carpetes, passadeiras, tapetes, oleados e artigos de estofador. -----

2 - Além dos produtos referidos no n.º 1 do presente artigo, fica também proibida a venda de artigos/produtos nocivos à saúde pública.

3 - É proibida, na área do município de Chaves, a venda de carne fresca e seus produtos. -----

4 - A venda de pescado é: -----

- a) Expressamente proibida dentro do perímetro da cidade de Chaves; -  
 b) Permitida nas aldeias do concelho de Chaves, salvo se houver estabelecimentos fixos de venda de pescado devidamente autorizados.

5 - A venda ambulante de pescado fresco, refrigerado ou congelado, aludida na alínea b) do número anterior, fica condicionada ao cumprimento das disposições legais em vigor sobre higiene na comercialização dos géneros alimentícios e dos requisitos específicos em matéria de segurança alimentar. -----

6 - A venda ambulante de quinquilharias, roupas, calçado e similares só é permitida em povoações da área do município que não disponham de estabelecimentos fixos do ramo. -----

7 - Apenas será permitido a venda de quinquilharias, na cidade de Chaves, em dias festivos e em locais demarcados pela Câmara Municipal. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG. JOÃO GERALDES, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DATADO DE 31.05.2011** -----

Visto concordo, proponho ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves, que profira decisão nos termos e para os efeitos enunciados nos nº 1 a 3 do "Item - Proposta de Decisão" deste documento. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DATADO DE 31.05.2011.**-----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE COMPETENCIAS DELEGADAS, 2011.06.01** -----

Autorizo. Emita-se a respectiva licença de uso privativo. Cobrem-se as respectivas taxas. À reunião de câmara para conhecimento. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CARAVANA DE RESTAURAÇÃO - LEOPOLDINA MONTEIRO DOS SANTOS - ALAMENDA DE S. ROQUE, FREGUESIA DE MADALENA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA SRA. ENG.ª MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 27.05.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1- Análise Técnica -----

A coberta do requerimento de entrada n.º 2891 de 04/03/2011, a requerente vem solicitar a esta edilidade, autorização para colocação de uma "rolotte/caravana transformada para Restauração", na Alameda S. Roque - Freguesia da Madalena, em Chaves. -----

Tal pretensão enquadra-se no disposto no n.º 1 do art.º3, bem como no disposto no n.º 1 do art.º 12 e art.º 15 do Regulamento Municipal do Exercício da Actividade da Venda Ambulante (RVAMC) de 17 de Maio de 2004. -----

Assim: -----

Considerando que a pretensão terá de cumprir as disposições constantes do n.º 2, 3 e 4 do art.º 12 do (RVAMC); -----

Considerando que, a pretensão não colide com as disposições constantes no art.º16 do (RVAMC); -----

Considerando que, a pretensão se enquadra no disposto no n.º 3 do art.º 22 do (RVAMC); -----

Considerando que, a actividade do feirante em causa (Venda de Produtos Alimentares - restauração), só é permitida desde que cumpra os requisitos de higiene e salubridade, face à actividade desenvolvida, de acordo com o disposto no n.º 8 do art.º 22 do RVAMC; -----

Considerando que, o exercício do tipo de actividade desenvolvida pela requerente (Venda de Produtos Alimentares) pressupõe a prévia realização de uma inspecção sanitária, em conformidade com o preceituado no n.º 3 do art.º 22 do RVAMC; -----

Considerando que a alínea c) do n.º 3 do art.º 2 do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves (HFECMC); -----

Considerando que, o horário nocturno pretendido - 23h30 até às 06h00 todos os dias da semana (incluindo Sábados, Domingos e Feriados) - e dado o seu enquadramento legal, pertencente ao grupo III, pode funcionar entre as 06h00 e as 02h00 do dia imediato, todos os dias da semana, excepto aos Sábados e vésperas de Feriados, que, pode prolongar-se até às 04h00, em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art. 3º, do HFECMC. -----

Considerando que a pretensão se enquadra no grupo III, pode a Câmara Municipal conceder alargamento do horário, face ao preceituado no n.º 1, do art. 6º do HFECMC. -----

Considerando que, no que diz respeito ao horário de funcionamento, a câmara pode atribuir um horário diferente, em situações especiais, face ao descrito no n.º 2 do art. 11º do RVAMC; -----

Considerando que, este alargamento de prazo, obriga a audição das entidades intervenientes, em conformidade com o disposto no n.º5 do art.º 6 do (HFECMC); -----

Relativamente ao horário poder ser ou não alargado até às 06h00, foi solicitado parecer às seguintes entidades, e anexados ao processo em causa: -----

Associação de Consumidores que representa todos os consumidores em geral, nos termos do n.º2 do art.º 12 da Lei 29/81 de 22 de Agosto, tendo a mesma emitido parecer favorável; -----

A Junta de Freguesia onde o estabelecimento se situa, a qual emite parecer favorável; -----

As associações patronais do sector que representem os interesses da pessoa, singular ou colectiva, titular da empresa requerente, a qual emite parecer favorável; -----

No estrito cumprimento da legislação em vigor, a autoridade sanitária veterinária municipal, procedeu à emissão da competente vistoria, com a emissão do respectivo auto; -----

2 - Proposta de Decisão -----

Pelo exposto, julga-se salvo melhor opinião, que: -----

2.1 - A Venda Ambulante - Caravana de Restauração - é passível de deferimento, visto o mesmo reunir condições para o efeito; -----

2.2 - Que poderá cumprir o horário das 23h30m e as 06h00 (do dia imediato), todos os dias (incluindo Sábados, Domingos e Feriados) em consonância com o alargamento do horário pretendido, e sobre o qual recaiu parecer favorável das entidades consultadas; -----

2.3 - Neste sentido, o requerente, deverá todavia, no cumprimento estrito da sua actividade, respeitar as disposições constantes no art.º 17º, 18º e 19º do Regulamento Municipal do Exercício da Actividade da Venda Ambulante (RVAMC) de 17 de Maio de 2004. -----

Nota: A presente informação, satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do Art.º 71 do Dec-Lei 169/99, de 19 de Setembro. -----

À Consideração Superior.-----

**Notas de rodapé:** -----

Artigo 3.º Exercício de venda ambulante -----

1 - A venda ambulante pode ser efectuada com carácter de permanência em locais fixos destinados para o efeito pela Câmara Municipal ou com carácter essencialmente ambulatório. -----

Artigo 12.º Locais de venda -----

1 - A actividade de venda ambulante efectua-se em toda a área do município de Chaves, com excepção dos locais proibidos previstos no artigo 18.º e nas zonas de protecção, estipuladas no artigo 19.º

Artigo 15.º Locais proibidos -----

1 - É proibida a venda ambulante nas seguintes artérias de Chaves e suas confinantes: -----

a) Rua de Cândido Sotto Mayor; -----

b) Largo do Arrabalde; -----

c) Rua Direita; -----

d) Rua de Santo António; -----

e) Avenida dos Aliados; -----

f) Praça de Camões; -----

g) Praça da República. -----

2 - A proibição constante do número anterior não abrange a venda ambulante de balões, gelados, castanhas assadas, pipocas, algodão doce e venda de artigos correspondentes a quadras festivas. -----

3 - Não é permitida a venda ambulante nas estradas nacionais, vias municipais, ruas ou outros acessos nos quais possa ser prejudicado o trânsito de pessoas e veículos. -----

Artigo 12.º Locais de venda -----

2 - A venda ambulante efectuada em unidades móveis, designadamente veículos, roulotte, reboques, atrelados, triciclos motorizados, velocípedes com ou sem motor, carros de mão ou unidades similares, quando não exerçam a actividade de venda ambulante com carácter essencialmente ambulatório, está sujeita ao estipulado no artigo 14.º -----

3 - Todos os locais de venda ambulante com lugar fixo são devidamente assinalados por placas sinalizadoras, sendo proibido o exercício da venda ambulante fora dos limites estipulados e do horário fixado. -----

4 - O cartão para o exercício da actividade de vendedor ambulante só é válido para o local aí referido. -----

Artigo 16.º Zonas de protecção -----

1 - Não é permitido o exercício da venda ambulante nas seguintes zonas: -----

a) Em locais a menos de 100 m dos museus, igrejas, hospitais, casas de saúde, estâncias termas, estabelecimentos -----

fixos com o mesmo ramo de comércio; -----

b) Nos locais situados a menos de 250 m de periferia do mercado municipal; -----

c) Não são permitidas vendas nas estradas nacionais e municipais, inclusive nos troços dentro das povoações, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões (no caso de utilização de veículos, estes devem estar fora da faixa de rodagem); -----

d) A venda ambulante com veículos automóveis não é permitida em arruamentos onde o estacionamento destes veículos impeça o cruzamento de duas viaturas. -----

2 - A Câmara Municipal poderá, a título muito excepcional, autorizar a venda ambulante de produtos e mercadorias, nas artérias referidas no número anterior, em períodos marcadamente festivos, desde que tais produtos não sejam comercializados nos estabelecimentos fixos de venda existentes num raio de 1000 m. -----

3 - Para efeitos do número anterior, a Câmara Municipal procederá à prévia demarcação dos locais de venda. -----

Artigo 22.º Características das unidades móveis -----

3 - Consideram-se refeições ligeiras, as refeições que, no seu conjunto, não constituem uma refeição substancial limitando-se ao fornecimento nomeadamente de bifanas, cachorros, prego no pão, sandes diversas, farturas e pipocas. -----

Artigo 22.º Características das unidades móveis -----

8 - A venda de produtos alimentares só será permitida em unidades móveis quando os requisitos de higiene, salubridade, dimensões e estética sejam adequados à actividade comercial e ao local de venda. de modo a cumprir o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 21.º --

IX 13 - Os proprietários das unidades móveis ficam ainda obrigados a sujeitar anualmente estes meios de venda a inspecção e certificação das condições higio-sanitárias por parte da autoridade sanitária veterinária municipal. -----

x Artigo 11.º Horários -----



1 - A venda ambulante prevista no presente Regulamento deverá ser exercida de acordo com o horário fixado para os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços em vigor no Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Chaves. -----

xiArt.º2 Classificação por grupos de estabelecimentos -----

Para efeitos de fixação dos respectivos períodos de abertura e encerramento, os estabelecimentos classificam-se em cinco grupos: --

3- Pertencem ao terceiro grupo os estabelecimentos seguintes -----

c)Estabelecimentos afins aos referidos nas alíneas anteriores; -----

Art.º3 Regime Geral de Abertura e Funcionamento -----

1-Os titulares de estabelecimentos comerciais abrangidos pelo presente regulamento, podem escolher para os mesmos, consoante o grupo em que sejam incluídos, períodos de abertura e funcionamento que não ultrapassem os seguintes parâmetros: -----

c)Os estabelecimentos pertencentes ao terceiro grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, excepto aos sábados ou em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que será permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato; -----

Art.º6 Regime Excepcional -----

A câmara tem competência para alargamentos limites fixados no art.º3 por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos: -----

a)Situarem-se os estabelecimentos em locais, em que os interesses de actividades profissionais ligados ao turismo o justifiquem; -----

b)Não afectem a segurança a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes-----

c)Não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento; -----

Art.º6 Regime Excepcional -----

A câmara tem competência para alargamentos limites fixados no art.º3 por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos: -----

5-O alargamento ou a restrição dos períodos de abertura e funcionamento referidos no art.º 3, envolve a audição das seguintes entidades: -----

a)As associações de consumidores que representem todos os consumidores em geral, nos termos do n, º2 do art.º 12 da Lei 29/81, de 22 de Agosto; -----

b)A Junta de Freguesia onde o estabelecimento se situa e nos casos em que o estabelecimento se situe em zona fronteira com outra Freguesia, a junta de freguesia que termos territoriais lhe seja adjacente: -----

c)As associações sindicais que representa, os interesses sócio-profissionais dos trabalhadores do estabelecimento em causa; -----

d)As associações patronais do sector que representem os interesses da pessoa, singular ou colectiva, titular da empresa requerente. ---

CAPÍTULO III Dos deveres e das proibições -----

Artigo 17.º Deveres dos vendedores -----

1 - Os vendedores ambulantes ficam obrigados a: -----

a) Apresentarem-se devidamente limpos e adequadamente vestidos ao tipo de venda ambulante que exerçam; -----

- b) A manter todos os utensílios, unidades móveis e objectos intervenientes na venda em rigoroso estado de apresentação, asseio e higiene; -----
- c) A conservar e apresentar os produtos que comercializam nas condições higio-sanitárias impostas ao seu comércio por legislação e regulamentação aplicáveis; -----
- d) A deixar o local de venda completamente limpo, sem qualquer tipo de resíduos, nomeadamente detritos, restos, caixas ou outros materiais semelhantes; -----
- e) A ser sempre portadores, para imediata apresentação às autoridades policiais e fiscalizadoras, do cartão de vendedor ambulante ou de cartão de autorização especial de vendedor ambulante, emitidos pela Câmara Municipal, devidamente actualizados;
- f) A fazer-se acompanhar de facturas ou documentos equivalentes, comprovativos da aquisição dos produtos ou artigos para venda ao público; -----
- g) A proceder à afixação, nos locais fixos de venda, de fotocópia do cartão de vendedor ambulante ou de cartão de autorização especial de vendedor ambulante, emitidos pela Câmara Municipal; -----
- h) A ser portador da certificação higio-sanitária prevista no n.º 3 do artigo 23.º; -----
- i) A comportar-se com civismo nas relações com o público; -----
- j) A acatar todas as ordens, decisões e instruções emanadas das autoridades policiais, administrativas e fiscalizadoras, que sejam indispensáveis ao exercício da actividade de vendedor ambulante, nas condições previstas neste Regulamento; -----
- k) A proceder à retirada e desmontagem diária de todos os meios e utensílios usados na venda, desde que não exista autorização municipal que permita a sua permanência no respectivo local. -----
- 2 - A venda ambulante de artigos de artesanato, frutos, produtos hortícolas ou quaisquer outros de fabrico ou produção próprios, fica sujeita às disposições do presente Regulamento e demais legislação aplicável, com excepção da alínea f) do número anterior. -----
- Artigo 18.º Práticas proibidas -----
- 1 - Não é permitido aos vendedores ambulantes: -----
- a) Estacionar para expor ou comercializar os artigos e produtos fora dos locais em que a venda seja permitida; -----
- b) Impedir ou dificultar, por qualquer forma ou meio, o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos ou de pessoas; -----
- c) Impedir ou dificultar o acesso aos monumentos e edifícios públicos ou privados, bem como o acesso ou exposição dos estabelecimentos comerciais ou lojas de venda ao público; -----
- d) Lançar no solo qualquer tipo de resíduos ou outros objectos e materiais, susceptíveis de ocupar ou sujar a via pública; -----
- e) Proceder à venda de artigos ou produtos nocivos à saúde pública ou que sejam contrários à moral, usos e bons costumes; -----
- f) Utilizar o local atribuído para fins que não sejam o exercício de venda ambulante; -----
- g) Fazer publicidade sonora ou outra em condições que perturbem a vida normal das povoações. -----
- 2 - Não é considerado estacionamento a paragem momentânea para a venda de mercadorias e produtos. -----
- 3 - O exercício da venda ambulante é proibido quando os artigos para venda sejam transportados no dorso de animais ou ainda quando os referidos animais sejam utilizados para puxarem as respectivas carroças. -----
- Artigo 19.º Produtos e artigos proibidos -----

1 - Fica proibido, em qualquer lugar ou zona, o comércio ambulante dos seguintes produtos: -----

- a) Carnes verdes, salgadas e em salmoura, ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis; -----
- b) Bebidas alcoólicas, salvo nos casos referidos na alínea d) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, e ulteriores alterações; -----
- c) Desinfetantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas e semelhantes; -----
- d) Medicamentos e especialidades farmacêuticas; -----
- e) Sementes, plantas e ervas medicinais e respectivos preparados; -----
- f) Móveis, artigos de mobiliário, colchoaria e antiguidades; -----
- g) Aparelhagem radioelétrica, máquinas e utensílios eléctricos ou a gás, candeeiros, lustres, seus acessórios e material para instalações eléctricas; -----
- h) Instrumentos musicais, discos e afins e outros artigos musicais, seus acessórios e partes separadas; -----
- i) Materiais de construção, metais e ferramentas; -----
- j) Veículos automóveis, reboques, velocípedes com ou sem motor e seus acessórios; -----
- k) Combustíveis líquidos, sólidos, gasosos, com excepção do petróleo, álcool desnaturado, carvão e lenha; -----
- l) Instrumentos profissionais e científicos e aparelhos de medida e verificação, com excepção das ferramentas e utensílios semelhantes de uso doméstico ou artesanal; -----
- m) Material para fotografia e cinema e artigos de óptica, oculista, relojoaria e respectivas peças separadas e acessórios; -----
- n) Borracha, plásticos em folha ou tubo ou acessórios; -----
- o) Armas, munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes; -----
- p) Moedas, notas de banco e afins; -----
- q) Tapeçarias, alcatifas, carpetes, passadeiras, tapetes, oleados e artigos de estofador. -----

2 - Além dos produtos referidos no n.º 1 do presente artigo, fica também proibida a venda de artigos/produtos nocivos à saúde pública.

3 - É proibida, na área do município de Chaves, a venda de carne fresca e seus produtos. -----

4 - A venda de pescado é: -----

- a) Expressamente proibida dentro do perímetro da cidade de Chaves; -
- b) Permitida nas aldeias do concelho de Chaves, salvo se houver estabelecimentos fixos de venda de pescado devidamente autorizados.

5 - A venda ambulante de pescado fresco, refrigerado ou congelado, aludida na alínea b) do número anterior, fica condicionada ao cumprimento das disposições legais em vigor sobre higiene na comercialização dos géneros alimentícios e dos requisitos específicos em matéria de segurança alimentar. -----

6 - A venda ambulante de quinquilharias, roupas, calçado e similares só é permitida em povoações da área do município que não disponham de estabelecimentos fixos do ramo. -----

7 - Apenas será permitido a venda de quinquilharias, na cidade de Chaves, em dias festivos e em locais demarcados pela Câmara Municipal. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG. JOÃO GERALDES, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DATADO DE 31.05.2011 -----**

Visto. Concorde. Proponho ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves, que profira decisão nos termos e para os efeitos recomendados nos pontos 2.1 a 2.3 Proposta de Decisão desta informação. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DATADO DE 31.05.2011.**-----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. ----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE COMPETENCIAS DELEGADAS, 2011.06.01** -----

Autorizo. Emita-se a respectiva licença de uso privativo. Cobrem-se as respectivas taxas. À reunião de câmara para conhecimento. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.PEDIDO DE DESLOCALIZAÇÃO DAS PEIXARIAS SITAS NO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA SRA. ENG.<sup>a</sup> MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 27.05.2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Análise do Existente -----

Actualmente, no Mercado Municipal de Chaves só se encontram em actividade quatro peixarias, (lojas n.º, 24, 28, 29, 33 e 32). As restantes cinco, estão "abandonadas", e num estado de degradação avançado, criando mau aspecto e desanimo aos comerciantes que ali laboram e aos clientes que frequentam o Mercado. -----

Neste sentido, mais de metade do espaço está inoperacional, o mesmo acontece, na restante área de actividade comercial, talhos, frutas e outros). -----

Por vezes fica a sensação que há dois mercados, pois as duas áreas acima mencionadas estão completamente descentralizadas uma da outra. A utilização do espaço como se encontra, não é favorável à imagem do Mercado Municipal. -----

Análise Técnica -----

De acordo com o programa de reabilitação e revitalização do Mercado Municipal de Chaves, que tem vindo a ser implementado ao longo deste ano, e tendo-se verificado que a deslocalização das peixarias é benéfico para todo o mercado, concentrando assim, os comerciantes existentes, tornado o mercado mais funcional quer para os comerciantes quer para os clientes. -----

Considerando que, é do interesse do Município valorizar o espaço, visto que os Mercados Municipais são uma porta de tradição dos produtos regionais, estes cada vez mais apreciados pelos habitantes do Concelho e visitantes; -----

Em coerência com as razões descritas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

- Considerando que, o espaço não está aproveitado da melhor forma; -
- Considerando que, há lojas disponíveis no Mercado Municipal; ----
- Considerando que, a mudança de localização das peixarias, seria de uma mais-valia na dinamização do local; -----
- Considerando que, a feira semanal iria ser valorizada por esta mudança; -----
- Considerando ainda que, esta mudança não acresce substancialmente os custos; -----

Assim, as Peixarias que se encontravam a comercializar (nas Lojas 24, 28, 29, 32 e 33) serem transferidas para as lojas n.º 38, 39, 40 e 41. -----

Todavia, é clarividente a deslocalização das Peixarias, visto que esta área do Mercado foi revitalizada e adequada para a funcionalização da atrás aduzida actividade comercial. -----

#### **Proposta de Decisão** -----

Recorrendo aos fatos acima enumerados, sou do entendimento, que para um melhor funcionamento do Mercado Municipal, as peixarias em causa seja aprovada a sua deslocalização, nos seguintes termos: -----

Loja n.º38 - Sr. José Teixeira Martins -----

Loja n.º39 - Sr. Oscar Fernandes Correia Martins -----

Loja n.º 40 - Sra. Maria Alice Branco -----

Loja n.º41 - Firma Peixaria Gonçalves e Filhos Lda -----

O Município deverá considerar, o acto de adjudicação das respectivas lojas a favor de cada um dos arrendatários, que se encontram a explorar. -----

Neste enfoque, o Município deverá dar continuidade à revitalização das lojas existentes, a fim de dotá-las das condições ao seu funcionamento, potenciando o Mercado de modo que haja novos comerciantes interessados nos espaços que se encontram desocupados. Nota: A presente informação, satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do art.º 71 do Dec-Lei 169/99, de 19 de Setembro. -----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG. JOÃO GERALDES, EM REGIME DE SUSTITUIÇÃO DATADO DE 2011.05.31** -----

Visto. Proponho ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves, que profira decisão nos termos e para os efeitos constantes nesta informação. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DATADO DE 31.05.2011.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **XV**

### **ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA**

**(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro  
e ulteriores alterações)**

#### **1. EMPREITADA: "FUNDAÇÃO NADIR AFONSO" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 26/DCAPE/2011** -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

Considerando que, em reunião do executivo camarário do passado dia 16 de Maio de 2011, foi aprovado o Relatório Final de Análise das Propostas; -----

Considerando que, no dia 19 de Maio de 2011, foram efectuadas as respectivas notificações de decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 77º, do D.L. nº 18/2009 de 29 de Janeiro; -----  
Considerando que, no dia 01/06/2011, às 18:46h a firma adjudicatária apresentou, (via plataforma vortal) a totalidade dos documentos de habilitação previstos na alínea a) e b) do artigo 81º, tendo sido no dia 02/06/2011 efectuadas as notificações da apresentação dos documentos de habilitação previstas no nº1, do artigo 85º do Código dos Contratos Públicos; -----

Tendo em conta a urgência na formalização do contrato, devido ao facto da presente empreitada se encontrar inserida numa candidatura ao POVT, e uma vez que a adjudicatária não entregou a documentação em falta em tempo útil para o agendamento deste assunto à próxima reunião de câmara. -----

Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta, que visa o seguinte: ----

## **II - DA PROPOSTA** -----

Que, ao abrigo do disposto no art. 83, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, o Presidente da Câmara, Dr. João Batista, proponha ao órgão executivo municipal que reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando a introdução do mesmo na sua reunião ordinária a realizar no dia 06/06/2011. -----

Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á notificar a firma adjudicatária do teor integral da minuta do contrato ora em apreciação, adoptando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----

À consideração da Chefe de Divisão para a Contratação e Apoio aos Procedimentos Expropriativos, em regime de substituição, Drª Cristina Rodrigues. -----

Chaves, 02 de Junho de 2011. -----

Assistente Técnico, (Rute Dias) -----

Em anexo: Minuta do contrato. -----

**MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "FUNDAÇÃO NADIR AFONSO".**-No dia ... de ..... de 2011, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 4.771.380,52 (quatro milhões, setecentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta euros e cinquenta e dois cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

**Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E** -----

**Como Segundo Contratante, CONSTRUÇÕES EUROPA AR-LINDO, S.A.**, com sede o Lugar da Talharinha, 4705 - 670 Vimieiro, Braga, com o número de pessoa colectiva e matrícula nº 503335207, na Conservatória do Registo Comercial (Braga), titular do Alvará de Construção nº 29567, com o capital social de 4.600.000,00 euros, legalmente representada por Domingos Ferreira Correia, (estado civil) , natural de São João do Souto, Braga, residente em Rua da Cachada, nº 26, Maximinos, 4700 Braga, titular do Bilhete de Identidade nº 11361429, emitido em .....,

pelos SIC de ..... na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da mencionada sociedade, conforme poderes constantes na certidão permanente obtida via internet, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

**Cláusula 1ª (Objecto e preço contratual)** -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada "**Fundação Nadir Afonso**", pelo preço de **€ 4.771.380,52** (quatro milhões, setecentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta euros e cinquenta e dois cêntimos) que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do passado dia 16/05/2011, tendo sido aprovada a respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../06/2011 precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 04/12/2010, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

**Cláusula 2ª (Prazo de Execução)** -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **540 (quinhentos e quarenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

**Cláusula 3ª (Prazo de Garantia da Obra)** -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

a) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

b) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

**Cláusula 4ª (Pagamentos)** -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

**Cláusula 5ª (Revisão de Preços)** -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio

durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F02 - Edifícios Administrativos** - publicada no despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 8 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

#### **Cláusula 6ª (Dotação Orçamental)** -----

A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: ..... Acção: ..... -----

#### **Cláusula 7ª (Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)** -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária N00367588, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A. em 01 de Junho de 2011, no valor de **€ 238 569,03** (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove euros e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

#### **Cláusula 8ª (Foro Competente)** -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

#### **Cláusula 9ª (Prevalência)** -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Projecto de Execução, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

#### **Cláusula 10ª (Legislação aplicável)** -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

#### **Cláusula 11ª (Disposições finais)** -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 04/12/2010; -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 16/05/2011; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../06/2011; -----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação



contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente.

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../11 -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. AMRCELO DELGADO DE 2011.06.03** -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2001.06.03** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respectiva minuta do contrato, nos termos da informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

## **2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO LOCAL DA FEIRA SEMANAL. INFORMAÇÃO Nº. 55/DDE/2011** -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **Análise Técnica** -----

No dia 11 de Maio do corrente ano, os comerciantes da zona do Mercado Municipal e feirantes da feira Chaves, deram entrada de um requerimento no Expediente Geral desta Autarquia, com o n.º 5564. --

No referido requerimento, solicitam autorização de deslocalização da feira semanal de Chaves (realizada às 4ª - feiras). -----

Evocando que a feira semanal, deverá funcionar junto do Mercado Municipal e demais comércio local desta zona, a fim de promover a dinamização da economia local. -----

Assim, considerando as razões acima aduzidas, e na tentativa de melhorar o comércio local daquela zona e, promover o Mercado Municipal, sou do entendimento, que os feirantes da feira semanal de Chaves, dever-se-ão, concentrar junto do Mercado Municipal. -----

Neste enfoque, os feirantes, deverão ser instalados nas vias públicas abaixo citadas, para não prejudicarem, nem congestionarem, a fluência do trânsito nos dias de feira semanal de Chaves. -----

Neste sentido, deverão ocupar ordenadamente os seguintes espaços:---

- Av. do Estádio, a partir da rotunda do Mercado até ao Estádio Municipal de Chaves; -----

- Av. dos Quartéis (do Lado direito no sentido poente) ocupando apenas o estacionamento e passeio, até ao muro do quartel; -----



Desta forma, dever-se-á articular a situação com as forças Policiais, Protecção Civil e corporações de Bombeiros do concelho, a fim, de a circulação rodoviária e situações de emergência, ficarem devidamente ajustadas e salvaguardadas. -----

**Proposta de Decisão:** -----

Pelo exposto, após salvaguardas todas as situações acima descritas, sou da opinião, que, será benéfica a deslocalização da feira semanal. -----

À consideração superior, -----

CHAVES, 6 de Junho de 2011 -----

A Chefe da DDE -----

Conceição Martins, Eng.<sup>a</sup> -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG. JOÃO GERALDES, EM REGIME DE SUSTITUIÇÃO DATADO DE 2011.06.06** -----

Visto. Proponho ao Sr. Vereador Dr. Paulo Alves, que profira decisão nos termos e para os efeitos constantes nesta informação. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DATADO DE 2011.06.06** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do art. 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezassete horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----